

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

ISSN 2236-2037

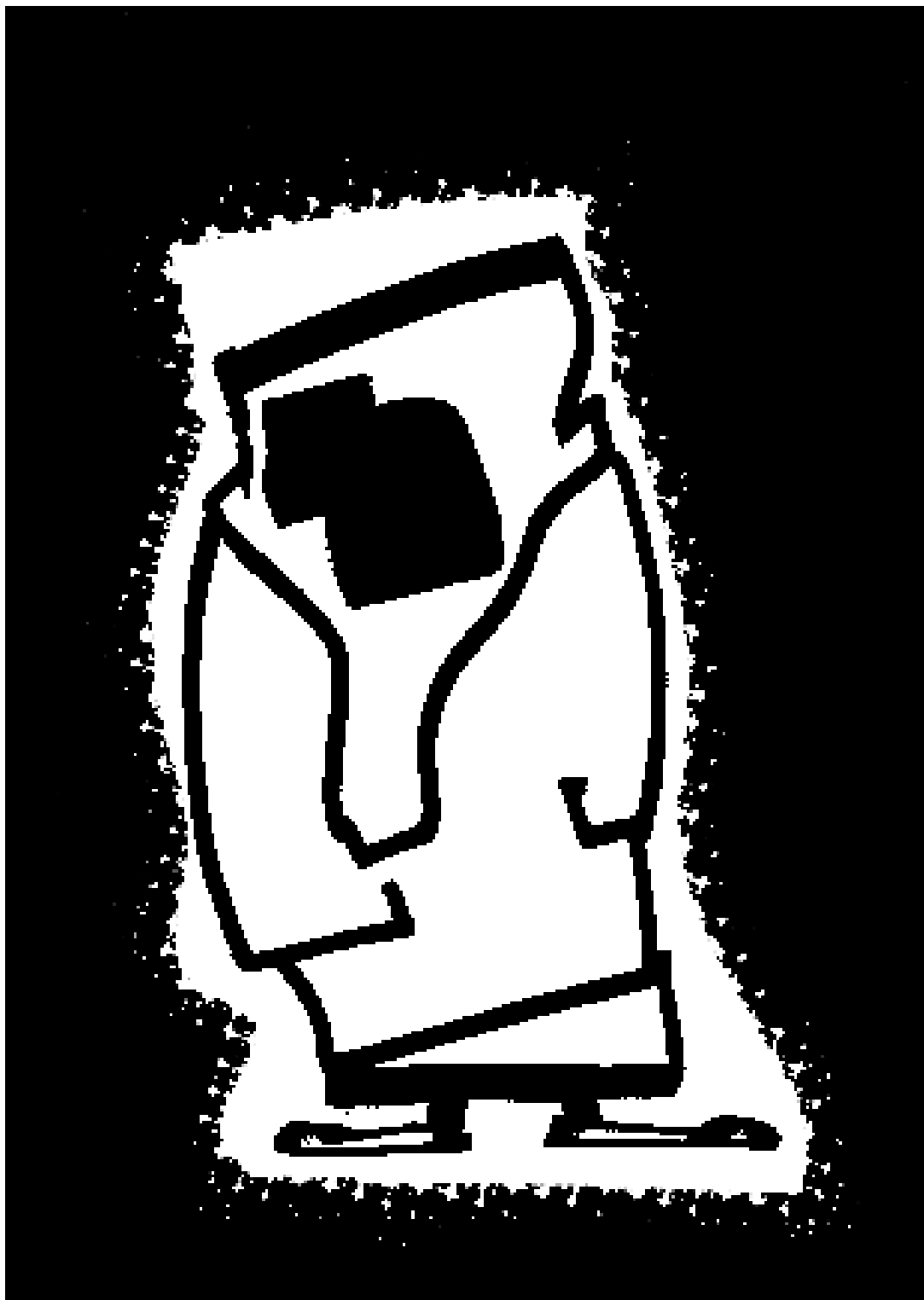


ilustração: Rafael MORALES

revisão: Marcela VIEIRA

Revista Fevereiro

Número 2

dezembro 2010

apresentação **pág.3**

eleições e política brasileira

interpretando a campanha e as urnas

Cícero ARAUJO **pág.6**

as eleições de outubro

(crônica e reflexões)

Ruy FAUSTO **pág.12**

entre o passado e o futuro: antes,

durante e depois as eleições de 2010

Alexandre CARRASCO **pág.33**

claudelafort

claudelafort (1924-2010)

Ruy FAUSTO **pág.42**

uma entrevista inédita de claudelafort (2004)

Ruy FAUSTO **pág.45**

política, história

em torno da insurreição de 1917 e dos seis primeiros meses do

poder bolchevista

(1ª parte)

Ruy FAUSTO **pág.54**

economia

a adoção de controle de capitais:

alguns apontamentos teóricos

Leonardo NUNES **pág.71**

cinema

o heroísmo ambíguo de zhang-yimou

Raquel de Almeida PRADO

pág.75

conto

leonid dobýtchin – nota biográfica

Daniela MOUNTIAN

pág.85

o marinheiro

Leonid DOBÝTCHIN

tradução de Moissei MOUNTIAN

revisão estilística de Aurora Fornoni BERNARDINI

ilustração de Fernando VILELA

pág.87

poema

exílios (em teoria, poesia, e mesas afora)

Marcela VIEIRA

ilustração de Daniel NASSER

pág.91

digressão político-sentimental

**digressão sentimental acerca da
privatização do sistema telebrás**

Alexandre CARRASCO

pág.92

apresentação

Eis o número dois de Fevereiro. Como prometido na primeira edição, a revista abre seu leque de assuntos e colaboradores. Encabeçando a pauta, os rumos da política brasileira. E o assunto mais candente, como não poderia deixar de ser, são as eleições que o país acaba de atravessar.

Abordando diferentes aspectos da conjuntura política, e com ênfases também distintas, os três artigos dedicados ao tema, de membros da equipe responsável pela revista, procuram avaliar o que aconteceu e os impactos futuros. O que esteve em jogo, afinal? Para além da retórica das campanhas, haveria diferenças importantes entre as alternativas oferecidas ao eleitor? Quais? Como entender os momentos dramáticos e inesperados (para o bem e para o mal) desse processo? O que esperar daqui para frente e, especialmente, o que uma perspectiva de esquerda democrática - tão crucial para a linha editorial desta revista - teria a dizer sobre isso?

Para além da conjuntura e do Brasil, Fevereiro retorna à discussão sobre a experiência da esquerda no mundo, a crítica de sua história e seu presente. Mas não sem antes fazer a devida homenagem ao recém-falecido filósofo e pensador político Claude Lefort, expoente da intelectualidade democrática e progressista francesa. Em destaque, uma entrevista inédita, realizada em 2004, em que Lefort fala de sua biografia política e intelectual, algumas preocupações centrais de sua obra, a política francesa, a experiência acadêmica no Brasil e suas impressões sobre a política brasileira contemporânea. Na sequência, um ensaio de Ruy Fausto sobre a revolução russa, com foco na história dos seis primeiros meses do regime bolchevique. Fica claro, na reconstrução bastante minuciosa do autor, como a concepção e as práticas autoritárias do partido no poder começam a definir os rumos sombrios do regime já nesse primeiro período.

A revista faz, neste número, sua estréia no debate econômico contemporâneo, com artigo de Leonardo Nunes sobre os problemas teóricos da proposta de controle de capitais. Mas também faz estréias no campo da arte e literatura. Graças à colaboração de Daniela Mountian, publicamos um conto do escritor russo Leonid Bobytchin, considerado um dos mais importantes do período soviético, a despeito de sua morte prematura. Raquel de Almeida Prado escreve sobre uma contribuição recente, e

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

ISSN 2236-2037

alvissareira, do cinema chinês. De quebra, um poema de Marcela Vieira. E Alexandre Carrasco fecha a edição com uma crônica “político-sentimental”.

O leitor deve imaginar as dificuldades impostas a uma revista como esta, sem nenhum recurso público ou privado, sustentada inteiramente na boa vontade de amigos e colaboradores. Fevereiro agradece o desprendimento de todos e faz, aqui, uma menção especial a Marcela Vieira, pela revisão dos artigos, e André Lopes, que tornou possível a produção e publicação da revista na rede mundial. Contamos, finalmente, com a crítica e os comentários do leitor.

Cícero **ARAUJO**

interpretando a campanha e as urnas

Foi uma vitória do campo situacionista, é óbvio, mas não foi aquela que se esperava. Até a oposição deve ter se surpreendido com os resultados. A não ser nos últimos dez dias (mais ou menos) antes do primeiro turno, tudo levava a crer numa vitória acachapante da candidata Dilma Rousseff.

A estratégia de colar sistematicamente a imagem do presidente à dela estava dando certo, e as alianças partidárias se mostravam eficazes, menos pelo tempo adicional no horário gratuito de TV do que pelo impulso que dava à campanha em diversas regiões e estados, além de neutralizar ou pelo menos atrapalhar os adversários em outros. Até mesmo a tentativa de fazer uma eleição plebiscitária parecia estar colando: no início de setembro, todas as pesquisas de intenção de voto indicavam uma vitória tranquila da candidata logo no dia 3 de outubro, com a principal alternativa oposicionista devidamente estancada e a outra opção sem dar sinais de alçar o voo tão esperado, pelo menos a uma altura que pudesse levar a disputa para o segundo turno. Já os temores (ou esperanças) relativos ao desempenho individual de Dilma Rousseff se revelaram infundados. Sua inexperiência em batalhas eleitorais e falta de apelo popular não impediram que ela atingisse níveis de sustentação sólidos, para além dos números das pesquisas, inclusive a necessária autoconfiança para ao menos não cometer nenhum erro fundamental nos comícios, nas entrevistas e nos debates. De fato, nada que dependesse exclusivamente dela saiu fora dos eixos, do início ao fim, mostrando ser uma alternativa tão viável como qualquer outra que dependesse do prestígio do governo e da unção de Lula.

Contudo, alguma coisa saiu errado no final das contas, mesmo que o favoritismo da candidata tenha se confirmado. A partir de certo momento (?), a sucessão de escândalos avidamente propagados por uma mídia inamistosa, incapaz de afetar a popularidade de Lula e do governo, pareceu começar a surtir efeito na eleição: a notícia de violações de imposto de renda como forma de intimidar oposicionistas - até hoje envolva em mistérios -, o caso Erenice Guerra etc. Eis que surge a onda religiosa, como que a partir do nada... E então o inesperado acontece: vamos ao segundo turno com a candidatura de José Serra ganhando um entusiasmo e um vigor jamais alcançados em nenhum outro momento da campanha, enquanto o campo governista mostrava-se

perplexo e recolhido, tentando absorver o choque. Sentia-se a iminência de uma virada de jogo, acompanhada de alta polarização ideológica, outra vez insuflada por falas e símbolos religiosos. Um teste difícil para a democracia brasileira.

Os fatos consecutivos acabaram desarmando todo esse clima carregado e surpreendente, já o sabemos. Mas aquela situação peculiar e a vitória situacionista alcançada meio aos trancos e barrancos merece, e continuará merecendo por um bom tempo, os melhores esforços de interpretação.

Inferências enganosas a partir de pesquisas de opinião

A questão mais intrigante parece ser esta: por que um governo com índices inéditos (a nível federal) e sempre crescentes de aprovação popular acabou encontrando tanta dificuldade - pelo menos maior do que a esperada - para fazer a sua sucessão? Tudo bem: não se deve esperar que governos transfiram todo seu cabedal de opinião favorável para as alternativas que venham a oferecer nas próximas eleições. Jamais haverá perfeita simetria entre uma coisa e outra. Mas isso não esvazia a relevância da questão. Primeiro, o grau de aprovação nesse caso importa: não estava se falando de índices de 40% ou 50%, mas de algo que girava em torno dos 80%!... quero dizer, uma margem bem razoável para um jogo que, em comparação a esse cabedal, "só" requer a maioria (50% mais um) dos votos válidos. Ademais, como se sabe, certos governos estaduais com índices semelhantes de popularidade, ou mesmo não tão elevados, emplacaram seus sucessores com relativa facilidade, e sem precisarem de chefes e cabos eleitorais tão carismáticos como Lula. Não contando com os mesmos índices de aprovação do atual governo, FHC conseguiu se reeleger logo no primeiro turno, quase tão facilmente como conseguira na primeira vez. Naturalmente, alguém dirá: a imprensa, os tais "formadores de opinião" e a mídia de um modo geral tornaram a vida mais fácil para FHC do que para Lula. Porém, esse rigor da imprensa já não deveria ter se refletido diretamente nas pesquisas de avaliação do governo? Também não nos parece convincente a idéia de uma diferença abismal entre uma hipotética candidatura de Lula e sua candidata efetiva. Ninguém duvida que Lula se comunica melhor com o povo do que Dilma. Mas o Lula candidato seria tão melhor assim, isto é, teria tornado as coisas tão mais fáceis? Depois de tudo que vimos ao longo da campanha, essa pergunta já não pode mais ser respondida sem hesitação.

Muito já se disse sobre os defeitos das pesquisas de intenção de voto, mais graves no Brasil do que em outros países, especialmente na metodologia de coleta de dados. Independente disso, porém, sempre chegaremos ao momento em que tais pesquisas serão comparadas ao teste final e fatal das urnas, eventualmente desmentidas por elas. Isso é inescapável. Não é o que acontece com as pesquisas

sobre desempenho de governo. São comparáveis a quê? Não às de intenção de voto, porque as próprias perguntas são diferentes; e muito menos ao próprio voto, que não pode desmenti-las. Contudo, as deduções que se fazem de suas respostas, essas sim são enganosas. O problema crucial, pelo visto, é entender o que há por trás de uma opinião ou sentimento favorável ou desfavorável ao desempenho de um governo. Provavelmente, há mais mistérios do que se imagina nessa caixa-preta, e nas suas possíveis ligações com o juízo eleitoral, que extrapolam o fato já reconhecido de que governo nenhum é capaz de transferir, para seu candidato a sucessor, toda a capacidade que tem de atrair a boa vontade do cidadão. Em suma, uma interpretação fácil ou apressada sobre esse ponto, aplicada ao que poderia significar a simpatia aos feitos do governo Lula, levou às expectativas enganosas que se viram de quase todo mundo, inclusive deste articulista. De modos distintos, ambos os campos, situacionista e opositor, se deixaram levar por esse engano.

Não pretendo discutir aqui os aspectos técnicos dessas pesquisas, nem tenho competência para fazê-lo. Se insisto nos equívocos a que elas induzem, é apenas para explorar a seguinte intuição. Aprovar um governo significa, simplesmente, aprovar os seus feitos, o programa que foi capaz de executar, e nada mais. Portanto, não implica, necessariamente, aprová-lo como um agente, um sujeito de vontade, potencialmente capaz de fazer, no futuro, coisas até diferentes do que fez antes; enfim, não significa aprová-lo como uma agência de poder. Em princípio, dizer “sim” aos feitos de um governo não é o mesmo que dizer “sim” a esse sujeito, a esse poder. A segunda assertiva requer mais do que um juízo sobre fatos: requer confiança. É claro que essas coisas podem coincidir num mesmo cidadão, mas elas são conceitualmente distintas. Assim, posso aprovar os feitos do governo mas não confiar nele, isto é, em seu poder; inversamente, posso dar-lhe essa confiança, mesmo não fazendo um bom juízo do que fez ou esteja fazendo. Quando uma agência, ou uma pessoa que a represente, indica para os eleitores um continuador, o que está em jogo é muito mais do que um juízo sobre fatos presentes ou passados. Trata-se de uma aposta, um atitude de investir ou não em algo um tanto indeterminado, que se traduz nesse X, nessa incógnita que estamos chamando de “poder”.

Certamente, essas são distinções apenas teóricas. É possível que, na prática, elas não aconteçam com frequência. Aliás, seria de esperar que a maioria dos eleitores, na maioria dos casos, tendesse, ou fosse facilmente induzida a misturá-las. Mas parece que não foi exatamente isso que aconteceu em nosso peculiaríssimo caso - que é, afinal, o que nos interessa...

Contradições do consenso, ou o dissenso do consenso

Não sendo um patrimônio exclusivamente seu enquanto agência de poder, os altos índices de aprovação do governo Lula carregavam em suas entranhas um potencial de alternativas distintas de agências sucessoras. Para simplificar, poderíamos resumi-las a duas fundamentais: uma inclinada à esquerda, outra inclinada à direita. Não deixa de ser verdade, portanto, que o que estava em disputa era o quanto cada um seria capaz de abocanhar desse cabedal. E se uso esse termo mais leve, “inclinada”, para caracterizar as opções em conflito, é porque essa aprovação elevada ao governo atual, suponho, estaria espelhando um consenso básico do país a respeito de um leque de políticas, uma plataforma mais ou menos difusa de governo, do qual as alternativas não poderiam destoar muito. Nesse quadro, “esquerda” e “direita” dizem respeito menos ao conteúdo das políticas públicas do que aos estilos de governar e às bases sociais de sustentação das alternativas.

De que consenso estamos falando? O fio que o norteia é bastante simples: trata-se de uma reelaboração do clássico sonho da ascensão social, a busca de “um lugar ao sol” numa economia de mercado popular. Mas não exatamente uma ascensão em bases individualistas estritas, a do self made man, mas uma ascensão induzida pelo Estado. Por estarem centradas na iniciativa do beneficiado - por exemplo, em suas decisões privadas de gasto - e não em serviços públicos providenciados diretamente pelo Estado, políticas tão populares como a do crédito consignado e o próprio programa do Bolsa Família possuem uma matriz liberal. Contudo, por estranho que isso pareça, é um liberalismo produzido pelo Estado.

Esse consenso não surgiu do dia para noite, e nem foi construído apenas a partir do governo Lula. Ele vem pelo menos desde a liquidação do ciclo inflacionário, em meados da década de 1990 - em parte devedor, portanto, do partido que hoje faz a principal oposição ao governo. Não se trata aqui de reproduzir as disputas verbais de tucanos e petistas a respeito do legado de um e de outro. As divergências eleitorais os fazem exagerar suas diferenças (diferenças existem, é claro), embora os formuladores das políticas públicas concretas saibam da herança comum. Sem dúvida, Lula, o PT e seu governo introduziram no consenso que herdaram uma inflexão, uma correção de rumo, algo implicitamente desejado pelos eleitores, se lembrarmos dos índices decrescentes de prestígio do governo no período final do ciclo FHC. Os sucessores desde logo entenderam, porém, que havia de se fazer uma correção prudente, pelas margens, sem desarranjar subitamente o núcleo das políticas anteriores, especialmente a política econômica. Introduziu-se, de qualquer forma, uma inflexão, e seu principal aspecto foi acentuar, nas políticas concretas e no plano simbólico, a “cor parda” das classes populares. Pode parecer pouco, mas num país como o Brasil faz toda a diferença, quando força brechas em hierarquias longamente estabelecidas. De partida, Lula já encarnava o simbolismo social dessa peleja, mas ele tratou de praticar em seu mandato todas as falas, gestos e ações que a tornassem o símbolo de seu governo.

Do ponto de vista intelectual, porém, o processo segue orientado por uma hegemonia “moderadamente liberal” - para usar a idéia de um colega da Sociologia da USP, Brasília Sallum Júnior, a meu ver muito apropriada - cujas orientações centrais foram assentadas durante o governo FHC. Por representar a vertente esquerda desse processo, Lula e o PT dificilmente poderiam tê-las iniciado: a oportunidade acabou recaindo sobre uma pessoa e um partido na época já meio “coringas” ideologicamente, e em busca de uma base social efetiva, oportunidade que os ajudou, ao fim e ao cabo, a encontrar essa base e logo a se fixar como a vertente direita do mesmo processo. No entanto, uma vez introduzidas aquelas orientações, seus sucessores não as jogaram ao mar, na verdade ampliaram seu sentido com a glosa peculiar ao discurso e às práticas de uma esquerda formada nas lutas que trouxeram a democracia de volta ao país, e que aos poucos os adaptava ao jogo eleitoral (com tudo de bom e ruim que há nisso). Mas do mesmo modo que um governo à esquerda deu continuidade a aspectos importantes da gestão adversária, seria bem provável que um governo à direita viesse a assimilar, e até estender, por exemplo, as políticas de distribuição pelas margens do atual. E não será nada surpreendente que um certo populismo de direita, ao estilo de Joaquim Roriz, encontre seu caminho no plano nacional investindo agressivamente nessa direção nos próximos anos.

Como foi dito acima, é antes no estilo e nas bases sociais distintas dessas vertentes, e não tanto no conteúdo, que vamos encontrar as contradições desse consenso difuso em que nos encontramos. Ou, se quiserem, onde vamos encontrar o dissenso dentro do consenso. Assim, os discursos e programas políticos que os respectivos campos partidários produzem para indicar suas divergências em eleições, afinal muito semelhantes, acabam pouco orientando e canalizando as tensões sociais reais que animam o processo. Este é o ponto: um contexto intensamente marcado pela busca de um “lugar ao sol”, de ascensão de uma massa da população oriunda dos estratos mais baixos da hierarquia social, tende a gerar conflitos de todos os tipos e em toda a superfície de contato entre as classes.

As políticas do governo Lula de forma alguma têm afetado os interesses fundamentais das camadas que detêm o poder econômico efetivo, muito pelo contrário. Contudo, sua simples existência, seu simbolismo, aliado às políticas de distribuição de renda, mesmo que pelas bordas, ao estimularem a mobilidade social e a disposição, individual e coletiva, para forçar as brechas da hierarquia social, acabam ajudando a carregar de tensões os contatos entre as classes. No fundo, estamos falando aqui mais de um problema de psicologia social do que de economia em sentido estrito. No cômputo geral, todos estão se beneficiando materialmente com essas políticas, alguns mais, outros menos, não importa: Bolsa Família, salário mínimo maior, mais crédito na praça etc, geram mais empregos, mais negócios, mais lucros... Enfim, todos deveriam sentir-se mais felizes com o governo que direta ou indiretamente as promove, como num certo sentido estão mesmo. E, contudo, o sentimento geral na verdade é mais ambíguo

do que esse, porque há mais competição, mais desconfiança, mais “cotoveladas” entre indivíduos e grupos, coisas que aquele grande consenso de cor moderadamente liberal, acima sugerido, endossa e difunde. Por isso, o sucesso do desempenho econômico do país e das políticas estatais que ajudam a segurá-lo, se por um lado moderam objetivamente, por outro acirram subjetivamente a tensão social. Mesmo que a luta de classes não logre ser travada pelo medium dos discursos ideológicos clássicos, ou por divergências políticas/intelectuais claras, quaisquer que sejam, o que está em jogo nesse fenômeno contraditório não é outra coisa senão ela mesma, a velha luta de classes.

Em suma, sugiro que um quadro como esse que acabo de esboçar possa ajudar a compreender melhor aquela estranha divergência entre a alta popularidade do governo e a alta polarização do último embate eleitoral. O quadro pode ser resumido assim: as paixões contrárias são fortes, mas elas estão sem gume intelectual. Pesquisas de opinião sobre desempenho de governo, creio, continuam pouco eficazes para detectar tais reações, que permanecem num fundo pré-discursivo. Já no plano discursivo, os partidos contrários se batem em torno de detalhes e minúcias, indício claro de que são basicamente consensuais. Isto é, nada que um grupo seletivo de técnicos não consiga resolver depois (como lembrou um colunista de jornal recentemente), sem o voto popular, por qualquer uma das equipes que vença. Ou então produzem falas particulares para setores muitos específicos, porém numerosos, que eventualmente possam virar a balança dos votos. Em vista dessa situação, parecerá enfim menos espantosa a ressurgência de um discurso religioso e sectário no cenário político, por nenhum outro motivo a não ser revirar o borbulhante caldeirão das paixões abafadas e lhes dar vazão pública.

Ruy **FAUSTO**

as eleições de outubro

(crônica e reflexões)

As eleições presidenciais brasileiras terminaram com a vitória, no segundo turno, da candidata do PT, Dilma Rousseff, por uma margem de votos confortável, mas não esmagadora. Diante da alternativa eleitoral do segundo turno, esse resultado, é, a meu ver, o que mais convém aos interesses da esquerda democrática e do país. Menos otimista deve ser o balanço do processo eleitoral. Se a propaganda retrógrada em torno do problema do aborto acabou fracassando, ela arrancou concessões dos dois candidatos e mergulhou o país numa atmosfera de religiosidade preconceituosa que, se persistir, constituirá uma ameaça à laicidade do Estado brasileiro.

O conjunto do processo eleitoral – debates, mesas-redondas, entrevistas, e uma enxurrada de artigos nos jornais e revistas –, incluindo o seu resultado, fornece uma porção de elementos interessantes para entender o que são os partidos políticos brasileiros e a sociedade brasileira. Para além do levantamento de materiais empíricos, a experiência das eleições nos obriga a repensar as bases teóricas sobre as quais se assentam análises e julgamentos sobre sociedade, poder e partidos no Brasil. Mas, para além disso, aponta para uma exigência de elucidação de problemas de fundamento, inclusive a definição do que é – ou deve ser –, hoje, a esquerda, e do que é a direita.

O primeiro turno e o PT

No primeiro turno, enfrentavam-se quatro candidatos principais: Dilma Rousseff, do PT; José Serra, do PSDB; Marina Silva, pelo PV; e Plínio Arruda Sampaio, pelo PSOL.

Dilma era a candidata de Lula e se beneficiava do sucesso inegável de uma parte, pelo menos, do programa econômico do governo dele. Como já se disse muitas vezes, e se reconheceu quase universalmente, os programas e medidas de redistribuição de renda e de estímulo ao pequeno produtor, como o Bolsa Família, o micro-crédito, o aumento substancial do salário mínimo, além de outros, tiveram um

duplo efeito: melhoraram consideravelmente a condição das faixas mais pobres da população, diminuindo substancialmente o índice de pobreza, e, articuladas com uma conjuntura que lhes era favorável, estimularam o mercado interno, do que resultou uma aceleração importante do ritmo do crescimento econômico. O que se teve foi, aparentemente, uma política quase social-democrata, mas sui-generis: um estímulo da economia através do aumento da procura, só que: 1) esta última provinha em parte de um auxílio direto à população (Bolsa Família), e 2) se articulava, no outro extremo, com uma política econômica, que não só não era desfavorável ao capital industrial, mas também não o era ao capital financeiro (por exemplo, as taxas de juro se mantiveram num nível muito alto). Mas, de qualquer modo, a ascensão

do nível de vida da maioria da população garantiu a Lula uma opinião esmagadoramente favorável nas pesquisas (80% de “bom” ou “muito bom”, ao seu governo). Isto se refletiu nos resultados que foi obtendo a candidata indicada por Lula, à medida que se desenvolvia o processo eleitoral, principalmente a partir do momento em que, iniciada a propaganda gratuita pela TV, o presidente pôde intervir de maneira incisiva em favor dela.

Antes de passar à análise das demais candidaturas, já se poderia perguntar: qual deveria ser a atitude de uma esquerda independente e democrática diante da candidatura de Dilma Rousseff? Uma atitude possível seria apoiar essa candidatura desde o primeiro turno, já que ela representava a melhor garantia de que o programa econômico do governo anterior, na sua vertente progressista, continuaria a ser implementado. Mas havia um certo número de problemas com o PT e, em consequência, ou inevitavelmente, com a sua candidata, que poderiam levar a uma atitude diferente. O que era, e o que fizera, o PT?

O PT surgira como um partido de esquerda sui-generis, independente da tradição comunista, mas também não de caráter social-democrata, que se desenvolvera na crista do movimento sindical, e de movimentos sociais, e que propunha um programa radical-reformista (mesmo se com simpatias revolucionárias – ou tidas como tais – no plano internacional), partido que era ao mesmo tempo uma promessa de mudança dos costumes políticos e da ética no cenário da política nacional. O partido vai progressivamente ganhando prefeituras e representação legislativa, e afinal, depois de três tentativas mal sucedidas, elege Lula presidente. Mas o partido muda.

No seguinte sentido: um partido que se caracterizava por pôr em prática uma política intransigente em matéria de princípios ideológicos e de honestidade administrativa, começa a aceitar alianças puramente pragmáticas para não dizer oportunistas, e a revelar, pelo menos, um estranho laxismo no capítulo da ética política.

Nada disto era muito evidente até o estouro do escândalo chamado de “mensalão”, em maio de 2005. Revelava-se que dirigentes da cúpula do partido estavam envolvidos num grave esquema de corrupção de deputados do próprio partido e de agremiações aliadas. Antes do chamado “mensalão”, o PT já havia sido abalado por outros casos suspeitos, o mais sério dos quais foi o assassinato de um dirigente do partido, que era prefeito de uma cidade na periferia de São Paulo. Apesar do que pretende a versão oficial, tudo leva a crer que se tratava de um caso de corrupção política – envolvendo dirigentes do partido – que acabou derrapando (parte do dinheiro desviado em proveito do partido foi, por sua vez, desviado para o bolso de alguns, terceiros talvez, e os crimes de corrupção acabaram redundando em crimes de morte). Ao mesmo tempo, aparece uma nova face do PT no que se refere à sua política de alianças. Não são mais os princípios – refiro-me à fidelidade a princípios não a principismo –, mas é o pragmatismo oportunista que comanda. Ocorre então uma grave crise. A atitude tomada pelos militantes e simpatizantes do partido foi plural, mas houve três atitudes principais: alguns saíram, e fundaram um outro partido, o PSOL, que se situa mais à esquerda; outros, deixaram de ser militantes ou simpatizantes do PT, adotando uma postura crítica de esquerda independente; outros ainda, minoritários, creio, foram engrossar as fileiras dos partidos de centro e centro-direita (houve também quem “silenciasse”, mas sem abandonar o PT). Quanto à atitude oficial do PT, ela é conhecida. Aceitou-se a punição de alguns poucos culpados, que, de resto, continuaram operando e com autoridade, dentro e fora do partido, reconheceram-se, discretamente, alguns erros, mas o partido não passou por nenhuma renovação ou auto-crítica radical.

Voltemos agora à eleição presidencial. Dilma Rousseff, ex-ministra de Lula, era a candidata deste PT “nova maneira”. E era em relação a essa candidatura e a esse partido nova maneira que a esquerda democrática e independente deveria se manifestar. Dilma levava consigo um projeto econômico em parte progressista, e que dera muito bons resultados, mas trazia consigo também uma carga negativa. Era pensável apoiá-la no segundo turno, se ela enfrentasse, como era previsível, o candidato que se situava mais à direita. Mas dever-se-ia apoiá-la desde o primeiro turno? Ou seria melhor optar por um voto em branco no primeiro turno, ou ainda, se possível, considerar a eventualidade de um apoio a uma outra candidatura? E aqui se reabriu uma discussão no âmbito do que poderíamos chamar de esquerda independente – a qual não é tão reduzida quanto se pensa – em torno da significação do PT, e em particular, em torno do que seriam os seus eventuais aspectos negativos. Convém voltar a essa discussão. Levantar o problema da ética na política é se perder numa questão menor? Em que medida, ao fazermos isto, caímos numa atitude “moralista”? E em que medida, então, como se afirma às vezes, fazemos, com isso, “o jogo da direita”? Tal discussão leva muito longe, e, como já disse, desemboca num problema de fundamento, o de definir o que seja direita e o que seja esquerda, já que esses termos, de tão claros, hoje são mais ou menos obscuros, pelo menos para a grande maioria da população.

Nos limites desse texto, avançarei até um certo ponto na discussão, mas deixarei o núcleo propriamente dito das “questões fundamentais” para um outro artigo.

Em primeiro lugar, seria importante salientar que há uma relação entre o problema do oportunismo (do “pragmatismo oportunista”) e o problema da ética (ou, negativamente, da corrupção), embora seja verdade que nem sempre as duas coisas estejam ligadas. Por outro lado, seria importante destacar, lembrando os casos mais tenebrosos, o quanto estes últimos aparecem como “derrapagens” no interior de práticas corruptas. Por outras palavras, há uma certa solidariedade, embora isto não se dê em todos os casos, entre oportunismo, corrupção, e – como chamar? – práticas mafiosas em sentido estrito. Cada um desses graus é atingido por uma derrapagem do grau imediatamente superior (para o primeiro, o nível anterior é de um clientelismo ainda “benigno”, mas já reconhecível). A essas considerações dever-se-ia acrescentar a observação seguinte, que se situa num outro plano, pois remete à posição – e depois supressão – de um evento possível, senão provável. De fato, quem acha que essas questões remetem a um “moralismo” de uma outra época, ou de um outro campo, deveria refletir sobre a seguinte questão: não fosse o escândalo chamado de “mensalão”, que estourou graças ao trabalho da Polícia Federal e ao barulho da imprensa – a qual se manifestou, por razões que eram, sem dúvida, em parte boas, em parte más –, não fossem esses dois elementos, e provavelmente teríamos como candidato do PT, e talvez como presidente da República, no ano da graça de 2011, o sr. José Dirceu. Não vou discutir aqui a personalidade desse dirigente do PT. Diria apenas que, a meu ver, e na opinião de muita gente, a trajetória pessoal e política desse dirigente é misteriosa demais para que se possa confiar a ele, sem temor, a presidência da República. Pois o PT ia na direção dessa candidatura, e se ia nessa direção, era porque uma parte do partido – militantes e simpatizantes – tinha uma postura totalmente ingênua em relação ao que se passava dentro do partido: não se sabia – não sabíamos – o que havia lá dentro, ou não podíamos acreditar que houvesse o que havia. (Claro que já havia quem fosse mais bem informado; mas se começava a fazer vistas grossas para certos “deslizes”, em nome da recusa do “moralismo”). Nesse contexto, gostaria de ressaltar um ponto. Acho que foi eminentemente negativa a atitude daqueles, militantes ou simpatizantes do PT, que sustentaram sem mais, ou com bem poucos “mais”, as posições do partido. Creio que prestaram um muito mau serviço ao PT, à esquerda, e ao país. Não posso deixar de lembrar da atitude de uma colega e amiga, que respeito muito pela sua obra teórica, sua contribuição excepcional como professora, e também pela sua disposição política. Porém, sua tentativa de dar justificativas, às vezes, alimentadas por referências filosóficas, ao que era injustificável, em vez de assumir uma atitude claramente crítica, como fizeram outros universitários, foi extremamente infeliz. Até hoje, pagamos por isso. Digamos, para completar a discussão desse tema, que o problema ético só não tem importância quando se defende a posição tradicional comunista-revolucionária. Desse ponto de vista, a corrupção é epifenômeno, “produto do capitalismo”, como se continua dizendo (como se um partido que pretende

criticar o capitalismo não se obrigasse a ser anti-capitalista também nisto. Para quem o objetivo é um socialismo democrático radical, a lisura ética é substantiva. Talvez se possa acrescentar que a leniência nesse terreno também atingiu parte da social-democracia, o que talvez explique a relativa indiferença diante dessas questões de que deu prova – com pelo menos uma grande exceção – gente do PT, de estilo “social-democrata”, e que não é nem desonesta, nem oportunista, e nem pró-totalitária.

De um ponto de vista socialista democrático independente havia, ainda, pelo menos mais uma razão de descontentamento com o PT e, conseqüentemente, um motivo de hesitação diante da ideia de embarcar desde o primeiro turno na candidatura Dilma. Deixando de lado, por ora, a questão da faceta conservadora da política econômica, quero me referir à política externa do governo Lula. Não que essa política fosse condenável em bloco. Que o Brasil se situe numa posição de independência em relação aos EUA é, evidentemente, positivo. Também são positivas as intervenções do Brasil nos encontros sobre o clima e o destino do planeta. Mas uma política independente não pode significar uma volta a um terceiromundismo obtuso, que fecha aos olhos para os horrores de governos despóticos contanto que esses governos dêem provas de anti-americanismo. Infelizmente, foi essa a atitude de Lula, nas suas declarações, e, em geral a da diplomacia brasileira. O convite a Ahmadinejad a visitar o Brasil, a legitimação da farsa sangrenta em que redundaram as eleições iranianas, além das referências mais do que infelizes de Lula aos dissidentes cubanos, são atitudes que desservem a política externa do Brasil, e que só diminuem a nossa posição no mundo. Se uma outra atitude pode parecer a alguns como pouco coerente com uma posição de independência, é porque eles ainda rezam pela cartilha de uma velha esquerda que confunde socialismo (ou anti-imperialismo), com totalitarismo e fanatismo nacionalista. Com o fenômeno do totalitarismo, mas, a rigor, já antes disto, um julgamento de esquerda, para ser lúcido, tem de ser complexo. O alinhamento sobre as teses tradicionais é que, longe de ser coerente, implica em defender o contrário do que um socialista deve sustentar.

Havendo essas reservas, que não eram pequenas, nem se referiam apenas ao passado (os problemas poderiam reaparecer, e provavelmente reaparecerão, sobretudo se o aliado é o PMDB, e se este partido indica o candidato a vice-presidente), recusar o voto a Dilma no primeiro turno como expressão de crítica ou pelo menos de reserva diante do PT, era pensável, e, a meu ver, razoável. Mas o que fazer? Votar em branco, ou votar em um outro candidato? O voto em branco, se sabe, tem uma força simbólica muito relativa. Mas votar em outro candidato não era coisa simples. A candidatura Serra ficava, evidentemente, fora de cogitação. Volto a ela mais adiante, mas ela representava, notoriamente, a direita, e, em sua consciência (de esquerda democrática)

não se poderia apoiá-la. Restariam Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, e Marina Silva, que se apresentava pelo PV (Partido Verde).

O PSOL (Plínio), e Marina Silva

Apesar do seu radicalismo extremo, o PSOL merece análise e consideração. Seu candidato se apresentou, nos debates pré-eleitorais, como o arauto do anti-capitalismo puro e duro, propondo-se mostrar que não havia diferenças essenciais entre os candidatos, todos, a seu ver, a serviço do sistema. Plínio se enganava, evidentemente, quando punha todos no mesmo saco. Mas o problema maior da candidatura Plínio e do PSOL – de Plínio e do seu partido, mas acho que Plínio é um radical mesmo dentro do seu partido –, é a insuficiência de sua leitura dos governos e das políticas anti-capitalistas de tipo burocrático e totalitário (mais do que a questão reforma/revolução, sobre a qual se costuma insistir ao discutir com ele). Isso poderia parecer secundário ou adjetivo no interior do cenário político brasileiro, mas, na realidade, não é. O problema, aparentemente distante no tempo e no espaço, pertence ao presente, porque ele aparece cada vez que se pretende formular uma política para a esquerda. Ao ouvir as intervenções de Plínio, ficava evidente uma coisa. Ele é completamente inconsciente da grande inversão de valores, e da grande regressão política, que se deu em parte considerável da esquerda, durante o século XX. Pois houve uma verdadeira intersversão de valores políticos e também éticos, no interior da esquerda, quando surgiu um totalitarismo de esquerda, que, em matéria de horror, não ficou atrás do de direita, responsável que foi pela morte de algumas dezenas de milhões de pessoas. Ou, em termos mais simples: surgiram, no século XX, regimes pseudo-socialistas, na realidade regimes que remetem a uma nova forma de exploração, a forma burocrática, ou totalitária-burocrática. Plínio e boa parte do PSOL – e, mais do que isso, boa parte da esquerda brasileira, inclusive muita gente do PT, é bom lembrar – não têm idéia de nada disso. E o resultado é catastrófico. Plínio é arguto como ninguém e de uma ironia mordente, quando se trata de criticar o capitalismo, mas diante dos regimes burocráticos, é de uma ingenuidade infantil (estou supondo uma boa vontade por parte de Plínio, e me pergunto: ele leu os livros essenciais sobre o tema – digamos, no plano histórico-literário, Soljenitsine e Chalamov; no plano teórico, Claude Lefort ou Castoriadis, ou mesmo Trotski, que representa a ortodoxia no interior da heterodoxia, mas é um bom ponto de partida para ser criticado; ou leu apenas Marx, alguns marxistas pseudo-, ou realmente, “ortodoxos”? Estas são as leituras que eu recomendaria aos militantes do PSOL, em particular aos seus jovens militantes).^[1] Digo isso tudo, porque, insisto, há um lado positivo na atitude do PSOL: gente dessa galáxia teve um papel de destaque na denúncia do que ocorria de escandaloso dentro do PT. Observem bem isso, aliás, os que supõem que a denúncia dos escândalos é “coisa da direita”.

A candidatura de Marina Silva levantava outro tipo de problemas, na realidade mais complexo. Marina Silva, que fora ministra do governo Lula e abandonara o posto por divergências no plano da política ambiental do governo, se dispôs a abandonar o PT, e se apresentou como candidata à presidência pelo Partido Verde. A candidatura de Marina tinha múltiplos sentidos, para dizer o mínimo. Ela mesma é de origem muito humilde e tem uma biografia extraordinária, a de quem se alfabetizou muito tarde e sofreu todo tipo de dificuldades, enquanto moça pobre, que vinha da Amazônia profunda. Marina é certamente uma figura política de esquerda. Já a sua candidatura era algo mais complicado. Havia um lado positivo nessa candidatura, o de se ter uma candidata de esquerda, que ao mesmo tempo tinha uma postura pessoal muito clara em termos de luta contra a corrupção, e que, além disso, tomava claramente posição em favor dos direitos do homem e da democracia, também no plano internacional. Mas ao mesmo tempo, havia lados negativos. Marina é evangélica, contrária à descriminalização do aborto (ela propunha um plebiscito a respeito, o que, diga-se de passagem, mesmo se não podemos ter ilusões sobre o resultado deste, permitiria pelo menos uma discussão do problema). Mais ainda. O partido sobre cuja sigla ela se apresentou, se tornara uma legenda-leilão, que, nos segundos turnos, costumava apoiar quem desse mais. Para completar, o programa econômico de Maria Silva tinha marcas liberais, que se explicavam talvez pela influência do seu principal assessor econômico (o programa, entretanto, tinha também outros aspectos, não estranhos à esquerda – recusa de anistias para abusos fiscais, juros baixos). Voltarei ao tema, na continuação do texto, não só a propósito da candidatura de Marina Silva, mas também das eventuais candidaturas ecológicas, que poderão surgir no futuro. Mas, desde já, diria o seguinte. Uma parte do eleitorado de esquerda mais crítico do PT, e estranho à extrema esquerda, preferiu o voto em Marina ao voto em branco. Apesar dos lados negativos da candidatura Marina, foi um voto simbólico de protesto, que, fundado no lado positivo do programa e da figura da candidata – de esquerda, anti-corrupta, e anti-totaitária – e resistindo a esse não-voto que é o voto em branco, tinha, a meu ver, alguma justificação.

Incidentes de percurso, e temas da direita na campanha do primeiro turno

A campanha do primeiro turno foi marcada por dois temas. O primeiro tema foi o da corrupção, e ele aflorou carregado por dois eventos. O primeiro, de importância relativa – por causa das funções menores dos personagens –, era o de um caso de obtenção, por meios fraudulentos, de documentos fiscais de membros da família do candidato José Serra. O segundo, muito mais grave, envolvia familiares da Ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, e a própria ministra, e remetia à prática de atos ilícitos no plano das concessões e contratos de empresas que giram na órbita do Estado. Depois

de alguns dias de hesitação, Lula acabou demitindo a ministra, mas o episódio teve efeitos sobre a campanha de Dilma.

O segundo tema, que só chegaria ao paroxismo no intervalo entre os dois turnos, foi o debate sobre a descriminalização do aborto. Valendo-se de uma declaração de Dilma Rousseff, feita há alguns anos, de que era favorável àquela medida, José Serra e os seus partidários começaram a bater nessa tecla, tentando incompatibilizar uma opinião pública, que, como se sabe, é, infelizmente, contrária à descriminalização. Volto à questão, ao falar da campanha do segundo turno.

O voto do primeiro turno deu, como resultado, a vitória de Dilma Rousseff, seguida de José Serra, sem que a candidata vitoriosa obtivesse, entretanto, a maioria absoluta. Poder-se-ia explicar o relativo fracasso de Dilma, pelo sucesso, também relativo, da candidata do Partido Verde, que obteve quase 20% dos votos. Toda a questão é, porém, a de analisar qual foi o significado desses votos. De uma forma mais geral, importava saber qual o peso do dois temas, em que se haviam centrado, de uma forma ou de outra, as discussões anteriores ao primeiro turno.

Podemos dizer que o fato de a eleição não se ter encerrado no primeiro turno foi positivo. A vitória no primeiro turno daria um peso enorme, talvez excessivo, ao PT. E os riscos de que Dilma perdesse no segundo turno eram, tudo somado, limitados. Tratava-se, de qualquer forma, de riscos que – creio eu – era razoável correr, para evitar a prática desagradável e perigosa de dar carta branca ao PT.^[iii]

O enfrentamento entre os dois turnos

A campanha do segundo turno foi desde logo marcada por um recrudescimento da discussão em torno do tema da descriminalização do aborto. Dilma se defendeu como pôde da acusação de que seria partidária da revisão da lei, fez quantas concessões achou necessárias (o que também fez o seu adversário), visitou igrejas, deu declarações pró-“vida“, e finalmente, sob pressão religiosa, assinou um documento, comprometendo-se a não mudar a legislação, caso fosse eleita. Apesar disso, a campanha contra ela não arrefeceu. Serra dizia que, simplesmente, pedia “coerência” à sua adversária, e que não se referia ao conteúdo da declaração, embora ele próprio

fosse absolutamente contra a descriminalização etc etc. A ofensiva só foi realmente neutralizada, quando uma ex-aluna da mulher de Serra deu um depoimento, certamente verdadeiro (caso contrário, teria havido uma gritaria geral da oposição), revelando que esta – que, aliás, se envolvera diretamente na campanha, inclusive no terreno desse tema específico – contrariara, na prática, a doutrina da criminalização. O episódio – digo, o conjunto dele –, lamentável sob todos os aspectos, pode deixar marcas na política e na sociedade brasileira. Volto ao tema, logo mais. Fora a descriminalização do aborto e a corrupção, a discussão entre os candidatos teve como assunto principal a estatização e as privatizações, o candidato de oposição oscilando entre a justificação de pelo menos uma privatização (telefones), e a contra-acusação de que também o governo Lula privatizou ou terceirizou (bancos, concessões da Petrobrás etc). Depois de um momento em que Serra parecia ter conseguido reduzir bastante a diferença, a candidatura Dilma retomou em boa parte o fôlego inicial. Dilma venceria a segundo turno, com uma diferença de mais ou menos 12% no total dos votos válidos.

Lições e balanços

Que lições uma esquerda democrática e independente pode tirar do pleito?

Dilma, dizia, venceu por um resultado confortável, mas não esmagador. O PT, com os partidos coligados – mesmo levando em conta o fato de que parte dos deputados dos partidos coligados tem rabo preso com a oposição –, obteve maioria absoluta, e mesmo mais do que isto, na Câmara e no Senado. O PT tem maioria simples na Câmara. Já, no Senado, a maioria simples é do PMDB. A situação tem a maioria dos governadores, embora perca em estados muito importantes.

Fazendo um balanço dos grandes acontecimentos dos últimos vinte anos, poder-se-ia dizer, de um modo geral, e com algum otimismo, que o Brasil teve sorte. E isso por quatro razões, pelo menos. Primeiro, qualquer que sejam as críticas que se poderiam fazer à política econômica dos governos Itamar e Cardoso, estes deixaram um legado importante no plano econômico: o fim da grande inflação, com o Plano Real. A esquerda, inclusive os sindicatos, não nos esqueçamos – nós de esquerda –, não só não acreditava no plano, mas se opunha a ele. Os especialistas podem dizer, melhor do que eu, o que seria da economia brasileira, se a grande inflação não tivesse sido estancada. A segunda razão foi a vitória de Lula em 2002 e, mais adiante, a sua reeleição em 2006. Se o governo continuasse nas mãos da direita, ainda que ela

pusesse em prática alguns programas, dificilmente um grande programa de redistribuição de renda teria sido implementado. A terceira razão foi o escândalo do mensalão, que se deveu, como já disse, ao trabalho da Polícia Federal e à imprensa (esta por boas e por más razões). Sem o escândalo, a ala mais “duvidosa” e perigosa do PT teria provavelmente dominado. Em todo caso, teria havido grande probabilidade de que José Dirceu viesse a ser o candidato do PT e, mesmo, se tornasse o sucessor de Lula. O escândalo fechou as portas a Dirceu, e também enfraqueceu Palocci, outro eventual sucessor de Lula, que hoje volta ao cenário, mas não como presidente. Foi assim que se criaram as condições para a candidatura de Dilma para as eleições de outubro de 2010. A vitória de Dilma é a quarta razão: quaisquer que sejam as críticas que se possa e deva fazer ao PT, essa vitória é a melhor garantia de que os programas de redistribuição de renda continuarão a ser implementados em escala suficientemente ampla. Assim, evitou-se a carga negativa que representava a grande inflação, foi derrotada a direita que bloquearia grandes programas de redistribuição de renda, impediu-se a eventual subida ao poder do grupo “pesado” do PT, que nos conduziria não se sabe aonde (pense-se, também, em qual poderia ter sido, nesse caso, a reação da direita). Finalmente, barrou-se uma volta da direita ao poder, volta que, por várias razões, seria negativa, tanto do ponto de vista de uma esquerda crítica, como dos interesses gerais do país.

A vitória de Dilma no segundo turno vem assim, coroar, uma série de acontecimentos positivos, num contexto econômico global que se revelou favorável. Porém...

Diga-se desde logo: ao contrário do que pretendeu a direita, a eleição de Dilma Rousseff não põe em perigo a democracia, e, pelo menos a curto prazo, não há, mesmo, risco de uma deriva populista. Aliás, quaisquer que sejam os limites deste tipo de pronunciamento, as primeiras declarações de Dilma, que reafirmam a democracia, as liberdades públicas, e a intransigência diante dos “malfeitos”, são promissoras. Quais seriam os eventuais perigos e impasses da situação? Não vou me referir aos problemas objetivos do país, no plano da saúde (situação do SUS), dos transportes (congestionamentos dos portos etc), ou da economia. Ou a outros problemas, como o da violência. Discuto apenas as questões propriamente, ou principalmente, políticas.

O governo de Dilma Rousseff deve continuar o que foi feito nos oito anos do governo Lula. Mas, o que significa isto, e em que condições ela poderá realizar o seu projeto? Ou, se preferirmos, já que o partido de Dilma e de Lula é o PT, em que medida o PT pode continuar, bem ou mal, o trabalho que vinha realizando? Digo, para começar,

pedindo licença para retomar o que escrevi em notas para uma entrevista, (notas que são do final de agosto, mas que só vieram a público um mês depois, às vésperas do primeiro turno) que o PT é um partido bastante heteróclito. Ele contém pelo menos três tipos de militantes: de um lado um grupo medianamente bom, e, em alguns casos, bastante bom, composto de gente com convicções suficientemente democráticas e com projetos sérios de reforma. Em segundo lugar, ele tem gente com perspectiva bastante radical, que não deve estar muito longe do que pensa o militante médio do PSOL, incluindo ilusões com regimes populistas ou neototalitários. Em terceiro lugar, há ali uma massa de pessoas que “fazem carreira”, e que vão desde o pequeno oportunista local, até o grande corrupto. (Deve-se acreditar em Dilma quando promete combater os “malfeitos”, mas é difícil imaginar que o PT, que não procedeu à “limpeza” necessária, poderá abandonar da noite para o dia as suas práticas clientelistas – ponto de partida para derrapagens mais graves –, e se libertar de vez desse peso negativo; leve-se em conta também, not least, que o PT ganha em aliança com o PMDB, e que este partido elegeu o vice-presidente).ⁱⁱⁱⁱA política do PT é uma espécie de resultante de todos esses fatores. Vimos o que resultou disso até aqui, para o melhor como para o pior. Mas como será ele no futuro? Antes de continuar, consideremos mais de perto o significado do percurso eleitoral da oposição, principalmente nos seus últimos movimentos.

A campanha de Serra, principalmente na sua fase final, teve um caráter nitidamente de direita, e mesmo de extrema-direita. Não me refiro às suas propostas econômicas. Quando falava em aumentar o salário mínimo, ampliar o Bolsa Família ou não tocar nos setores estatizados, Serra não se apresentava como direita (nos EUA, no clima atual pelo menos, ele apareceria, até, como um perigoso socialista). Porém a campanha de Serra não ficou nisso. Houve um outro lado, já mencionado, e cuja importância não se deve subestimar. Refiro-me à discussão em torno da descriminalização do aborto. Serra jogou pesado, e não apenas jogou pesado – o que poderia ser uma questão de método –, Serra jogou com as armas da direita, ou melhor ainda, da extrema-direita. Dizer, como ele e os seus partidários afirmavam, que simplesmente cobrava a “falta de coerência” de Dilma, é pura hipocrisia. Serra, como Dilma, devem ser ambos a favor da descriminalização do aborto. Só que, sendo mais prudente, ou, mais precisamente, não sendo mulher, não precisou se manifestar sobre o problema. Ora, à Dilma, e não por acaso – ela é mulher –, isto foi perguntado. E ela respondeu – isso foi em 2004 – com franqueza e acerto. Diante do atraso da opinião pública, resolveu, depois, dar marcha a ré (não vou discutir se teria sido possível sustentar, sem mais, as posições anteriores, mas talvez coubesse alguma resposta menos capitulacionista). Serra, que no seu foro íntimo, muito provavelmente assinaria as declarações de Dilma em 2004, de um modo hipócrita e fazendo o jogo da direita mais retrógrada – pois só ela faz questão de pôr no tapete o problema, porque sabe do atraso da opinião pública –, desafiou Dilma a ser sincera. Houve, no entanto, algo ainda pior do que isto: a declaração do Papa. Ou, mais precisamente: o pior foi o que deve ter sido feito, pela direita, em matéria de mobilização e “costura”, para obter a declaração

do Papa, e bem às vésperas do segundo turno. Tudo deve ter sido programado para o que teria sido o grande golpe de última hora da oposição. Assim, quando um de seus representantes dizia que “não tinha carta na manga”, blefava. Mas a manobra não deu certo, e isto principalmente porque fora neutralizada, por um contra-argumento (e contra-evento) do campo petista. Porém, que Serra e o PSDB tenham se disposto a fazer essa jogada, e que, em geral, tenham tido essa atitude não só hipócrita, mas realpolitik e arqui-reacionária, na introdução e discussão do tema, é alguma coisa de extrema gravidade. Que me seja permitido citar uma passagem do mesmo texto – do final de agosto –, a que me referi anteriormente. Eu escrevia: “... há [algo] que me preocupa mais nesses partidos [da direita], PSDB inclusive (...) existe hoje uma mobilização da extrema-direita, que se faz na periferia, senão no interior desses partidos. Dir-se-á que esse gente tem pouco peso, e no momento atual, não é uma real ameaça. Mas, cuidado. Por trás de certo jornalismo de sarjeta, que se manifesta com a sua “finura” bem conhecida na campanha eleitoral, há dinheiro, instrumentos midiáticos, há o peso de seitas religiosas do tipo ‘Opus Dei’ etc. (...) embora isto não seja ainda muito visível, existe, evidentemente, em escala mundial, uma reorganização da extrema-direita, cujo cerne é o movimento neo-conservador (seus membros são frequentemente ex-gauchistas que inverteram os sinais). Ele atua nos EUA (...) mas também na Europa. Penetra na administração, nos partidos, e também nas universidades. Sua ideologia é uma mistura de ‘fanatismo do progresso’ [colonialismo pseudo-modernizador] e fideísmo medieval (...). Que aqueles que encarnam no Brasil essa tendência se movam em torno (ou mesmo dentro), de partidos que incluem um ex-partido de centro-esquerda como o PSDB, é um pouco assustador, embora o perigo não seja imediato. Mas importa registrá-lo, porque a médio prazo ele será efetivo”. O perigo está se revelando mais imediato do que eu havia pensado. A direita e, o que é pior, o ex-centro esquerda, se associa cada vez mais a uma extrema-direita arqui-reacionária. Qual o alcance dessa parceria, e como ela irá evoluir? É difícil dizer. Há atualmente tendências dentro do PSDB em favor de uma fusão com o DEM. Este, ou alguns dentro desse partido, resistem, ao que parece, à fusão. Mas não sabemos até quando.

De novo o problema do PT

Voltando ao PT. Que caminhos tomará a política de redistribuição de renda? Por diferentes razões, parece difícil que o governo possa ampliar muito o Bolsa Família. De qualquer modo, em um momento ou em outro, será preciso também pensar em outras soluções, mais estruturais. Porém, isto provavelmente implicaria em tocar no delicado problema da quase aliança que o governo Lula fez com, pelo menos, setores das classes dominantes, incluindo não só a indústria, mas também os grandes interesses financeiros. Será possível “mexer” nessa aliança? E quais seriam os seus riscos? Aqui, confluem vários problemas, e se coloca a questão da base de poder do petismo, tanto

a base social como a base política. O PT tem amplo apoio popular dos estratos mais pobres, e é sustentado por uma parte dos setores médios. Como vimos, parte das classes dominantes, se não apoia o PT, pelo menos não tem propriamente horror dele, ou pelo menos, não conspira contra ele. Politicamente, o PT se assenta numa coligação de partidos, mas o principal aliado é o PMDB. Ora, pode o PT pensar em avançar no plano da política econômica, corrigindo ou atenuando a vertente conservadora, e pode o partido – o que parece que vai junto – pensar em alterações no seu jogo de alianças? As objeções a um avanço na política econômica do governo (mais o seu “pendant” político) são, principalmente, as de que isso implicaria risco para as instituições. Porque, de fato, não nos enganemos, se as classes dominantes têm uma atitude globalmente moderada em relação ao PT – uma atitude, pelo menos, de quem, por ora, não se dispõe a pôr em risco as instituições – é, em parte pelo menos, porque o partido tem um lado que satisfaz aos seus interesses. O PT tem um pé no alto, e um pé em baixo, como se costuma dizer. Se ele romper esse esquema, quais seriam os riscos? E em que condições, valeria a pena corrê-los? No plano partidário, já foi dito, essa ruptura passaria provavelmente por um rompimento, ou distanciamento, em relação ao PMDB, partido clientelista por excelência, e nada de esquerda, para dizer o menos. Sob que condições, uma dupla ruptura desse tipo, no plano social e no plano propriamente político, seria pensável e desejável?

Perspectivas de novas alianças políticas e de novas bases sociais para a esquerda

De um ponto de vista socialista democrático e independente, há no momento duas coisas a fazer, ou duas perspectivas, que não se excluem. Em primeiro lugar, importa lutar pelo fortalecimento das melhores tendências dentro do PT. Nesse sentido, não há nada pior do que “aceitar o pacote inteiro”. Sempre que nos dispusermos a apoiar o PT, ou a votar nos seus candidatos, o que, a meu ver, se impunha absolutamente no segundo turno das eleições presidenciais, é preciso fazê-lo de maneira crítica, sem se assustar com a reação dos zelotas do partido, que não hesitam em denunciar, como “direitista”, toda e qualquer crítica que se faça ao partido. Isto foi sempre assim, historicamente. Direções ou militâncias pseudo-ortodoxas, mais ou menos gangrenadas, sempre denunciaram os críticos como quem estaria a serviço da direita ou mesmo da extrema-direita (ver a experiência dos críticos do stalinismo). Na realidade, uma luta interna já existe. E frequentemente ela tem a ver, de algum modo, com os problemas levantados pela aliança com o PMDB. Observe-se, nesse sentido, que os melhores governadores eleitos do PT são gente que resistiu, de alguma forma, à política de aliança com o PMDB. Mas se houver ruptura com o PMDB, o PT necessitará de outro aliado, e este de onde poderia vir?

A meu ver, pensando, entre outras coisas, nas experiências europeias, que não podem ser transpostas sem mais, mas que, de qualquer modo são úteis, se surgir outro aliado para substituir o PMDB, o mais provável e viável, no plano político, é que ele venha do campo ecológico. É aí que poderia surgir uma aliança, sem os inconvenientes da do PMDB, e com outras vantagens.^[iv] Mas o que viso com isto? Por acaso me refiro à candidatura Marina e ao PV? Quanto ao PV, certamente não. Quanto à Marina, a resposta é incerta. Na realidade, o voto pró-Marina no primeiro turno teve apoio de setores importantes da esquerda, digamos, crítica, o que indica o interesse que têm esses setores pelos programas dos movimento ecologistas (a idéia de uma aliança verde-rosa deve lhes ter passado pela cabeça). A meu ver, a médio prazo, esse seria o caminho. Se passará por Marina Silva, é duvidoso. E certamente não passará pelo Partido Verde, pelo menos tal como ele é hoje. Mas isso não é obstáculo intransponível. Em diversos países, existe mais de um partido ecologista. Na França, em certa época, havia pelo menos três. Quanto a Marina, já falei das suas qualidades e defeitos, e o problema permanece aberto. Porém o que me parece essencial é pensar a importância do movimento ecologista. É um movimento que mobiliza, e que propõe um ethos anti-productivista, estranho tanto à tradição comunista, como, em boa parte, à tradição social-democrata. E que a esquerda não pode mais desconhecer. Ao contrário do que disseram alguns, o movimento ecologista se desenvolve muito, em vários países, e, em muitos casos, evolui bem. Não há dúvida de que existe uma ecologia de esquerda e uma ecologia de direita. Mas a tendência mais forte, é, a meu ver, a de esquerda, e, de qualquer modo, os movimentos ecológicos acabam se decidindo num sentido ou em outro. Apesar das aparências em contrário, é a ecologia de centro que se revela impraticável. Os ecologistas são obrigados a elaborar um programa econômico. Embora acentuando os projetos em matéria de meio-ambiente, lhes é impossível não se definir em termos dos outros problemas de sociedade. Ora, sem que eles percam a cor própria (por exemplo, certa resistência à onipotência e ao inchaço do Estado; mas, bem compreendido, seria isso um mal, algo incompatível com uma política de esquerda?), os ecologistas são obrigados a se definir na direção da esquerda ou na direção da direita, e, a meu ver, em geral, a sua “vocaçãõ” é para a esquerda.^[iv]

É interessante analisar mais de perto o que foi a candidatura de Marina Silva, no contexto da discussão sobre qual poderia ser não só a base política, mas também a base social de uma nova aliança. Provavelmente, os votos de Marina pertencem a quatro categorias. Houve um voto evangélico, que, no segundo turno, deve se ter transformado em voto pró-Serra. Um voto de eleitores de esquerda, que quiseram rejeitar o PT no primeiro turno, mas que, no segundo turno, votaram em Dilma. Um voto, talvez também de esquerda, em todo caso crítico, que foi para Marina, no primeiro turno, e, no segundo, virou voto em branco. E finalmente, um voto não religioso pró-Marina com segundo turno pró-Serra. (Esse último contingente teria de ser estudado melhor.

Seriam tucanos “históricos” descontentes com os rumos do partido, que dão um sinal contrário no primeiro turno, e depois apoiam?) Em todo caso, é preciso destacar o peso do voto de esquerda, no eleitorado de Marina. Quando se analisou esse eleitorado, falou-se principalmente dos evangélicos, e o resto, com poucas exceções, ficou mais ou menos na sombra. Ora, é preciso ressaltar o significado desse tipo de voto, que deve representar pelo menos cinco milhões de eleitores, provavelmente mais (entre cinco e dez milhões). Tradicionalmente, se subestima esse tipo de eleitorado, que é, grosso modo, de classe média. Na “teoria” clássica, seria voto da “pequena-burguesia”, o que significaria, voto de uma classe intermediária, e moralizante, sem pé na terra (e sem a famosa “consciência do proletariado”). É verdade que um parcela da classe média (melhor do que “pequena burguesia”) “fecha”, invariavelmente, com a direita, e às vezes com a extrema-direita. Mas isso não vale para toda a classe média. Aquele voto em Marina, que se costuma chamar de “pequeno burguês”, remete, em parte a um eleitorado constituído por intelectuais, em grande parte, talvez, a gente influenciada pela intelectualidade. Ora, é absurdo ter um gesto de desprezo para com esse eleitorado. Eu diria que ele é o mais consciente do país: de esquerda, contra a corrupção, pelos direitos humanos e a democracia também no plano da política internacional, e, em parte – creio eu –, paradoxo aparente, disposto a aceitar reformas mais radicais do que as que fez o PT, desde que elas se façam no interior de quadros estritamente democráticos. Quanto ao fato de esse eleitorado ser, como se diz, “pequeno-burguês”, seria bom lembrar o que escreve Cornelius Castoriadis contra o preconceito tradicional de que são os mais pobres que pensam e escolhem melhor. Ou, pelo menos, de que é o proletariado, ou o que hoje ele representa, que escolhe e vota melhor. Isso é um preconceito. As camadas mais pobres ou mais exploradas têm certamente um peso enorme, e da posição que assumem, dado o seu peso numérico e o seu papel na economia do país, depende muito do que virá a acontecer no Brasil. Mas, contra o discurso clássico, é preciso dizer que essas camadas não são sempre, e todo tempo, as mais lúcidas. E em segundo lugar, que a “pequena-burguesia” quase-intelectual e crítica representa um elemento – sem dúvida, coadjuvante, em termos de volume de votos –, mas essencial para o futuro das esquerdas brasileiras. O que estou propondo é que se “cultive” uma aliança entre a grande massa de pobres da população, e a intelectualidade radical. Dir-se-á que ela já existe, mas só existe de fato, não de direito. Que, quando esta camada se manifesta contra a corrupção, se cesse de ver aí o famoso “moralismo” (cf, por exemplo, artigos recentes de universitários marxistas ligados ao PT), e se entenda que a reivindicação de uma política diferente, com exigências de princípios (mas nem sectária nem “principista”), no estilo, aliás, dos antigos projetos e práticas do PT, não é só perfeitamente legítima, mas indispensável.^[vii] Em termos políticos – trata-se, evidentemente, de um novo quadro de forças que, por ora, só existe no horizonte – isto significaria abandonar a aliança com o PMDB, aliança desastrosa com uma sigla que representa uma constelação de clientelas, em proveito de outras, com futuros partidos ou movimentos efetivamente favoráveis ao progresso social. Como tentei mostrar, estes poderiam vir, mais facilmente, da “região” da ecologia (não se trata, como já disse, do atual partido verde, mas de movimentos ecológicos de outro tipo). Reforçando qualitativamente a sua base social, a constituição dessas novas alianças – e aqui, de novo, me afasto dos caminhos repisados do discurso de esquerda tradicional, o que soa

como um paradoxo – permitiria também reduzir o risco de uma eventual correção da política econômica do PT, a saber, permitiria a emancipação do petismo em relação aos grandes interesses industriais (sem cair em nenhum sectarismo anti-industrial) e à alta finança. Resumo o argumento “paradoxal”. Estou afirmando que uma atenção maior à classe média intelectual radical (um “acordo” com ela) – coisa que, na tradição, apareceria como guinada à direita – além de significar uma mutação essencial em matéria de ética política, permitiria, provavelmente, pelas razões indicadas, dar melhores condições para uma *virada à esquerda* na política econômica (uma política de juros mais corajosa, maior possibilidade de intervenção do Estado no Banco Central etc). Uma virada que não seria sem riscos – é preciso assumir certos riscos –, mas com riscos muito menores do que os que se assumiria, fosse ela feita nos quadros políticos atuais. O argumento parece estranho, insisto – ele o é, a partir do raciocínio clássico da esquerda –, mas, a meu ver, se impõe. A chamada pequena-burguesia intelectual, tão mal afamada, representa, provavelmente, não só um eleitorado mais exigente em termos de luta contra a corrupção, e de respeito pelos direitos humanos no plano da política internacional, mas um contingente que aceitaria de bom grado uma radicalização no plano da política econômica, se ela se operar em forma democrática. Sabe-se que se trata de uma camada radical, mas não se leva a sério esse fato. Para supor que alianças dessa ordem seriam possíveis, é preciso sair um pouco das grades tradicionais de pensamento (ou de não-pensamento), que limitam a perspectiva de políticos e analistas da esquerda brasileira.^[vii]

Desenvolvimentos: política externa e direitos do homem

Falta completar o que foi dito anteriormente sobre dois pontos importantes, situados, de resto, em planos diferentes. O primeiro é o da política externa. Recentemente, um dissidente chinês Liu Xiaobo recebeu o prêmio Nobel da Paz. Perguntado sobre essa atribuição, Marco Aurélio Garcia, assessor de Lula para a política externa, disse que não conhece o chinês premiado, e que o seu candidato era outro (creio que era Lula). Eis aí um bom exemplo da brilhante política externa do governo petista. E há aí uma agravante. Se, em muitos casos de mal julgamento, pode-se recorrer, como explicação, à ignorância crassa de boa parte da esquerda brasileira no que concerne à experiência do totalitarismo, aqui se deve constatar: Marco Aurélio Garcia sabe muito bem o que fala e o que faz. Até pouco tempo, era um socialista de estilo “autonomista”, leitor de Lefort e de Castoriadis. Mas “evoluiu”. Abraçou a *realpolitik*, e agora, conforme me foi dito (não pude confirmar), declara, por exemplo, que essa história de democracia é coisa do século XIX. Acho que não é preciso discutir uma afirmação dessa ordem^[viii]. Perguntamos: Dilma modificará, em alguma medida, essa atitude e essa política? Um fato auspicioso foi a declaração da presidente recém-eleita contra o apedrejamento de mulheres no Irã, e em favor da iraniana ameaçada de

execução por crime de adultério etc. A imprensa repercutiu favoravelmente as declarações de Dilma. Um dissidente cubano Dagoberto Valdés, do grupo “Convivência” pediu que a nova presidente dissesse, simplesmente, uma palavra de simpatia pelas vítimas da autocracia castrista^[ix]. Não creio que Dilma irá se manifestar imediatamente. Mas não perco a esperança de que poderia haver uma inflexão nesse sentido. Insisto: apoiar a luta dos dissidentes cubanos não enfraquece, mas reforça, e reforça muito, uma política externa independente. Independente no melhor sentido da palavra (não nos esqueçamos de que política externa “independente” e anti-americana, também fazem, no presente, os Ahmadinejad e cia., e fizeram no passado, os populismos, e também os nazi-fascistas: estes foram tão “independentes”, que até fizeram uma guerra contra a Inglaterra e os EUA).

Desenvolvimentos: a questão do aborto (propaganda religiosa e Estado laico)

O lamentável “barulho” (não houve, é claro, discussão) em torno do aborto, deixa um gosto amargo na boca. Uma vez passado o processo eleitoral, será necessário começar uma séria campanha de esclarecimento e de luta, em torno do problema do aborto. Este trabalho pode ser feito melhor pelas mulheres. Mas evidentemente, todos devem intervir. Seria preciso explicar que “a defesa da vida” é uma mentira, primeiro porque o que se tem de defender em termos absolutos não é a “vida”, em geral, mas o indivíduo humano vivo. O outro aspecto, ainda dentro do mesmo argumento, é o de que centenas de milhares de mulheres perdem a vida, praticando abortos clandestinos. Em terceiro lugar, insistir sobre o fato de que já a legislação atual reconhece que o aborto não significa morte de uma pessoa humana, porque se fosse assim, não se reconheceria o direito de aborto, em caso de estupro. Nenhum assassinato, mesmo para preservar a dignidade de tal ou qual pessoa, teria sido reconhecido pela lei. Em seguida, seria preciso insistir em que, já, pela lei atual, o aborto foi descriminalizado em dois casos. O problema é saber se devemos incluir outros casos, como fizeram a maioria dos países da Europa. Finalmente, importa explicar sob que condições (o prazo, principalmente) se daria a interrupção que se pretende legalizar. É de se pensar que boa parte da opinião pública brasileira desconhece essas precisões, de todos os pontos de vista, essenciais. Em geral, será preciso enfrentar o discurso das igrejas. Se é preciso evitar todo tipo de sectarismo, importa defender uma posição pelo menos agnóstica, porque, se continuarmos nessa rota, um dia será tarde demais para deter a corrente de superstição que domina o país. A propósito, quando Dilma falou em defender a liberdade religiosa, nas suas diferentes expressões, deveria lembrar também que, há, no país – e não poucos –, ateus e agnósticos. E que esses também querem que se respeite suas posições. Enfim, a propósito do problema religioso, em geral, seria interessante salientar que parte (sem dúvida só uma parte) da religiosidade popular se alimenta de uma preocupação ética. Dar ênfase aos problemas de ética na política – ou

da política, a distinção é, no caso, irrelevante –, poderia ser útil. Um discurso político e principalmente uma prática política em que essa dimensão não está ausente, é pelo menos um elemento importante de neutralização do fanatismo religioso.

Considerações finais

A eleição de Dilma Rousseff no segundo turno – dizia no início – foi um muito bom resultado. Aqueles que decidiram não apoiar a candidata do PT no primeiro turno, votando em branco ou mesmo optando por Marina Silva, mas votando em Dilma no segundo, não têm motivos para se arrepender. A meu ver, era esse o melhor caminho. Ele implicava riscos, mas não muito grandes, e, afinal, deu certo. Na realidade, era preciso, e continua sendo preciso, tomar certa distância em relação ao PT, sem deixar de apoiar tudo aquilo que é positivo na sua política. Dar carta branca ao petismo é a pior coisa. É preciso insistir nisso, porque no clima de acirramento eleitoral, ou de oba-oba após a vitória de Dilma, há uma tendência, muito patrocinada pelos petistas, a “vender o pacote inteiro”. Esquecer o passado, e simplesmente tocar para a frente. Engano. A pior atitude é a dos que acham que “a política é assim mesmo”, e que se deve dizer amém ao PT. Mesmo porque, como já disse, os melhores elementos dentro do partido estão longe de jogar suas fichas no status quo. Nem devemos nos assustar com as reações da pior parte do PT. Só a efetivação do programa de uma esquerda crítica poderá garantir a continuidade de uma política de redistribuição de renda, e abrir caminho para um projeto de esquerda que vá mais longe do que ela. Ele não só daria ao governo uma base maior de sustentação, mas privaria a direita e a extrema-direita dos seus principais argumentos. Claro que a direita, e principalmente a extrema-direita, continuarão criando obstáculos ao progresso social e, no caso desta última pelo menos, no limite, irão conspirar. Mas uma coisa é uma propaganda de direita que tem que mostrar a sua cara – ou tem de fantasiar eventos –, outra é a que se apoia sobre os erros e barbaridades que a esquerda efetivamente cometeu.

Há, atualmente, um clima de “Brasil grande potência”, que em parte se justifica – houve progresso real –, mas, em parte, é enganoso e perigoso. Claro que o desenvolvimento econômico, ressalvadas certas condições, é positivo, pois permite elevar as condições de vida do povo. Mas não queremos Brasil grande potência, pelo prazer de ser grande potência. No plano da política internacional, só nos interessa esse Brasil grande, se, mantendo e afirmando a sua independência, ele lutar pelo respeito dos direitos do homem e pela democracia, no mundo inteiro, na Ásia como na América Latina. Isto é tanto mais importante, se se pensar no que significa de ominoso a ascensão da China, país de regime totalitário e capitalismo selvagem. Não nos interessa

criar um novo monstro frio, mesmo que esse monstro seja verde e amarelo. Ao observar o entusiasmo fácil de alguns, ficamos pensando se esse patriotismo a-crítico não tem alguma coisa a ver, mutatis mutandis ainda, com o desastroso patriotismo “de esquerda” que assolou a social-democracia europeia, na segunda década do século passado. Nesse plano também, o discurso dos melhores do campo ecológico (junto com a parte melhor do legado social-democrata) tem muita coisa a ensinar: nem crescimento econômico pelo crescimento econômico, nem grande potência pelo prazer de ser grande potência. Nos dois casos, é o lado enganoso da ideologia do progresso que tem de ser desmistificado.

Empreguei nesse texto, os conceitos de “esquerda” e “direita”, conceitos de que de tão “reconhecidos” são mal conhecidos. (O termo “reformismo”, cujo oposto é “revolucionarismo”, também se tornou opaco). Como disse no início, impõe-se uma discussão do significado preciso deles, e um trabalho de investigação no plano dos fundamentos do que deve ser uma política para a esquerda. É o que tentarei fazer em um outro texto.

primeira semana de novembro de 2010

Referências

[1]Excurso sobre a questão agrária (o leitor poderá, se preferir, ler esse excurso no final, ou, simplesmente, omití-lo). Exemplo de como a lucidez diante da questão das derivas burocráticototalitárias é essencial para pensar também a política brasileira: a questão agrária. Aproveito a ocasião para, neste excurso, dar algum desenvolvimento à discussão desse tema. Em entrevista à televisão, Plínio acusou o governo petista de transformar os movimentos sociais em ONGs, e propôs simplesmente que se insistisse nas “ocupações”. Qual deve ser a atitude correta, de um ponto de vista de socialista radical e democrático, em relação a essa importante questão? Eu diria: é preciso apoiar a luta dos trabalhadores rurais, e se opor à atitude conservadora da direita e do centrodireita. Mas essa posição tem de ser enunciada com duas precisões. Uma é a de que apoiar a luta não significa apoiar a violência, mesmo se às vezes, é verdade, os limites entre uma coisa e a outra podem não ser muito nítidos. Na realidade, para as grandes linhas de uma política, eles o são. Diria que é preciso radicalizar as lutas até o “limite” da violência, mas sem ultrapassar esse limite, porque a violência não serve aos camponeses. A segunda precisão é que se deve ser exigente diante da questão de saber quem dirige o movimento camponês, e é aqui que aparece o problema de que partimos. Na tradição da esquerda radical, aceita-se, com excessiva facilidade, a ideia de que tal ou tal líder “represente” o campesinato. A possibilidade de que ele seja um falso representante, que, lutando contra a grande propriedade embora, vai levar água não para os camponeses mas para uma nova burocracia, é logo recusada, por ter um ar de argumento da direita. Esta, de fato, costuma apelar para a ideia de “manipulação”. Porém importa menos saber o que diz a direita, do que saber o que se passa efetivamente. Aqui, como mais ou menos por todo lado, há três e não duas posições: direita — incluindo puro “reformismo” —, esquerda tradicional mais ou menos burocratizada ou totalitária, e esquerda crítica. Na realidade, parte das pretensas direções camponesas, em particular as extremamente radicais, não representam uma verdadeira “direção camponesa”; apesar das aparências, não estão a serviço dos camponeses. Se é verdade que elas estão contra a grande propriedade — o princípio do terceiro excluído aqui, e alhures, não vale para a política dos séculos XX e XXI — disso não se conclui que elas estão a serviço dos camponeses.

De fato, seus planos são, mais ou menos explicitamente, os de trilhar os caminhos das chamadas revoluções russa, chinesa ou mesmo cubana. Ora, nos dois primeiros casos, a expropriação dos grandes proprietários, que, de fato, ocorreu, não se fez, porém, em benefício dos camponeses mas de uma nova burocracia, e, mais do que isso: os camponeses foram as grandes vítimas do processo, que culminou com o massacre de milhões deles. No caso cubano, não houve massacre, mas os progressos, muito relativos, no campo, se fizeram no quadro de um poder totalitário, que liquidou as liberdades e asfixiou a economia. Para não prolongar muito esse excursão, preciso, terminando, que, ao lado dos hiperradicaís, existem direções camponeses radicais, mas que são sérias e responsáveis, e isto, até onde sei, em parte dentro mesmo do MST, e em parte fora. Para fazer essas distinções, que não constituem sutilezas, mas remetem a elementos de uma situação complexa a deslindar, é necessário saber, em primeiro lugar – eis aí o problema de que partimos –, que a derrubada do capitalismo não leva necessariamente a uma sociedade mais justa. Ela pode levar a isso, mas pode levar também a uma nova forma de exploração, pelo menos tão terrível quanto a antiga, na realidade pior do que ela. Cabe à esquerda lúcida combater o capitalismo neutralizando ao mesmo tempo esse perigo.

[ii]Dirseá que era a direita que queria um segundo turno. Sem dúvida, ela queria, mas por razões próprias: através dele, ela contava com a possibilidade de uma derrota de Dilma. Que a direita queira um préresultado com objetivos diferentes dos nossos, não é sempre uma razão suficiente para não visar, por outros motivos, e com outros objetivos, esse préresultado, prolongando em sentido oposto ao da direita. Por exemplo, há alguns anos, na França, no referendo sobre a Constituição Européia, constituição muito marcada por uma filosofia econômica neoliberal, a extremadireita era contra, por razões de nacionalismo; mas isso não foi motivo para que parte da esquerda francesa votasse contra o projeto constitucional de fatura bem nitidamente neoliberal, e que veio a ser derrotado.

[iii] Aqueles que, no início do processo eleitoral, se referiram aos problemas de corrupção no PT (creio que posso me incluir entre eles), não podiam imaginar que, alguns dias mais tarde, estouraria um caso de corrupção, e não em alguma obscura agência do governo, mas no seu núcleo central, já que, envolvendo, ninguém menos do que a Ministra da Casa Civil.

[iv] Sem dúvida essa nova aliança também poderia incorporar a extremaesquerda, isto é, a parte da extremaesquerda que não apoia o PT. Mas além desse contingente não ser muito numeroso, de imediato pelo menos, é difícil que ocorram modificações importantes nesse campo. Porém, principalmente se os melhores do PT forem se impondo, é claro que gente do PSOL pode avançar na direção de uma política menos rígida e também com menos ilusões com os chamados socialismos reais. De um modo geral, convém insistir na necessidade de que se discuta, e se discuta muito, no interior da esquerda, numa atmosfera de franqueza e seriedade teórica. Que se troquem argumentos, que se remeta a experiências históricas, num clima diferente daquele, excessivamente tenso e dogmático, que é, em geral, o dominante, evidentemente agravado pelo embate eleitoral.

[v]Nesse sentido, situome numa posição eminentemente critica em relação a um artigo, intitulado “Marina em Wall Street”, publicado na Folha, em setembro, pelo meu colega e amigo Vladimir Safatle, artigo que traça um quadro ultrapessimista da ecologia no mundo, fornecendo, a meu ver, uma descrição essencialmente errada, inclusive no plano dos fatos. É verdade que o movimento verde alemão (na realidade uma parte dele) aceitou alianças regionais (nunca nacionais) com a direita (os verdes alemães fizeram alianças regionais e nacionais com a esquerda, e importantes dirigentes do partido declaram que eles estão mais próximos da esquerda do que da direita; a acrescentar que a apreciação, que faz Safatle, do ministro ecologista das relações exteriores, do governo da coalisão anterior – verde/socialista – Joschka Fischer, é equivocada: Fischer foi um muito bom ministro, não incorrendo nas derrapagens dos nossos amorins em matéria de direitos do homem). Mas o autor erra principalmente ao falar do movimento ecologista na França. Literalmente, é deste movimento que depende a derrota provável de Sarkozy nas próximas eleições. Na realidade, sob a égide de CohnBendit – que Safatle parece não apreciar –, formouse um novo movimento, Europe Ecologie, de que o antigo partido verde é apenas uma parte. O movimento inclui uma jurista libertária com uma bela folha de serviços, a franconorueguesa Eva Joly, e até um verde de extremaesquerda, bastante radical, José Bové. (Tentei publicar uma pequena nota crítica ao artigo de Safatle, mas não consegui que a inserissem nem mesmo na versão eletrônica das cartas de leitores.)

[vi] Mesmo se a situação interna do PT evoluir favoravelmente ao que há de melhor dentro dele, não nos iludamos, enquanto o PT depender do PMDB e de outros partidos do mesmo tipo, os problemas não desaparecerão, se é que não irão se agravar. Por melhores que sejam as suas intenções, dificilmente um governo consegue controlar, em termos de honestidade administrativa pelo menos, o que ocorre num ministério que está nas mãos de certos partidos aliados. Por outro lado, acordos do tipo dos que fez o PT, com Sarney ou com Collor, têm, em geral, não só um preço político, mas também um preço econômico, o que significa, na realidade, um preço “éticoeconômico”.

[vii] Minha impressão – impressão de não “político” – é a de que as análises correntes da política nacional oscilam entre modelos que ficam muito no plano especificamente político ou memo eleitoral, não dando suficiente peso aos substratos sociais, e modelos que dão mais espaço ao social; mas, então, eles trazem consigo uma carga marxista ortodoxa, de tal modo que só revelam o que a grade marxista permite ver. Assim, ou não se fala em classes, ou se fala delas, mas, então, o “proletariado”, por exemplo, aparece, com a sua inevitável consciência e vocação revolucionária, que, se não existir, há de ser “adjudicada” ou atribuída à força, em nome da teoria... Quanto à “pequenaburguesia”, como se sabe, ela hesitaria sempre, e “moralizaria” demais...

[viii] Depois de redigido este texto, tivemos mais uma pérola da diplomacia brasileira. Através da sua representante, o Brasil se recusou a votar favoravelmente a uma proposta do Canadá condenando as violações dos direitos humanos no Irã. A justificativa que foi fornecida é a de que seria preciso analisar o conjunto das situações, e julgar tudo de um ponto de vista imparcial e não político... Enfim, conhecemos a melodia, a do cinismo relativista. Não se condena um governo hiperrepressivo, porque todos os governos o são... um pouco... Assim, democracias (capitalistas embora) são postas no mesmo plano das ditaduras mais sangrentas do planeta. Se é essa a diplomacia “de independência nacional”, estamos bem. Nem o argumento de que se votássemos a moção estaríamos fazendo o jogo de tal ou tal país, nem o argumento, sobreposto, de que, justamente, foi a “grande imprensa” que criticou a posição do Brasil, procedem. É possível ser independente sem se comprometer com as autocracias mais sinistras da Terra, ou antes, só podemos ser verdadeiramente independentes se formos capazes de recusar o inadmissível, o que exige distância em relação à realpolitik. Quanto ao que diz a imprensa, grande ou pequena, se fosse esse o critério, teria sido impossível criticar os massacres de Stalin ou de Mao, já que a imprensa de direita falou mais deles do que a de esquerda. Problema complexo demais para os espíritos simples.

[ix] Dagoberto Valdés declarou: “Não queremos nada de extraordinário. Apenas que a nova presidente do Brasil defenda para o povo cubano a mesma liberdade que ela defenderia para a sua própria população”.

Alexandre CARRASCO

entre o passado e o futuro: antes, durante e depois das eleições de 2010

Brasil: entre o passado e o futuro, 197 pp., ed. Perseu Abramo, São Paulo (orgs. Emir Sader e Marco Aurélio Garcia) é um livro cujo propósito se configura, de início, como uma descrição do que teria sido o projeto do governo Lula, seu conteúdo popular e seu caráter progressista, e, por meio desse esquadramento, procura fazer a defesa da continuidade do projeto lulopetista (para usar um termo um pouco estranho da ciência política) nas eleições de outubro. O livro, portanto, é muito interessado (diríamos, à moda antiga, muito engajado) e isso, vale notar, não é vício ou virtude desde que seus interesses sejam informados ao leitor. E o são, sob várias formas, de modo que isso não vale como desculpa para os ingênuos, os incautos ou os desavisados.

Lançado em fevereiro de 2010, e, talvez, imaginando subsidiar uma discussão eleitoral que praticamente não houve, dada a dinâmica um pouco inesperada das eleições, “entre o passado e o futuro”, seu mote (mais do que o livro como um todo), também pode ser tomado como ponto de partida para pensar o que se passou nesta última eleição, e o quanto estivemos entre o passado (ou em um passado repentinamente muito presente) e o futuro (muito incerto, ao que parece), em um processo eleitoral que passou de muito previsível para imprevisível, e produziu inúmeros efeitos inesperados (e indesejados).

Antes, porém, de pensar como o processo eleitoral passado se fará presente em nosso futuro – próximo e, mesmo, nem tão próximo assim –, valeria a pena considerar de mais perto o livro, que também é revelador do passado e do futuro, a seu modo.

Começemos tomando o “miolo” teórico do livro como o que de mais notável ele traz. E entendemos por seu “miolo” os três seguintes artigos: “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda”, de Nelson Barbosa e

José Antonio Pereira de Souza; “A sociedade pela qual se luta”, de Marcio Porchamann e Guilherme Dias; “Participação e mudança social no governo Lula”, de Luiz Soares Dulci. Há ainda artigos de Emir Sader, Jorge Matoso e Marco Aurélio Garcia, de que trataremos mais rapidamente no final.

Se acertamos em supor que o propósito do livro é delinear o que teria sido o projeto político do governo Lula (sem problematizar muito como ele se formou, exceção para o artigo de Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza), parecemos que o artigo que melhor dá o traço de tal projeto é o dos economista Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza. Os autores, como economistas do Ministério da Fazenda, têm a vantagem de propor a teoria de um certa prática econômica que caracterizaria o governo Lula (sobretudo o segundo mandato) e, da qual, eles participam como operadores privilegiados. Contrariando, e muito, uma verdade jornalística recorrente, usada a torto e à direita – muito à direita – conforme o gosto (ou desgosto) do freguês, de que o governo Lula seria mero continuador das políticas econômicas do governo Cardoso, o debate que eles propõem (e que não houve no processo eleitoral) é justamente sobre se há ou não tal continuidade e como, em havendo, ela pode ser entendida.

O modesto autor destas linhas (e sem entrar nos meandros da ciência econômica), para início de conversa, considera que, se tal continuidade existe (o que não parece tão certo assim), ela é muito mais modulada e mitigada do que supõe nossa vã opinião pública. Pensemos no famoso tripé da política econômica: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit fiscal. No primeiro governo Cardoso o câmbio era fixo e, tirando o famoso fundo social de emergência, FSE, expediente instituído para burlar os repasses constitucionais obrigatórios (saúde, educação, fundo de participação dos municípios, entre outros) em benefício da saúde da moeda (o que seria legítimo apenas muito relativamente), não há uma única política de controle fiscal consequente com esse conceito. No segundo governo Cardoso, sob o peso de uma crise internacional na periferia e semiperiferia do capitalismo (ou de um sequência delas, conforme o entendimento de cada um), há, no Brasil, uma crise cambial que institui, ad hoc e de maneira abrupta, o câmbio flutuante. Em seguida, sob a orientação do FMI, e quase exclusivamente em virtude dessa orientação, e como condicionante de um empréstimo feito como último recurso antes do pior, criase a figura do superávit primário nas contas nacionais (que nunca constou no programa tucano).

O governo Lula parte desses fundamentos, que foram muito mais conjecturais do que se costuma admitir e muito menos a “política econômica” do governo Cardoso em sentido substantivo, e pensados, além do mais, exclusivamente para salvaguarda da moeda – e para quase exclusivo benefício de rentistas e credores, quando não são o mesmo. O que não significa que eles representam, tais “fundamentos econômicos”, o

que de melhor havia (ou há) na panacéia econômica para os problemas brasileiros. A máxima filosófica (um tanto demodê) também tem aqui sua tradução ótima para a economia política: não importa tanto o que eles fizeram da (na) economia, mas o que você faz daquilo que eles fizeram da (na) economia.

Sem querer antecipar, vale também outra máxima política, cuja forma quem dá é a onisciente sabedoria popular: em política, mãe é quem cuida, não quem pare; e os tucanos não têm mesmo muito o que lamentar se foram péssimos gestores de “suas” políticas públicas.

Mas vá lá, vamos considerar, por exemplo, o câmbio flutuante. No primeiro mandato de Cardoso ele é fixo, no segundo mandato de Cardoso é que ele é instituído – no início do governo –, sob as dores do parto de uma crise cambial. No governo Lula ele passa a ter uma flutuação suja e finalmente muito suja – na passagem do primeiro para o segundo mandato –, que repercute em uma política de acúmulo de reservas em moeda conversível (dólar, principalmente, mas também euro) como salvaguarda tanto para uma crise externa quanto para uma crise na balança de pagamentos, a última muito recorrente em nossa história econômica. Há uma evidente modulação da política de câmbio flutuante e, parecemos, máfé intelectual em pensar em uma continuidade pura e simples, nesse caso, de Cardoso a Lula.

Mas este é apenas um exemplo. Não nos desviemos muito de nosso caminho, voltemos pois ao artigo de Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza.

O artigo começa fazendo uma história da passagem do primeiro ao segundo mandato do Presidente Lula. Ele faz, portanto, a história da tal “inflexão” da política econômica, termo, aliás, muito acertado. De início, a acentuada ênfase fiscal dos três primeiros anos do governo Lula e o bloqueio a qualquer discussão acerca do possível crescimento do PIB potencial levam a crer, com alguma razão, que há mais continuidade que descontinuidade em relação às políticas herdadas do governo anterior. Por seu turno, quando se reabre a discussão acerca do PIB potencial e o conseqüente impacto dessa discussão na modelagem da taxa básica de juros necessária ao cumprimento da meta de inflação, essa mudança “metodológica” nos leva a pensar o sentido próprio da tal inflexão. Os autores consideram essa continuidade uma herança “neoliberal” do governo anterior, cujo efeito mais evidente é a da prevalência do problema fiscal sobre qualquer outro, a ponto de tornar qualquer discussão econômica irrelevante se ela não passar pela discussão fiscal.

Qual o ponto de inflexão, então? Qual o momento em que essa política econômica essencialmente fiscalista, de corte “neoliberal” passa a ser posta na berlinda? O período que vai de 2003 a 2005, de forte ajuste fiscal, não produziu efeitos relevantes de crescimento, como era esperado e prometido. Tal efeito (ou falta de efeito) põe em discussão o famoso “o que fazer”, conforme o artigo. O que parecemos um pouco pueril. O problema talvez tenha sido menos especulativo e mais político. Sabese, ademais, que há pelo menos um componente extraeconômico relevante nessa discussão: a queda do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Há que se considerar que, no momento de reorganização política do governo em virtude da queda traumática do Ministro, a discussão pródesenvolvimentista consegue ter maior peso e aproveitar-se da brecha política e do subsequente reordenamento que a queda de Palocci propiciou.

A despeito disso, a chave, segundo os autores nos indicam, para que um certo mal estar político em relação àquela política econômica excessivamente restritiva tenha uma adequada figura econômica “crítica”, estava na opacidade teórica e prática do PIB potencial, cujo modelo, segundo os autores, era incapaz de traduzir a capacidade real de crescimento da economia (sem implicar em pressão inflacionária). E isso porque não captaria ganhos de produtividade visíveis apenas com a aceleração do crescimento.

Assim, os desenvolvimentistas de plantão não seriam antifiscalistas ou próinflacionários. Sua discussão como a “ortodoxia” estava centrada na opacidade operacional do PIB potencial, o que sugere o quanto de arbitrário pode haver na ciência econômica, e que muda os termos do problema. A questão não é tanto a quantidade de inflação que deve ser sacrificada em nome do crescimento ou quanto de crescimentos deve ser sacrificado em nome da inflação, mas sim o quanto se pode efetivamente crescer sem pressão inflacionária:

“Para os desenvolvimentistas, o Brasil possuía um potencial de crescimento maior do que o estimado pelos defensores da visão neoliberal em 2005. Esse potencial de crescimento se devia a ganhos de produtividade ainda não aproveitados, mas que só se tornariam possíveis com uma aceleração do crescimento. (...)”

Os ganhos potenciais de produtividade da economia decorrem de várias fontes, mas podem ser agrupados em cinco categorias, segundo a visão desenvolvimentista. Em primeiro lugar, a aceleração do crescimento gera ganhos de escala na produção e, com isso, possibilita um aumento nãoinflacionário tanto dos lucros como dos salários por unidade produzida. Em segundo, a aceleração do crescimento faz crescer o emprego em setores formais, gerando desenvolvimento na produtividade média da economia pelo simples deslocamentos de trabalhadores de atividades de menor para outras de maior produtividade. Em terceiro lugar, a aceleração do crescimento induz as empresas

a aumentar seus investimentos, o que, por sua vez, promove expansão e modernização da capacidade produtiva da economia. Em quarto, a aceleração do crescimento possibilita o desenvolvimento de novos mercados, abrindo novas fronteiras de expansão. Por fim, em quinto lugar, a aceleração do crescimento provoca uma revisão para cima das estimativas sobre o potencial produtivo. Assim, ela induz uma mudança no estado de confiança dos agentes econômicos” (p. 71).

A passagem é pedagogicamente clara, mas não esgota o arco de considerações desenvolvimentistas em favor do crescimento/desenvolvimento econômico:

“A visão desenvolvimentista do governo Lula também enfatizava a importância as transferências de renda do governo federal para as famílias como instrumento de desenvolvimento econômico. Em contraste com a visão neoliberal, para os desenvolvimentistas as transferências de renda não se esgotavam apenas como mecanismo de combate da extrema pobreza: constituíam também um instrumento de expansão da demanda agregada e da elevação dos salários reais da economia. Nesse caso, para os desenvolvimentistas o principal instrumento de atuação do Estado era a elevação dos salários reais da economia. De um lado, isso fazia aumentar as transferências de renda para os aposentados e pensionistas do INSS e, do outro lado, elevar o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais. De acordo com a visão desenvolvimentistas, a distribuição de renda depende mais do poder de barganha das partes envolvidas do que da produtividade marginal de cada fator de produção. Nessa conjuntura, a elevação do salário mínimo real poderia fazer com que uma parte crescente da produtividade do trabalho fosse direcionada para o aumento dos salários reais” (p. 72).

O trecho acima é, mais uma vez, lapidar e funciona quase exemplarmente como uma aula de economia política: porque ela explica não só o expediente econômico por meio do qual o crescimento pode ser acelerado, como qualifica politicamente o sentido distributivo desse crescimento. Aí, vale lembrar um pouco os desencontros do início do governo Lula: por exemplo, as disputas sobre a política distributiva, com vistas a diminuição da desigualdade, que giravam em torno da opção entre políticas restritas, focadas, de redução da pobreza e políticas de universalização (focalização versus universalização).

Tomemos a liberdade de citar trecho de um estudo sobre o tema:

“No final dos anos 90, instalouse uma polêmica a respeito da orientação do gasto público e seu comprometimento com a redução da pobreza. O ponto que mais provocou

controvérsias diz respeito à focalização visàvis a universalização na orientação desse gastos. Com atores defendendo ardorosamente suas posições em cada lado, essa é uma questão central na agenda social brasileira, juntamente com a concepção e sistematização de processos de monitoramento e avaliação de políticas e programas na área” (“Pobreza e desigualdade de renda no Brasil”, Lauro Ramos & Rosane Mendonça, in *Economia Brasileira Contemporânea*: 19452004,p. 363).

É sabido que no início do governo Lula a tese da universalização perdeu para a da focalização, prescrita, entre outros, pelo FMI. O programa “Fome Zero” segue essa linha de raciocínio bem como, mais tarde (aí, apenas em alguma medida), o “Bolsa Família”. O caso, conforme o argumento dos autores, que nos parece bastante convincente, indica que, com a inflexão havida na política econômica do governo Lula, pós 2005, as políticas de focalização passam a ser subsidiárias de políticas universais de distribuição de renda. Tal é o significado da valorização do salário mínimo – que ganha muito ênfase no segundo mandato – , seu efeito multiplicador (incidindo sobre as aposentadorias e pensões), e seu impacto sobre o mercado de trabalho informal (em virtude de seu efeito “farol”, isto é, funcionado como orientador dos agentes e das expectativas acerca da remuneração mínima da força de trabalho). A politização da política distributiva via incremento do mercado de trabalho e consequente disputa pela produtividade marginal de cada fator de produção que tal incremento torna possível é um “subproduto” não menos considerável. Ele torna o crescimento econômico politicamente mediado e dá, igualmente, um sentido político à distribuição de renda.

Sem querer avançar demais nos detalhes do artigo – que são muitos e bastante sugestivos –, o que ele revela, por meio da descrição da tal inflexão na política econômica do governo Lula pós 2005, o que parece bastante crível, é que tal política consegue dar conteúdo popular para o crescimento econômico, porque ele só funciona (em grande parte) de modo distributivo, à medida que uma nova “modelagem” do PIB potencial permite pensar que é possível mais crescimento sem inflação. Uma vez tal pressuposto colocado em prática, a alteração das expectativas dos agentes econômicos permite que a profecia seja autorealizável. O resultado é que o crescimento médio do PIB “subiu de 3,2 em 20032005, para 5,1 em 20062008” (p. 74).

Mas nem tudo são flores, afinal. Houve um repique inflacionário, em 2007, que os autores põem na conta de um “choque adverso na oferta de alimentos não comercializáveis”, em um quadro de economia aquecida. Somase a isso, segundo o diagnóstico do autores, o fato de que o fim da CPMF produziu igualmente mais estímulo econômico em uma economia já aquecida. Na sequência, a crise econômica de 2008 e as políticas anticíclicas implementadas no fim de 2008 e início de 2009, torna o quadro econômico ainda mais complexo. Embora a perspectiva dos autores seja positiva, já que consideram que estariam dadas condições para uma queda significativa das taxas

de juros e o início de um longo e inédito ciclo de crescimento com distribuição de renda, o problema inflacionário parece não estar afastado de todo bem como certa leniência na política fiscal.

Enfim, temos um inusitado arranjo para a história do país, em que o crescimento econômico depende principalmente de políticas distributivas universais, em um processo que se autoalimenta, o que compromete a maior parte da sociedade com o crescimento econômico e, simultaneamente, politiza esse crescimento à medida que ele também torna possível e passa por uma disputa distributiva.

O que não significa que uma tal política também não tenha seus limites. Por certo que sim. Mas algo parece ficar: a invenção da participação interessada dos mais pobres na disputa distributiva. Expliquemos, seguindo o curso do livro.

Tomando, agora, o texto de Marcio Porchmann e Guilherme Dias (“A sociedade pela qual se luta”), que advoga a tese de que há uma longa história de injustiça distributiva no Brasil que não deve estar dissociada da nossa modernização regressiva (ou “negativa” como prefere alguns autores). Tudo é um pouco óbvio para quem tem a experiência cotidiana do brasileiro comum de uma grande cidade. Mas talvez a injustiça distributiva seja um eufemismo: há (ou havia, a conferir) um situação quase naturalizada de anomia distributiva (que repercute no sistema de tributário). Os mais pobres recebem menos de tudo, pagam proporcionalmente mais impostos, e a manutenção dos “fundamentos econômicos” funciona normalmente de modo antidistributivo. Ora, se afinal o governo Lula cria finalmente as condições para um crescimento econômico sustentável (ao que parece), e cuja distribuição da riqueza passa a ser politicamente mediada pelos fatores de produção, temos, aí sim, algo inédito: a formalização em escala inédita, por meio dessa política econômica, do interesse difuso dos pobres brasileiros. Quando se fala do descolamento da opinião política dos pobres das classes médias talvez estejamos assistindo a isso: o reconhecimento pelos pobres de que eles têm interesses legítimos e diferentes dos interesses dos outros estratos ou classes sociais. Nesse caso, o salto político parece ser considerável.

Mas isso, que funciona em tese para explicar certos comportamentos eleitorais, ou uma curva mais longo no tempo, é insuficiente para explicar tudo o que houve na última eleição. Podíamos, então, concluir com algumas considerações sobre as últimas eleições, pensando simultaneamente no texto de Luiz Dulci, “Participação e mudança social no governo Lula”.

A impressão que se tem do texto não é das melhores. Depois de fazer n considerações “basistas” (as eleições não são tudo, o governo Lula reconhece os movimentos populares, os partidos políticos não esgotam a “representação”) e listar as Conferências Nacionais ocorridas durante o governo Lula, tem-se a falsa impressão de um sociedade civil em efervescência. Será mesmo o caso? Não seria mais óbvio pensar em uma idealização do “basismo”, que não se sabe se ingênua ou de má fé. O que assistimos nas últimas eleições parece exigir menos otimismo e mais análise. É fato inegável que a experiência de base, fora dos quadros oficiais, constituiu umas das pedras de toque da formação e da experiência do PT bem como da experiência política brasileira recente. Por basismo entendemos toda a organização da sociedade civil (dos sindicatos, das CEBs às associações de bairro) que podem ser tencionadas politicamente de modo a representar conteúdos sociais que escapam da representação “oficial”, burocratizada e cristalizada. Em um momento em que a política partidária e a representação oficial era incipiente ou mesmo insuficiente, fim da ditadura e início da “redemocratização”, as representação de base não só expressavam legitimamente conteúdos sociais ocultos ou mesmo recalcados como punham na berlinda a representação oficial, partidos e políticos. Mas quando os partidos e políticos “tomaram a base”, em um processo de amadurecimento previsível, o que resta de legítimo, de uma “representação que se inventa”, dessa base? Há, reiteramos, a impressão da tese de um falso espontaneísmo. Não é nem esse, entretanto, o ponto fundamental: o ponto fundamental diz respeito ao poder. O quanto essa “democracia de base” não mistifica a divisão real do poder hoje no Brasil. Há efetivamente poder que emana daquela miríade de conferências? Suspeito que não e suspeito igualmente que uma tal ideologia da base, por oposição a experiências de organização que independem de reconhecimento oficial, como, de fato, sucedia nos anos heróicos, serve mais para obliterar o problema da reforma política, no seu ponto central: a verdade da representação por oposição à conveniência dos partidos e ao poder já instalada na sociedade. De fato, há o famigerado “reconhecimento” dos movimentos sociais. Mas acreditar que isso não venha de per se em um governo de esquerda, parecemos demais.

E o que vimos na última eleição? Além da emergência de um discurso conservador que parece que vai ficar para além das eleições, uma divisão social dos votos e a formação de uma nova maioria com interesses próprios – os pobres –, vimos igualmente como certas mediações de base, sobretudo as igrejas, cuja capilaridade em um país continental e com um sistema de voto proporcional passa a ser uma vantagem quase imbatível, produzem ruído na verdade da representação. Não parece que o elogio ingênuo das “bases”, que funcionam de maneira análoga, seja suficiente para entender isso. Ao mesmo tempo, o que chamamos a verdade da representação tem necessariamente que ver com a democracia: o direito de cada um fazer valer seu interesse por meio da política, não necessariamente partidária.

Há, afinal, um balanço ambíguo das possibilidades que tem (e teve) o governo de escutar o que diz “a voz rouca das ruas” (aliás, a frase é do ex-presidente Cardoso), ainda que a proeza do presidente Lula seja sem precedentes: depois de dois mandatos, elege sua sucessora com controle quase absoluto do processo.

Uma última e rápida menção sobre os outros três artigos que compõem o livro. “O Brasil herdado”, de Jorge Matoso e “O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição”, de Marco Aurélio Garcia mereceriam um tratamento à parte, por motivos opostos. Ambos versam sobre temas sensíveis, mas de recepção diversa. O artigo de Matoso é favorecido pelo senso comum, de fato não há muito como contestar que a herança “de fato” do governo Cardoso, em números, não foi lá das melhores. Por outro lado, o artigo de Marco Aurélio, por tratar de tema mais sensível, exigiria um desenvolvimento mais extenso. Precisar se houve mudança teórica ou de ênfase na política externa do governo Lula e como pensar tal mudança (mesmo que seja retórica) é uma exigência que o artigo cumpre apenas em parte.

Já o artigo de Sader, repleto de uma estranha mitologia, toca em um ponto consequente, mas parece que à revelia do autor. O mantra: de Getúlio a Lula, (“Brasil: de Getúlio a Lula”, o título do artigo) repõe o tema do retorno mítico de Getúlio na figura do operário presidente. Tal “continuidade” deveria ser melhor explorada. Não pelo tratamento que lhe dá Sader, mas justamente porque tal afirmação passa facilmente por verdadeira. Entender a relativa pertinência dessa história inventada parece ser a melhor pergunta a fazer.

Concluimos por aqui, voltando às promessas do passado (de um passado recente e nem tão recente assim) que não foram cumpridas e são sempre refeitas como promessa de presente eminente (repleto de passado): “um país de 190 milhões de brasileiros”, título da entrevista da então candidata, hoje presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que encerra o livro. Que esse país seja, em breve, nosso país.

claude lefort

Ruy FAUSTO

claude lefort

(1924-2010)

Faleceu, em outubro de 2010, o filósofo político Claude Lefort. Jornais e revistas francesas e estrangeiras publicaram certo número de textos por ocasião da sua morte, mas o conjunto é, sem dúvida, insuficiente, se pensarmos no que Lefort representa para o pensamento contemporâneo, e para o pensamento socialista, em particular. Aluno de MerleauPonty, e jovem militante trotskista no apósguerra, Lefort – ele se chamava, até o início dos anos 40, Claude Cohen, Cohen era o sobrenome da sua mãe – logo contesta as teses trotskistas sobre a natureza da URSS, e a estratégia trotskista para a França (governo PCPSCGT – Confederação Geral dos Trabalhadores, prócomunista). Para a questão da natureza da URSS, foi decisivo o encontro com Cornelius Castoriadis (1922-1997), economista e filósofo, que militara no trotskismo grego, e que chega à França no final de dezembro de 1945. Operase aí uma mutação essencial do pensamento socialista do século. Valendose sem dúvida do que já haviam escrito alguns outros, principalmente Boris Souvarine (Stalin, 1935), e o croata Ante Ciliga (Dez anos no país da grande mentira, 1938), além de Hannah Arendt, Castoriadis e Lefort procedem a uma crítica da heterodoxia ortodoxa de Trotski que via na Rússia stalinista um “governo operário deformado” e que tinha como programa, no plano internacional, a “defesa da URSS”, regime “degenerado”, mas socialista. A essa conceituação “barroca”, e, sem dúvida, teoricamente frágil, Castoriadis e Lefort opõem a idéia de que se tem lá ou um capitalismo de novo tipo (integralmente burocrático) ou um novo regime de exploração e opressão, o qual deve ser tão combatido quanto o capitalismo ocidental. A idéia central – que parece se dever mais a Castoriadis do que a Lefort, mas Lefort a incorpora e, com Castoriadis, a desenvolve – é a de que o decisivo não é saber de quem é a “propriedade” dos meios de produção (se do Estado, ou de capitalistas privados), mas sim quem os controla efetivamente (quem tem a posse deles, se se quiser). Ou, preferindo, se a propriedade é do Estado, o determinante é saber quem controla o Estado. Chegase assim à idéia de uma posse que não é mais privada, mas que também não é coletiva, em sentido universal: os meios de produção na URSS estariam nas mãos de uma nova classe ou camada, a burocracia, e portanto seriam objeto de uma posse privadacoletiva (coletiva, em sentido nãouniversal). Essa tese leva longe, porque, mesmo se, na sua primeira formulação, é construída a partir dos quadros teóricos do marxismo, ela conduz, num segundo momento, a uma crítica de Marx – àquela crítica a que procederam, efetivamente, Lefort e Castoriadis, poucos anos mais tarde.

Em 1949, após a ruptura com o trotskismo, os dois amigos organizaram um grupo e fundaram uma revista de mesmo nome, “Socialismo ou Barbárie”, cuja publicação se estendeu até Junho de 1965 (o grupo sobreviveu até a primavera de 1966). Mas Lefort se retirou de um e de outra, em setembro de 1958, por divergências relativas ao projeto político do grupo, e à concepção do que deve ser uma organização socialista. Nesse momento, ele que, junto com Castoriadis, já se distanciara do marxismo, abandona também o projeto revolucionário – mas não toda perspectiva de esquerda, à qual é fiel até o final da sua vida. Porém, a partir daí, seu grande tema é a democracia, e a influência de Tocqueville passa a ser decisiva. O fim do império comunista, que vem confortar as suas teses, e as de Socialismo ou Barbárie, como já o haviam feito, antes, a revolução húngaras e as revoltas tcheca e polonesa, é ocasião para novas reflexões e escritos.

Até aqui, falei principalmente do Lefort político ou teórico da política socialista. Insisti nesse aspecto, porque, de uma forma ou de outra, ele, em geral, fica mais ou menos em segundo plano, o que é decepcionante. Se a obra teórica de Claude Lefort não se restringe a isso, não seria excessivo dizer que ela está marcada, até o final, pelo projeto de uma política lúcida para a esquerda.

Em 1971, Lefort publica, Elementos de uma crítica da Burocracia; em 1978, As Formas da História, ensaios de antropologia política; segue-se A Invenção Democrática, os limites da dominação totalitária (1981), Ensaios sobre a política, séculos XIX e XX (1986), e Escrever, à prova (à l'épreuve) da política (1992). Ele contribuiu, ainda, para um livro coletivo sobre 68, em parceria com Castoriadis e Edgar Morin, escreveu um volume de textos consagrados a MerleauPonty, e um pequeno e precioso livro sobre o Arquipélago do Goulag de Soljenitsine. Seu grande livro históricoteórico, O Trabalho da Obra, Maquiavel, que provém da tese que defendeu com Raymond Aron, é de 1972. Em 1999, voltou ao tema do totalitarismo, com A Complicação, de novo (retour sur) sobre o comunismo. O Tempo Presente, escritos (19452005), editado em 2007, reúne seus artigos até então não publicados em livro. A maioria das suas obras estão traduzidas para o português.

Enquanto Castoriadis continuava professando o projeto de “autonomia”, o nome que ele vai dar à sua idéia de um socialismo semianárquico (mas com dinheiro e circulação simples), Lefort, muito menos crítico das democracias modernas do que Castoriadis, passa a ser, cada vez mais, o teórico da democracia, regime que ele define como sendo aquele em que o poder designaria um “lugar vazio”, não “incorporado” por nenhum de seus ocupantes. O tema da “revolução democrática” não pode eludir, entretanto, a questão do capitalismo, e até o final da vida, principalmente, depois do início da crise, Lefort volta, frequentemente, “à difícil exploração das relações entre democracia e economia de mercado” (Le Temps Prés., p. 730) – na realidade, entre

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

ISSN 2236-2037

democracia e capitalismo –, sem, entretanto, lhe dar maior desenvolvimento. Com Lefort, morre um dos grandes do século. Quem quiser pensar o destino do marxismo, a natureza dos regimes burocráticototalitários, e o problema da democracia, deve necessariamente estudar a sua obra. Corpus original, constituído principalmente por textos relativamente curtos, o que o desvalorizava junto ao establishment, francês pelo menos, com a agravante de que tratava, em geral, de temas que a Universidade desconhece. Felizmente, entretanto, por caminhos difíceis, a obra foi, pouco a pouco, penetrando, na Europa e na América, e a tendência é, hoje, reconhecer, no seu autor, um dos maiores pensadores políticos do século.

claude lefort

Ruy FAUSTO

uma entrevista inédita de claude lefort

(27-04-2004)

Em 2004, entrevistei Lefort – que eu conhecia, desde a sua primeira visita ao Brasil em 1953 –, para uma revista que um grupo de amigos organizava, revista que finalmente não saiu. Servime do texto francês que reproduz a gravação da entrevista, e que foi corrigido à mão por Lefort.

Ruy Fausto – Você quer dizer alguma coisa sobre a situação brasileira?

Claude Lefort – Eu não me sinto, de modo algum, competente, para apreciar a situação política no Brasil. E só disponho das informações da imprensa ou de amigos brasileiros, de passagem. A imprensa não é neutra; por outro lado, ela gosta de publicar os acontecimentos que produzem sensação. O próprio *Le Monde*, por exemplo, deu um lugar bem amplo ao acontecimento que foi a vitória de Lula. Atualmente, ele dá grande destaque às manifestações dos camponeses sem terra, ou a um caso de corrupção nas esferas mais altas do Estado. Todos esses acontecimentos estão no mesmo plano? Tudo o que posso dizer é que o sucesso de Lula me dá uma grande esperança. Há muito tempo, eu me interessei pela figura desse militante que se situa fora dos quadros tradicionais, o qual me parecia romper com todas as formas de populismo que o mundo latinoamericano engendrou. Encontrei, há bem pouco tempo, o texto de uma série de conferências que eu havia feito em 1990, no quadro da Universidade Internacional de Filosofia, portanto logo depois da queda do muro de Berlim. Desde há muito, eu estava convencido do fracasso do sistema soviético, e eu não duvidava da amplitude das oposições que ele havia suscitado na Europa do Leste. A Conferência de Helsinki, que Brejnev pensou aproveitar, se revelava um trunfo considerável para a dissidência, na URSS, e para a oposição democrática, na Tchecoslováquia, Polônia e Hungria. Mas fui surpreendido pela rapidez da decomposição do bloco do leste. Foi nessa conjuntura que eu esforcei por demonstrar que o socialismo só podia ser fecundo se ele levasse em conta as necessidades inerentes à economia de mercado, o estado da técnica e da produção, e se esforçasse por fazer com que se reconheçam e ampliem os direitos de

todas as categorias da população, direitos a dispor de condições de vida decente, direito à proteção social e à educação e à cultura etc. Dessa perspectiva – enquanto tentava fazer o balanço do fracasso do sistema soviético, eu evocava a manutenção do capitalismo selvagem no Brasil, a profundidade da fratura social que existia no país, e mencionei um discurso que Lula havia feito dois anos antes, ao se candidatar às eleições, em que ele declarava que devemos fazer a revolução – a luta contra a fome, [pela] propriedade da terra, contra o analfabetismo, e em que ele concluía dizendo: se alcançarmos o capitalismo que eu vi em Portugal e na Espanha, já teríamos feito uma revolução. Essas declarações eram provocadoras, em certo sentido, e fiquei maravilhado com elas, pois, há muito tempo, eu havia criticado e denunciado a distinção convencional entre o reformismo e a ação revolucionária. Desde há muito, eu pensava que o reformismo havia sido desacreditado, porque ele tinha sido associado à timidez da esquerda e àquilo que se chamava de colaboração de classe; mas Lula dava a fórmula de um reformismo radical. Não posso julgar da situação atual, dizia, nem da legitimidade das críticas que se fazem, hoje, contra a sua ação. Pelo menos, eu penso que, na medida em que ele desejava agir no quadro das instituições democráticas, para aplicar o seu programa, ele devia manobrar habilmente, buscar alianças com os grupos progressistas, e, principalmente, não assumir o risco de ver o Brasil boicotado pelas instâncias financeiras internacionais e pelos EUA. Portanto, não me espanto que ele tenha procedido com uma extrema prudência. No total, importa é saber se ele conseguirá pôr logo em prática as reformas fundamentais. Na espera disto, sinto a priori a maior desconfiança em relação a uma fração da intelligentsia de esquerda, que, de resto, se beneficia, nessa sociedade, de privilégios consideráveis – penso em particular nos universitários, que conheço bem – e que se alimenta de uma fraseologia revolucionária. Essa desconfiança não é, de resto, completamente a priori, pois encontrei, no Brasil, intelectuais, e não dos menores, que continuam a admirar [Fidel] Castro. Pouco importa que ele tenha quase liquidado a economia cubana, que ele tenha massacrado dissidentes, impedido toda liberdade de expressão, em resumo, que ele tenha edificado um regime de estilo totalitário; Castro continua sendo o herói da revolução latinoamericana, por ilustrar (*pour figurer*) uma independência em relação à América.

R.F. – O que você pensa da situação na França? A esquerda acaba de obter uma vitória nas eleições regionais, mas fora as regiões, a direita detém quase todos os poderes...

C.L. – A situação mudou sensivelmente desde essas últimas eleições, que deram a maioria à esquerda nas regiões. A noção de região era bastante nova na França. Aliás, salvo em duas, de resto bastante periféricas, a esquerda ganhou em todas as regiões. É preciso saber que, há dois anos, Chirac havia ganho as eleições, graças ao fracasso relativo do líder socialista, no primeiro turno. Diante do perigo que representava o

movimento de extremadireita de Le Pen, a esquerda havia mandado votar em Chirac, no segundo turno, palavra de ordem que havia sido observada de forma maciça. Portanto, o que é digno de nota, o que convém destacar, é que, diante do perigo [que representava] a extremadireita, Chirac foi eleito, finalmente, tanto pela direita como pela esquerda.

Se Chirac podia ter tentado uma política, digamos, progressista, buscando concluir uma aliança relativa entre a esquerda e o centro (porque, até então, a [sua] política era de centrodireita), ele pôs em prática uma política ofensiva, como se fossem os seus partidários que lhe haviam dado autoridade, ignorando [o fato de] que quase a metade dos seus eleitores eram de esquerda. Ele pôs em prática uma política ofensiva. A saber, no plano econômico, uma política de aliança evidente com o patronato; no plano, diria, da sociedade civil, pôs em primeiro plano uma ideologia puramente securitária; no plano social, acelerou as reformas, algumas das quais são necessárias, mas sem verdadeira negociação; no plano cultural, digamos, freou os investimentos nos setores da educação, como no da pesquisa científica. Por isso, o governo fez com que saíssem à rua, em escala nacional, não só os operários e os empregados, mas, sucessivamente, os policiais, os bombeiros, até os próprios magistrados. Foi em popularidade que ele pagou o seu fracasso. Agora, é preciso dizer, estamos diante de uma situação política muito incerta. Porque, por um lado, há uma legitimidade que decorre da maioria de direita no Parlamento, e uma outra legitimidade que decorre da opinião majoritária da esquerda. Sem dúvida, é a primeira que conta do ponto de vista jurídico e efetivo, mas não se exclui, muitos observadores o prevêm, que Chirac não possa chegar ao final do seu mandato presidencial, que expira em dois anos. Isso posto, há uma política de esquerda? A esse respeito, é preciso responder que, por ora, ela é bem obscura. Porque a esquerda é heterogênea. Não penso apenas no fato de que sobrou uma ala comunista que, de resto, não tem mais do que seis por cento dos votos, não penso apenas que o PS deve se aliar com os verdes, mesmo se [*alors que*], sob certos aspectos, eles estão em desacordo. Penso no fato de que o PS permanece, por um lado, tradicionalmente preso à política que punha em prática Jospin – uma política (como definir?) socialdemocrata empirista, que, antes de mais nada, evitava ser impopular e tomar medidas audaciosas. O PS continua a viver com a imagem que ele cultivou durante décadas. Toda tentativa de definir algo que seria da dimensão da França, o que eu chamei de reformismo radical, isto é, uma aceitação aberta dos problemas que levanta o novo modo de produção, toda tentativa desse tipo, aparece como perigosa, isto é, como questionando, de certo modo, os princípios do PS. Atualmente, o PS está preocupado sobretudo em encontrar uma linguagem que una as tendências, que são distintas. E o que se chama de “segunda esquerda”, isto é, uma esquerda que rompeu abertamente com a tradição marxista revolucionária, esta segunda esquerda se desenha com muita dificuldade. É preciso compreender, digamos, que todas as críticas que se podem fazer, atualmente, ao PS, ou à esquerda em geral, devem levar em conta uma mudança importante [que ocorreu] na situação social. A saber, que, na França,

como na maioria dos países mais avançados economicamente, as linhas de classe tornaram-se imprecisas (*se sont brouillées*). E se a gente observar a maneira pela qual se distribuíram os votos nas últimas eleições regionais, constatase que, se, sem dúvida os operários votaram majoritariamente na esquerda, há diferenças consideráveis de voto, conforme se considerem as categorias que, hoje, compõem, grosso modo, a [população de] assalariados. Por outro lado, se observarmos os votos de cada região, [veremos que] não há, no conjunto da população de assalariados, uma linha de ruptura (*clivage*), que, claramente, dê conta das opções políticas. O que significa que, por causa das transformações do sistema de produção, há hoje um aumento considerável dos tipos de trabalho, grosso modo, de serviços, relativamente ao que era o trabalho operário; o que era outrora um dos grandes fatores determinantes (*ressorts*) sociais e políticos, a saber, a polarização entre um proletariado concentrado, e categorias de empregos de outro tipo, não existe mais. Ao que, se acrescente [o fato de] que, hoje, a inserção da França no mercado internacional, que provoca as “deslocalizações” de empresa cada vez mais numerosas, cria uma insegurança social considerável. Todo o último período foi marcado pelas vagas de licenciamentos, e, coisa ainda mais digna de nota, o mercado de trabalho tende a se fechar para os jovens, mesmo para aqueles que estudaram, e quanto a quem tem mais de 50/55 anos, para eles, tornou-se praticamente impossível encontrar um novo emprego. Assim, estamos em presença de uma sociedade, na qual a divisão clássica tradicional entre classes se combina com uma variação considerável dos percursos individuais. [Pierre] Rosanvallon, principalmente, mostrou bem isso, nos seus artigos recentes. E portanto a esquerda só pode definir uma alternativa política levando em conta [esses fatos], encontrando uma linguagem que responda às expectativas do eleitorado, que são de caráter muito diversificado, marcando ao mesmo tempo a sua oposição, digamos, à política da direita, que, grosso modo, é uma política em favor da defesa dos interesses do patronato. Ver a esse respeito, um artigo recente em *Le Monde*.

R.F. – O que você pensa da situação atual, no que se refere à Comunidade Européia?

C.L. – Eu lamento que, há muito, não se tenham feito esforços para mobilizar a opinião a propósito da questão das instituições européias. Eu espero que a ideia da Europa será adotada sem dificuldade maior, na França, mas o trabalho de explicação das consequências da inserção da França na Europa não foi feito como ele deveria ter sido feito. Porque o problema não é somente o da integração da França num mercado econômico, mas é, ao mesmo tempo, o da busca de uma interação social na Europa, e de uma integração política. Entendo bem que a Europa permaneça diferenciada. Ela não pode deixar de ser, de resto. As nações não estão ameaçadas nas sua identidade, como querem acreditar os soberanistas. O que importaria é que haja uma orientação social comum (acordos sobre os salários, as aposentadorias, a seguridade social). Mas,

apesar de todas essas carências, [devese dizer] que não se marca suficientemente o que, está em jogo, com a Europa, no plano social e político (*les enjeux sociaux et politiques de l'Europe*). Por que se deve ser europeu? A meu ver, porque esta é a condição para que, daqui por diante, se evitem, nesse imenso espaço, situações de crise e de guerra, como vimos na Jugoslávia; porque se dá segurança aos países da Europa Oriental, em relação à sua [situação de] proximidade em relação à Rússia, e porque, finalmente, se por um lado não parece pensável que os Estados-nações se apaguem, parece importante que, diante dos EUA, haja grandes unidades. E aqui, penso não só na Europa, mas também no Mercosul. O qual, talvez, poderia ser favorecido, acelerado, pela imagem da unificação europeia. Unificação, não significa aqui, [digo] mais uma vez, dissolução das partes contratantes. Mas significa mais do que acordos econômicos internos. A Europa me parece estar hoje a caminho, mas ameaçada pela ideologia dita liberal: um primeiro passo consistiria num reagrupamento, no Parlamento europeu, das diversas formações de esquerda, e, por outro lado, na criação de uma frente sindical.

R.F. – Você poderia dizer alguma coisa sobre a sua história política [na revista e grupo] Socialismo ou Barbárie, e mesmo antes que o grupo se formasse?

C.L. – Me admiro do interesse que hoje merece Socialismo ou Barbárie, um interesse que pude constatar no decorrer das viagens que fiz ao exterior. Isso me surpreende tanto mais, pelo fato de que esta revista, quando existia, tinha um número bem ínfimo de leitores, e também porque não se pode dizer que ela tenha tido uma influência política sobre os acontecimentos em curso. Curiosamente, ela foi um sucesso póstumo. Na realidade, Socialismo e Barbárie nós a criamos, [Cornelius] Castoriadis e eu, com alguns camaradas, abandonando o trotskismo em 1948, e nossa idéia era criar uma revista e um grupo que fosse ao mesmo tempo marxista, socialista, no sentido mais forte do termo, mas que fosse ao mesmo tempo claramente antistalinista, e que atacasse, ao mesmo tempo, por um lado o sistema soviético, e por outro, o sistema capitalista. Castoriadis e eu, nos havíamos encontrado no início da criação do partido trotskista na França, logo depois da Libertação. Castoriadis chegava da Grécia, e chegava já armado com uma teoria do capitalismo de Estado. Ele julgava que a URSS representava este último estado (*stade*) do capitalismo. Eu me situava num outro terreno, diria, mais político, eu achava – logo criei uma tendência com Castoriadis – que, se nós havíamos adquirido a convicção de que havia uma dominação da burocracia na URSS, era absurdo ter uma estratégia que visasse persuadir a classe operária a criar um governo PC/PS/CGT, no momento mesmo em que criticávamos a burocracia na URSS. Era preciso escolher. Se escolhêssemos a via de uma democracia proletária, era preciso desenvolver uma crítica coerente do PC, [partido] cujo objetivo era, sob uma fraseologia involuntária, o de instaurar um regime burocrático do mesmo tipo que o dos

países do leste. Permanecemos no interior do partido trotskista, dirigindo uma tendência oposicionista, durante mais ou menos três anos. Depois, criamos a revista e o grupo, em 1949, e eu rompi, junto com um pequeno número de camaradas, em 1958. Nessa revista, houve sempre, no decorrer desses anos, uma tensão entre Castoriadis e eu, a despeito da nossa amizade e do nosso acordo a propósito da crítica da burocracia. Castoriadis queria criar uma nova organização política, eu, de minha parte, pensava que devíamos procurar ter principalmente o papel de suscitar e cristalizar núcleos de operários revolucionários nas empresas, sem tentar assumir o papel de uma direção, isto é, sem nos propor construir o que, a meu ver, seria, inevitavelmente, um novo partido. Nossas divergências apareciam claramente à leitura de Socialismo ou Barbárie. Castoriadis não dizia explicitamente que o nosso movimento devia chegar até a criação de um partido dirigente, mas, a meu ver, suas análises tendiam a isso, necessariamente. A ruptura se produziu – eu dizia – em 1958, no momento da chegada de De Gaulle ao poder. Castoriadis e a maioria do grupo achavam que se cavava um grande vazio social: fracasso dos sindicatos, fracasso dos partidos de esquerda. Eles quiseram passar ao estágio de uma organização política propriamente dita. Eu me retirei.

O que faz a originalidade de Socialismo ou Barbárie é que esta revista foi a única que procedeu a uma crítica política e sociológica do stalinismo, que rompia com a tese trotskista de um “Estado operário degenerado”. Digamos assim: uma crítica do sistema burocrático que existia na URSS, e, ao mesmo tempo, uma crítica da prática do PC na França. Nesse momento, éramos uma minoria muito pequena. Eu mesmo me perguntei sobre as origens da minha oposição em relação ao regime da URSS. E me lembrei que, quando estava ainda no Liceu [segundo ciclo do secundário], em classe de Filosofia – meu professor era MerleauPonty – eu ignorava ainda o que era o trotskismo, quando ele me perguntou sobre as minhas opiniões políticas. Era sob a ocupação alemã, em 1944, portanto numa conversa reservada. Ao me ouvir, ele me perguntou se, por acaso, eu conhecia trotskistas, já que o meu radicalismo parecia muito próximo do trotskismo, mesmo se eu não conhecesse isso. Alguns meses mais tarde, por acaso, fiz uma articulação (*noué une liaison*) clandestina com um militante trotskista – duplamente clandestina, em relação aos alemães, e em relação aos resistentes comunistas. Isso me levou a entrar no PCI [Partido Comunista Internacionalista, agrupamento trotskista], que fora criado recentemente. Não sem – nesse intervalo – arrastar comigo, para esse aventura, um certo número de estudantes.

O que faço questão de precisar é que, independentemente do que escrevi em Socialismo ou Barbárie, – graças a MerleauPonty, eu publiquei em 1945, nos *Temps Modernes*, artigos sobre as obras que haviam analisado e criticado precocemente o sistema comunista da URSS, como a de [Boris] Souvarine e a de [Ante] Ciliga.^[1] Por

outro lado, em 1948, o que na época me punha em posição de ruptura com a opinião dominante, eu escrevi no *Les Temps Modernes* um texto audacioso sobre *Eu escolhi a liberdade* de [Vitor] Kravchenko. Kravchenko era um alto quadro do regime soviético, que fugira para os Estados Unidos. Ele relatava a sua experiência na Rússia, e descrevia o processo de burocratização e de corrupção, com uma grande clareza. Ora, Kravtchenko foi acusado, por toda a esquerda, de ser um renegado, chegavase até a dizer que americanos o haviam pago para que escrevesse o livro, e, mesmo, que estes últimos o haviam escrito. De lá para cá, toda a sua análise foi justificada. No prefácio de uma reedição posterior do livro, eu fui designado como o único intelectual na França a ter defendido Kravchenko. Para ver qual era o clima político na época! Isso [foi possível] – repito – graças à proteção de MerleauPonty, que nem sempre estava de acordo com as minhas idéias, e que me permitiu escrever nos T.M. até 1953. Tive um conflito com Sartre, que se tornara, de repente, defensor do Partido Comunista, e que me consagrou um longo artigo de uma incrível violência^[iii].

R.F. – O fenômeno do terrorismo deu origem a diferentes reações. O que você pensa desse fenômeno?

C.L. – Desde o início, desde o atentado de setembro nos EUA, achei que estávamos no início de um novo tipo de guerra, que teria consequências. Sei que circularam as informações mais estapafúrdias, mais absurdas, que diziam, por antiamericanismo, que os americanos tentavam produzir motivos para intervir no Oriente Médio. Desde quando se relatou como foi montado o atentado, desde que eu soube que ele havia sido longamente preparado, e que Bin Laden tinha enviado os seus agentes para se formar em diferentes países, eu tive a convicção de que se tratava de uma verdadeira organização internacional de um novo tipo. Ora, uma organização internacional tem uma estratégia. Seria estúpido imaginar, como se fez na época, que se tratava de uma nova vaga de nihilismo, como houvera outrora na Rússia. Qual poderia ser essa estratégia? Essa estratégia consistia a obrigar os americanos a aparecer *fisicamente*, isto é, militarmente, nos países do Oriente Médio. Eles os atraíam para uma cilada. Como um governo americano, pouco importa se fosse democrata ou republicano poderia não atacar o Afeganistão, onde havia terrenos de treinamento dos homens de Bin Laden? Portanto, a organização terrorista os atraía com plena consciência. Ela não podia crer que não haveria resposta militar. Nenhum presidente americano poderia ter feito outra coisa, que não o que fez Bush nesse momento. É bem possível que Bin Laden – o núcleo dirigente – tenha julgado que os americanos teriam tido mais dificuldade do que tiveram no Afeganistão. Que eles se enterrariam lá. Na realidade, por enquanto, eles não saíram de lá. Mas, enfim, grosso modo, eles conseguiram limpar o território das tropas de Bin Laden. Porém isto era apenas um episódio. O objetivo da organização era criar as condições

de uma situação, a termo, explosiva, que suscitasse, nas populações árabes, o ódio contra os americanos e a formação de pequenos grupos terroristas. Ora, por enquanto, é preciso dizer que eles tiveram êxito nessa estratégia, e o tiveram, graças à reação do governo Bush, que decidiu mostrar qual era a sua potência no Oriente Médio. Assim, ocorreu uma conjunção que não era evidente, entre, por um lado, essa estratégia de uma organização terrorista, e de outro, a do governo americano, de extrema direita (é preciso dizer) que acreditou ter encontrado a ocasião de “reconfigurar” o Oriente Médio, e se lançou numa guerra aventureira contra o Irak. A guerra contra o Irak só podia precipitar os americanos numa aventura com consequências imprevisíveis. Numa conferência [que pronunciei] em Boston, diante de um público “liberal” (eu havia sido convidado a ir aos EUA, imediatamente antes da declaração de guerra), eu emitia a ideia de que a iniciativa de uma guerra que não seja aprovada pela ONU não é em si condenável, pois afinal tinha havido uma guerra travada na Jugoslávia para impedir a limpeza étnica no Kosovo, sem a autorização das Nações Unidas. Portanto, não era tanto o argumento jurídico que se poderia invocar. Mas, no caso, a questão essencial (*le tout*) era saber quais seriam as consequências políticas da guerra, e se os resultados políticos da ação haviam sido efetivamente levados em conta. Ora, a intervenção na Jugoslávia fora pontual, já que se sabia que a Rússia não interviria. Não se tratava, nem mesmo, em princípio, de derrubar o governo de Milosevic, embora se pudesse imaginar que, protegendo o Kosovo, e, principalmente, bombardeando a Sérvia, Milosevic não aguentaria muito tempo. Em compensação – eu dizia –, às vésperas da entrada das tropas no Irak, esta guerra parecia aventureira, porque, qualquer que fosse a superioridade dos Estados Unidos, as consequências eram imprevisíveis. Então vê-se bem agora, mesmo se o terrorismo não tem mais um centro que coordene todos os atentados, estes continuam a se inscrever numa mesma estratégia. Tudo depende de saber em que medida os serviços de informação e a cooperação internacional serão eficazes, de maneira a neutralizá-los. Mas, por ora, são todos os países europeus que vivem em risco (.....)^[iii] vê-se bem que eles precisam dispor de meios financeiros consideráveis, para agir desde a Europa até o Extremo Oriente. Tem-se aí um novo tipo de conflito, que ocupa o espaço do grande antagonismo entre os dois blocos, o qual ficou para trás.

R.F. – Você fez várias viagens ao Brasil. A primeira em 53. A última, não há muito tempo. O que é o Brasil para você?

C.L. – Eu estive, pela primeira vez, no Brasil, em 1953⁵⁴. Eu ensinei no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, então na rua Maria Antonia. Guardo uma lembrança excelente. Quanto ao Brasil, foi uma imensa descoberta para mim, algo que conta muito na minha vida. Todas as notícias concernentes ao Brasil me são preciosas. Estabeleci laços de amizade com inúmeros brasileiros. Fiquei fascinado pelo próprio

Brasil. Estive de novo por lá em várias ocasiões. Deve ter havido um intervalo de uns vinte anos entre a minha primeira estada e a segunda, que ocorreu no período final da ditadura. Quando voltei [para a Europa], fiquei muito amigo principalmente de [Roberto] Salinas. Sua morte me chocou muito. Ele era, em extremo, um brasileiro, pela sua sutileza, seu humor, sua sensibilidade, seu sentido da hospitalidade. Voltei ao Brasil duas ou três outras vezes. Estive no Rio Grande do Sul, fiz uma conferência em Porto Alegre há bastante tempo, já havia uma municipalidade petista, e eu me lembro de já ter falado então de um reformismo radical! Estive, evidentemente, em Campinas, no Norte, em Recife, na Bahia. Não posso dizer que conheço bem o Brasil, porque é preciso ficar mais tempo. Finalmente, tive um grande prazer em acolher em Paris, no meu seminário, estudantes de excelente nível (*remarquables*), que desde então fizeram uma carreira brilhante.

Referências

[i] *Tratase do Stalin*, de Boris Souvarine, que é de 1935, e do livro *No país da mentira desconcertante*, publicado primeiro (em 1935), sob o título *No país da grande mentira*.

[ii] Ver em *Les Temps Modernes*, n-º 89, abril de 1953, Lefort, “*Le Marxisme et Sartre*”, e Sartre, “*Réponse à Lefort*”. Sartre escreve, por exemplo: “... se eu fosse um jovem patrão, eu seria lefortista”. Ou: “...você quer provar que você serve melhor ao proletariado se ancorando na burguesia intelectual..... E porque não na burguesia inteira?”

[iii] Correção manuscrita de leitura difícil. Sentido provável: “como os Estados Unidos”.

Ruy **FAUSTO** (com agradecimento a Cícero **ARAUJO**) [i]

em torno da insurreição de 1917 e dos seis em torno da insurreição de 1917 e primeiros meses do poder bolchevista

(1ª parte)

Introdução – A história da insurreição de outubro de **1917**, e dos primeiros tempos do poder bolchevista, foi, desde sempre, mais ou menos mitificada. A versão leninista, ela mesma já bastante enganosa, deu lugar, à medida que Stálin começava a sua carreira vitoriosa, a uma versão falsificada, e depois fantasiosa, no estilo das produções ideológicas do stalinismo. Com a contestação krushevista e depois gorbacheviana de Stálin, apesar dos limites e dos interregnos de recuo, liberouse de certo modo a antiga versão leninista, menos fantasiosamente falsificadora, mas de qualquer modo pouco objetiva. A atividade crítica da historiografia antileninista (liberal e socialista não-leninista), que data pelo menos dos anos 30, e já tem portanto, uns oitenta anos de existência, foi muito salutar. Não, entretanto, sem ter dado respostas às vezes unilaterais, às vezes simplificadoras, no seu afã de desconstruir a versão oficial. Não entrarei aqui no detalhe da historiografia sobre a insurreição de outubro (digase de passagem, na discussão dessas leituras, a versão tomada como tradicional é a que questiona as teses bolchevistas, e a que as tenta, mais ou menos reabilitá-las, é chamada de “revisionista”; mas esse ponto – não, claro, a própria discussão – remete a um problema de terminologia).

O presente texto é uma versão muito reduzida de um trabalho de mais fôlego. O balanço crítico que comecei a elaborar tomou dimensões incompatíveis com uma publicação em revista. Na impossibilidade de publicar aqui o texto completo, apresento uma discussão das questões essenciais, deixando de lado uma parte da sua fundamentação “empírica” (as aspas remetem ao fato de que utilizei principalmente, mas não só, é verdade – já que há fontes primárias traduzidas[ii] – fontes secundárias). De qualquer modo, espero ter fornecido o essencial das referências que fundamentam as teses aqui apresentadas. Mais do que isto, além do que já fornece o corpo do artigo,

decidi interpolar no texto, na forma de quatro excursos, cujos temas são indicados, um material (em geral) narrativo relativamente amplo.^[iii] É que a história dos anos 1917 na Rússia é, apesar das aparências, muito mal conhecida e, como já disse, obscurecida por mitos persistentes. A acrescentar que os detalhes e a microhistória têm, aqui pelo menos, uma importância muito maior do que a que se supõe. Pode dizer, que, sem ela, é difícil entender o que foi a política do bolchevismo (a de Lênin e Trotski, em particular), nos anos **191718**.

1. Seria possível esquematizar os problemas principais que se colocam, quando se pretende refletir sobre a insurreição de outubro de **1917** e sobre o que ocorre no primeiro semestre de **1918**. As questões são essencialmente as seguintes. A insurreição de outubro de **1917** foi uma verdadeira revolução? Ou foi, como pretenderam alguns historiadores e homens políticos – de direita, e de esquerda não-leninista – mais um golpe de Estado do que uma revolução? Pergunta já antiga, e que merece discussão. A segunda questão é: porque razões o poder estabelecido em outubro (novembro) de **1917** era constituído apenas por membros do partido bolchevique? Ou seja, por que, ou em que condições, a insurreição de outubro leva ao poder um governo de um só partido? Tais perguntas remetem aos acontecimentos que antecedem o movimento de outubro, e ao processo do próprio movimento. As questões seguintes, de igual, ou talvez de maior importância, remetem ao que ocorreu no período de outubro (novembro) de **1917** a junho/julho de **1918**. Elas são essencialmente duas. Por que razão ou razões, o poder bolchevista evolui, ou involui, em alguns meses, de um regime de estilo autocrático, mas no interior do qual subsistiam certos espaços de liberdade, para um regime autocrático fechado? Essa mudança decorre da irrupção da guerra civil, como se pretende frequentemente? E, segunda pergunta: qual o curso que tomam as relações entre as massas populares e o bolchevismo, no período que vai de outubro (novembro) de **1917** a junho/julho de **18**? A base popular do bolchevismo aumenta, como se pretende frequentemente, ela se mantém no nível alcançado em outubro, ou ela se deteriora substancialmente? Eis aí o quadro das questões. Dados os limites desse texto, não poderia desenvolver muito a discussão, e, como já observei, as referências às fontes têm de ser mais ou menos limitadas.

2. Para a interpretação bolchevista tradicional, nada poderia parecer mais abstruso do que pôr em dúvida o caráter de “revolução” do movimento de outubro. Entretanto, o problema é menos simples do que parece. “Revolução” se opõe, em geral, a “golpe de Estado”. Marc Ferro, autor de uma história da revolução de **17**, afirma em algum lugar que, em outubro de **1917**, houve as duas coisas. Revolução e golpe. Mas essa resposta é ela mesma ambígua. Que houve “golpe de Estado”, no sentido de que houve uma preparação militar vinda de cima para se apossar do poder, não é negada nem por Trotski, na sua *História da Revolução Russa*. A questão é saber se esse “golpe de Estado” responde ou corresponde ao lado “revolução” do processo (se supusermos que houve também esse lado), ou se pelo contrário, ele, de algum modo, se lhe opõe.

Há razões para pôr em dúvida (ou “atenuar”, de alguma forma) o caráter de “revolução” do processo de outubro . A participação popular foi muito pequena. Trotsky fala numa participação total ativa máxima de 25 mil a 30 mil,[iv] o que, observa o historiador Orlando Figes, representaria “mais ou menos 5% de todos os operários e soldados da cidade”. Claro que se poderia discutir a importância do número de participantes. Mas observe-se, na revolução de Fevereiro, havia algumas centenas de milhares de pessoas na rua.[v] Dirseá que isso é normal, na medida em que Fevereiro foi uma revolução de muitas classes, enquanto que outubro teria sido uma revolução operária. O problema é que, em Fevereiro, já no dia 23, havia uns 100 mil operários na rua,[vi] “um terço da força de trabalho industrial da cidade”. No dia 25, havia uns 200 mil.[vii] A diferença em relação a outubro é muito grande. E observe-se que os 25 ou 30 mil participantes em outubro, de que fala Trotsky, representam o conjunto dos participantes ativos. Na famosa tomada do Palácio de Inverno, teria havido menos do que 15 mil, talvez bem menos.[viii] Como se sabe, a vida da cidade funcionou mais ou menos normalmente durante o episódio insurrecional. Enfim, se “revolução” indica uma grande mobilização de massas, outubro não foi uma revolução. Entretanto, é verdade que os bolcheviques tinham apoio popular, de soldados, marinheiros e operários. Eles haviam conseguido maioria no soviete de Petrogrado, em setembro e também no de Moscou, e as eleições para as dumas mostram o seu progresso. Por outro lado, eles seriam majoritários no Segundo Congresso PanRusso dos Sovietes, que se abre no momento mesmo do movimento de outubro (inicialmente – antes da retirada de mencheviques e SocialistasRevolucionários (SR) – os bolcheviques tiveram maioria relativa; absoluta, só com seus aliados SR de esquerda). Mas, além do fato de que a maioria popular de que eles dispunham se manifestou muito pouco em outubro, aqui abremse alguns problemas (em parte já invadindo a segunda questão). O primeiro é o de saber o que queriam os eleitores do partido bolchevique, assim como os delegados aos sovietes e ao Congresso dos Sovietes. Certamente, eles queriam o fim do Governo Provisório. Porém, a esquerda menchevique dirigida por Martov também o queria, e também a esquerda SocialistaRevolucionária (além de outros grupos da esquerda da esquerda). Mesmo o Préparlamento[ix] havia votado uma moção de desconfiança em relação ao Governo Provisório. Mas essas maiorias dentro e fora dos sovietes, queriam um governo bolchevique, e, mais especificamente, só bolchevique? Tudo o que se sabe leva à idéia de que o que eles queriam era “um governo dos sovietes”, sem dúvida um governo não coinciliacionista dos sovietes, mas um *governo que não fosse só do partido bolchevique*. Inversamente, majoritário ou não, Lênin não pensa em manifestações de massa, e quanto aos sovietes e, particularmente, ao Congresso, fora um curto episódio sobre o qual voltarei logo mais adiante, ele não pretende, de modo algum, ser alçado ao poder através desses órgãos. Excetuando o referido interregno, ele conspira ativamente, e trata de convencer o seu partido de que é preciso não só tomar o poder, mas de que é necessário tomá-lo antes do Congresso dos Sovietes (como se sabe, Trotsky diverge, ele quer que as duas coisas coincidam, o que, por razões que veremos, acaba acontecendo). Poderseia perguntar: se Lênin convocasse as “massas” para

grandes manifestações, elas teriam saído à rua? Se ele as tivesse convocado, certamente teria havido mais gente na rua, mas é duvidoso que houvesse muita. Há certa convergência, na idéia de que havia um refluxo do movimento de massas. Porém, o essencial é que ele não convocou. Ainda mais importante, por que Lênin quer tomar o poder antes do Segundo Congresso? A resposta que dá Figes parece convincente. Quaisquer que fossem os riscos, Lênin queria ter as mãos livres para governar, e não depender dos soviets. Um governo indicado pelos soviets teria de ser, de algum modo, um governo de coalisão. Ora, se os bolcheviques tomassem o poder antes do Congresso, haveria possibilidades bem maiores de que esse governo fosse um governo só do partido bolchevique. Lênin nunca deixou dúvidas sobre o problema de saber como ele gostaria que os bolcheviques governassem. A posição de Trotsky indicava uma diferença importante? Trotsky estava um pouco mais interessado em legitimar o poder bolchevique pelos soviets, mas aparentemente não tinha uma perspectiva muito diferente da de Lênin.

Aqui, já entramos na segunda questão. Por que o governo que é entronizado em outubro é apenas bolchevique? A perspectiva de Lênin até as jornadas de julho é a de tomada do poder pelos soviets (ou pelo menos a palavra de ordem é “todo poder aos soviets”). Ele a retira, em seguida, porque considera que os soviets se passaram para os moderados, para recolocála em setembro, quando os bolcheviques se tornam majoritários. Em setembro, há um momento em que ele considera possível uma tomada do poder através dos soviets, com a participação de outras tendências (SR de esquerda e mencheviques internacionalistas, essencialmente). Kamenev, o melhor representante dos bolcheviques moderados tenta um acordo, e Lênin o apoia, isso no começo de setembro. Em quê tal tentativa poderia redundar não sabemos. Supondo que o acordo se fizesse – e em que bases ele se faria? – é de se perguntar como se comportariam os bolcheviques nessa coalisão. Mas fracassada essa tentativa, seu projeto passa a ser o de um governo apenas bolchevique, ou, em todo caso, um governo em que os bolcheviques teriam as mãos livres. Sabese o que aconteceu depois.

Excurso I Lênin e a tomada do poder por um só partido

Chegando à Rússia em abril, Lênin dá como perspectiva a luta contra o Governo Provisório e contra a direção moderada dos Soviets, e propõe uma nova revolução e um governo dos soviets (e não uma república parlamentar).[x] Perspectiva que não foi apoiada imediatamente por quase ninguém no partido. No final do mês, o projeto é um pouco atenuado, porque se reconhece a necessidade de um “longo período de agitação” para que as massas sigam o partido no seu caminho em direção à nova revolução.[xi] Depois das jornadas de julho e da repressão contra a extremaesquerda, Lênin retira a palavra de ordem de “todo o poder aos soviets” para recolocála em setembro,[xii]

quando os bolcheviques passam a ter maioria. Esse é o momento em que se abre a possibilidade de um acordo no interior da esquerda, e de uma tomada do poder pacífica pelos soviets. Kamenev, o líder bolchevique que encarna melhor uma perspectiva democrática, se esforça por concluir uma aliança tripartidária, e é mesmo apoiado por Lênin, na primeira quinzena de setembro. Mas a aliança fracassa, os resultados da Conferência Democrática [uma conferência organizada por iniciativa dos SRs e mencheviques, para discutir precisamente a questão da aliança com os liberais] são contraditórios, e Lênin volta à perspectiva da revolução armada. Esse episódio foi muito utilizado para mostrar as intenções “democráticas” de Lênin, mas por várias razões, ela não prova muito. Lênin nunca pensou num verdadeiro governo de coalisção. Que o seu projeto sempre foi o de governar em regime de partido único poderia ser confirmado ainda por uma carta que ele envia a Lunatcharsky em 25 de março de 1917: “A independência e a separação do nosso partido, nenhuma aproximação qualquer que seja com outros partidos – são para mim um ultimatum. Sem isto, seria impossível ajudar o proletariado a avançar, através da revolução democrática, até a comuna, e eu não obedecerei a outros objetivos”.^[xiii] Figes critica a ilusão de Deutscher, segundo o qual Lênin queria fazer do soviete uma espécie de parlamento à inglesa:^[xiv] “[O abandono, entre julho e setembro da palavra de ordem “todo poder aos soviets”] era revelador da atitude de Lênin em relação aos soviets, em cujo nome o seu regime viria a ser fundado, [o fato de] que, sempre que os soviets deixavam de servir os interesses do seu partido, ele estava pronto a abandoná-los”.

Formado o Comitê Militar Revolucionário dominado pelos bolcheviques, o qual vai assegurando poder sobre a tropa, Kerensky reage tentando fechar dois jornais bolcheviques. Começa uma mobilização de soldados e guardas vermelhos (os guardas vermelhos eram destacamentos de operários, constituídos no início, independentemente, mas que logo cairão sob o controle dos bolcheviques). Quando começa o Congresso dos Sovietes, a cidade já está praticamente nas mãos dos adversários do Governo Provisório, que subsistia ainda, entretanto, apoiado por pequenas tropas, no Palácio de Inverno. Na sessão do Congresso, Martov propõe um governo com representantes de diferentes tendências revolucionárias. A proposta é recebida com apoio esmagador. Mas aí, protestando contra o movimento, socialistas revolucionários de direita e mencheviques de direita se retiram. Martov fica e propõe, de novo, uma coalisção. Trotsky faz então o seu famoso discurso jogando todos os adversários do bolchevismo “na lata de lixo da história”. Martov e os mencheviques internacionalistas se retiram então. Os SR de esquerda ficam, mas não aceitam participar do governo, porque querem um governo de coalisção ampla (eles entrariam no governo em dezembro, e ficariam até março). Aqui evidentemente entra a discussão do papel da direita menchevique – que foi majoritária no partido até outubro –, e dos socialistas revolucionários de direita. Se a formação de um governo exclusivamente bolchevique é lamentável, e se ela se deve certamente ao “vanguardismo” de Lênin (e também de Trotsky, mas não de todo o partido bolchevique), ela se deve também, é claro, à política ilusória, para não dizer mais, de mencheviques e socialistas revolucionários, que insistiam na aliança com os liberais (o problema da aliança com os liberais é que ela impedia toda tentativa de responder de uma maneira mais satisfatória

à ofensiva radical de operários e camponeses : o insucesso das tentativas de fazer uma política mais radical, por parte do líder SR Tchernov no ministério da Agricultura, e do menchevique Skobelev no ministério do Trabalho, o comprovam).

Excurso II Sobre o Governo Provisório

O Governo Provisório, do qual participarão os socialistas a partir de maio, é tradicionalmente considerado como um governo fraco, que foi incapaz de resolver os grandes problemas, guerra e terra principalmente, e que, por isso, caiu. Isto, em grandes linhas, é verdade. Porém, são necessárias algumas precisões. Rex Wade escreve em *The Russian Revolution, 1917*:^[xv]

“Quando se faz a lista das falhas do Governo Provisório e dos Defensistas revolucionários [os mencheviques de direita e os socialistas revolucionários de direita, que participam do governo a partir da primeira coalisão em Maio] introduziram amplas (sweeping) reformas, especialmente, mas não só, no [campo dos] direitos civis e das liberdades. Estas reformas foram realmente notáveis, se comparadas com o que existia na Rússia havia apenas algumas semanas, e mesmo se comparadas com o mundo, na época. Eles tentaram criar uma sociedade democrática e mais igualitária, baseada na autoridade da lei e não na arbitrariedade, e um sistema político baseado em eleições e na vontade popular, e não na autocracia e no autoritarismo. (...) Dificilmente [se pode considerá-los] moderados [se julgados] por qualquer medida normal do socialismo europeu da época, e menos ainda em comparação com a sociedade russa de antes de 1917. Eles (...) [se situavam] na faixa (edge) radical do pensamento europeu e mundial da época”.

Isto se refere tanto ao Governo Provisório, como em particular aos socialistas que participaram dele. Deve ser essencialmente correto, no que se refere às medidas políticas. Mas, para as medidas sociais, a coisa é mais complicada. Não há dúvida de que havia projetos bastante avançados, mas, ao que parece, só uma parte, em geral pouca coisa, pôde ser posta em prática.

Há três elementos principais num balanço dos avanços (incluindo os virtuais...) atribuíveis ao Governo Provisório. Por um lado, o que se fez no início, antes mesmo da entrada dos socialistas. Havia uma atmosfera de pacificação, e por exemplo, numerosos padrões aceitaram a redução da jornada a 8 horas, como resultado de conversações com o Soviet.^[xvi] No que vem depois, acho que se deve destacar os projetos de

Skobelev, ministro do trabalho menchevique de maio a agosto de 1917, e os de Tchernov, grande figura do centro SR, ministro da Agricultura, também de maio a agosto.

“Quando (...) Skobelev se torna ministro do Trabalho (...) escreve o historiador Edward Acton ele anuncia confiante uma longa lista de reformas do trabalho” que pretendia introduzir: “pleno apoio legal para a jornada de oito horas, pleno direito de greve, estabelecimento de uma inspetoria do trabalho, um sistema amplo de proteção do trabalho, e uma vasta legislação social incluindo medidas imediatas de ajuda aos desempregados”. [xvii]

Tchernov tenta introduzir uma moratória das vendas e arrendamento da terra, assim como um ampliação dos poderes dos comitês de camponeses. [xviii] Essas propostas recebiam fogo cerrado da direita, e não são implementadas. Mas se Tchernov e Skobelev são mal vistos pela esquerda, eles são (ou acabam sendo) também as “bêtes noires” da direita, inclusive do centrodireita. [xix] Podemos discutir, até onde eles queriam ir. Mas, de fato, é importante salientar que eles viviam numa situação de extremo radicalismo – no campo e, depois, também, na cidade – e que eles tinham de enfrentar o problema, muito difícil, da guerra. A radicalização no campo (ocupação de terras) exigia uma lei agrária avançada. Sem dúvida, mencheviques e socialistas revolucionários moderados – supondo que tivessem vontade – não poderiam ir mais longe, sem abandonar a aliança com os liberais. Mas por que razões eles não se dispuseram, ou se dispuseram tarde demais – grande parte dos mencheviques, acaba aderindo, tardiamente, às posições críticas de Martov – a abandonar a idéia do caráter imprescindível da aliança com os liberais? No que se refere aos mencheviques, mas não, salvo evolução posterior, para os SR, pesava é claro, a tese de que, dado o atraso da Rússia, a revolução só poderia ser burguesa, o que implicava para eles – mas não para todas as correntes que admitiam, de um modo ou de outro, o caráter necessariamente “burguês” da revolução – que não se poderia abandonar prática da coalisção. Mas havia também, um elemento (ilusoriamente) pragmático. O historiador Edward Acton, acentua um aspecto interessante. Os socialistas moderados temiam acima de tudo a contrarrevolução, cujo ameaça exageravam, e julgavam que a melhor maneira de se defender contra ela, era se aliar aos liberais. Eles temiam, entre outras coisas, que o patriotismo dos soldados se voltasse contra os operários. [xx]

Mas há dois elementos que são essenciais para pensar o fracasso do Governo Provisório. Um deles foi um erro fundamental, que se não desencadeou, acelerou muito a virada, que o privaria de base popular: a decisão de organizar uma ofensiva em junho de 1917. O outro é a questão da Assembléia Constituinte: o erro é aqui inverso ao da ofensiva; é de omissão ou, antes, de lentidão na tomada de uma iniciativa. Hoje, tem-se dificuldade em entender por que os socialistas moderados se dispuseram a tomar uma decisão tão negativa para o seu futuro político, como a da ofensiva de verão, e cujas

consequências se poderia aparentemente prever. Do ponto de vista deles, o raciocínio não era, entretanto, tão irracional. Acton ressalta que, no raciocínio dos líderes moderados, uma paz em separado com a Alemanha poderia levar os Impérios Centrais à vitória na guerra, o que seria, uma catástrofe, pois, no seu entender, os Impérios Centrais vitoriosos acabariam ameaçando a revolução russa. Observe-se que, aos olhos dos socialistas, simpáticos à Entente, com a revolução de Fevereiro caíra o único argumento – de que fez uso abundante a SocialDemocracia oficial alemã – que poderia fundamentar um apoio aos Impérios Centrais: o de que a Alemanha e a AustriaHungria lutavam contra o que havia de mais reacionário na Europa, o Império Russo. A guerra teria se transformado numa luta das democracias (França, Inglaterra, Rússia, EUA) contra os governos capitalistasburocráticos da Europa Central. As tropas russas arvoravam estandartes vermelhos com slogans,[xxi] mas a ofensiva fracassou, passado o forcing inicial. A partir daí, a despeito da repressão que se desencadeia depois das jornadas de julho, a extremaesquerda cresce incessantemente.

A Assembléia Constituinte tem uma curiosa e trágica posição em toda essa história. Velha aspiração dos liberais e socialistas, ela é uma espécie de fantasma, cuja encarnação futura, ao mesmo tempo move e freia todo o processo. As questões mais importantes eram frequentemente abandonadas à futura Assembléia Constituinte. Era lá que o essencial seria decidido. Isso convidava ao adiamento das decisões. Sem dúvida, os problemas técnicos enfrentados pelas comissões encarregadas de organizar as primeiras eleições gerais livres na Rússia devem ter sido muito grandes. Mas, aparentemente, nem todos os partidos tinham pressa em organizar as eleições. Ao que parece, os Kadetes (democratasconstitucionalistas), que temiam o resultado, preferiam esperar que a situação se estabilizasse. A Assembléia Constituinte, foi convocada tarde demais. Como se sabe, quando ela é eleita, os bolcheviques já estão no poder.

A política do Governo Provisório foi, assim, mais complicada do que se diz em geral, mas teve um momento de desastre absoluto, que foi o da tentativa de iniciar uma ofensiva contra os alemães, em junho. Essa ofensiva, extremamente impopular entre soldados cansados da guerra, vai decretar o fim do Governo Provisório.

Retomando o tema principal, e resumindo. A dificuldade em considerar o movimento de outubro como “revolução”, vem, em primeiro lugar, da escassa participação das “massas” no movimento. Esta seria compensada pelo fato de que, efetivamente, os bolcheviques tinham apoio da maioria dos operários, apoio manifestado nas eleições para as dumas, para os soviets e o Congresso. Mas esse elemento justificante é, por sua vez, atenuado pela circunstância de que as “massas” e também as delegações em soviets e no Congresso, eram muito mais antiGoverno Provisório (e prósoviets), do que propriamente favoráveis ao bolchevismo (e a fortiori a um governo só bolchevique). Lembremos de que a palavra de ordem do bolchevismo

era de novo “todo poder aos soviets”, não “poder ao partido bolchevique” (como seria o caso, *mutatis mutandis*, com o partido nazista). Há assim uma descontinuidade entre o movimento de massas e o movimento de outubro, que torna difícil empregar sem mais o termo “revolução”. Porém, a idéia de golpe de Estado – pelo menos sem maiores explicações – é insuficiente, porque havia um amplo movimento, ou pelo menos uma “ampla atitude” de oposição ao Governo Provisório. Mas como esse movimento era, assim, antes antiGoverno Provisório do que próbolchevique (ou próbolchevique, mas só na medida em que o bolchevismo era o movimento que queria “o poder dos soviets”), podese falar no “qüiproquó” de outubro, como escreve o historiador francês Nicolas Werth. E o que vem depois vai reforçar a tese do quiproquo. O pósoutubro revela como era frouxo e superficial o apoio “positivo” ao bolchevismo, até onde ele existia. E como o bolchevismo poria a seu serviço, da forma mais brutal, o movimento de outubro. O que aconteceu depois ilumina, retrospectivamente, o que se passou antes e durante outubro.

Por outro lado, a maneira pela qual é preparado e realizado o golpeinsurreição de outubro só confirma o que já se sabia anteriormente, pela leitura dos textos e a análise da política: que Lênin, e com ele o Trotski que aderiu ao bolchevismo, tinham em mente o projeto de um governo de partido único (na forma e no conteúdo, ou pelo menos no conteúdo).

3. As questões a propósito do pósoutubro são, de certo modo, mais importantes. Como evoluem as relações entre o poder bolchevique e as massas populares, depois de outubro? E como se explica o progressivo fechamento do regime; ele deriva, como se pretende frequentemente, da deflagração da guerra civil?

Excurso III Tentativas de um governo plural

A resistência ao golpeinsurreição de outubro é em geral pequena, de imediato. Kerensky consegue reunir algumas tropas perto de Petrogrado, sob o comando do general Krasnov as quais enfrentam guardas vermelhos (ajudados por operários, homens e mulheres),[xxii] e são derrotadas; há um choque sangrento com cadetes em Petesburgo; e uma luta mais prolongada, que dura vários dias, em Moscou. A idéia de uma coalisão das esquerdas ainda não fora liquidada. O episódio mais importante nesse momento é a intervenção do Vikzhel, o Comitê Executivo PanRusso da União dos Ferroviários, dirigida pelos SR de esquerda.[xxiii] A União faz um apelo em favor de um governo que não fosse de um só partido e, pelo contrário, tivesse o apoio de “toda a democracia”, e ameaça entrar em greve, caso a proposta não fosse aceita. Em princípio, a proposta é aceita por todos os partidos, inclusive os bolcheviques: Krasnov ainda não

fora derrotado, e a luta em Moscou duraria ainda algum tempo. O comitê central menchevique agora sustenta os internacionalistas de Martov, que são favoráveis ao acordo. As direitas menchevique e SR, pouco realistas, impõem como condição a não participação de Lênin e Trotsky no novo governo de coalisão. Mas as conversações continuam, tendo como pivô, do lado bolchevique, a figura que encarnava os moderados, no partido, Kamenev. Kamenev obtivera uma resolução favorável ao acordo numa reunião do Comitê Central Bolchevique (da qual estavam ausentes, entretanto, Lênin, Trotsky e Zinoviev). A resolução aprovava o princípio de um amplo governo de todos os partidos socialistas. No jornal bolchevique Izvestia de 1 de novembro de 1917, liase que os bolcheviques aceitavam a proposta dos ferroviários, e que “esperase que se forme um governo de coalisão socialista”. [xxiv] Numa reunião subsequente, em 1 de novembro, Lênin se opõe violentamente à idéia de coalisão, ataca os negociadores Kamenev e Riazanov, e pede a expulsão de Lunatcharsky. Noguin, Riazanov e Lunatcharsky falam dos perigos da recusa de um compromisso (falase em “terror”, em “ditadura”, em mentalidade “de soldados” etc). Votase uma resolução impondo um certo número de condições, como a presença de Lênin e Trotsky no governo, e a exclusão de qualquer tipo de representação “não soviética” (dumas etc) no Comitê Executivo (isso também estava em discussão). A votação dá, entretanto, maioria aos que querem continuar negociando. No Comitê Central menchevique, acontece a mesma coisa. O princípio da coalisão sai vitorioso, mas por apenas um voto... A oposição se organiza, obtém nova votação, mas é derrotada pela mesma margem... Numa nova reunião do CC bolchevique, Lênin apresenta um verdadeiro ultimatum à oposição interna. “Cada membro do Comitê Central é levado à presença de Lênin, no seu birô particular, e instado a assinar o ultimatum sob risco de expulsão”. [xxv] Kamenev, Zinoviev, Rykov, Miliutin e Nogin apresentam a sua renúncia ao Comitê Central. Kamenev, propositadamente, toma a iniciativa de promover a leitura, no Comitê Executivo dos Sovietes (é Zinoviev quem lê), da resolução bolchevique de 2 de novembro. Protestos. Os SR de esquerda denunciam “a ditadura de um só partido político”. [xxvi] Kamenev apresenta proposta expandindo o Comitê Executivo, de modo a incluir representantes do Congresso Camponês, das dumas, dos sindicatos, do exército e da marinha, mas, ao mesmo tempo, garante 50% de votos para os bolcheviques, além dos ministérios principais, no executivo, e a inclusão de Lênin e Trotsky no governo. Dada a situação, a proposta é aprovada por unanimidade. Mas Lênin, através do Comitê Militar Revolucionário, vai tomando todas as medidas necessárias para sabotar as negociações: fechamse jornais socialistas, e há novas prisões. [xxvii] No dia 5, quatro membros do governo (Nogin, Rykov, Miliutin e Teodorovich) renunciam aos seus postos. [xxviii] Eles dão a público uma carta, assinada também por Shliapnikov (que não renuncia), [xxix] e por seis outros bolcheviques entre os quais Riazanov. [xxx] Essa carta, como a declaração anterior dos cinco que renunciavam ao Comitê Central, é publicada pelo Izvestia. [xxxi] Ela diz, entre outras coisas: “Somos favoráveis à criação de um governo socialista de todos os partidos socialistas (...) Entendemos que só existe uma [outra] perspectiva alternativa que é a da manutenção de um governo puramente bolchevique por meio do terror político. Este foi o caminho escolhido pelo Conselho dos Comissários do Povo. Não podemos nem queremos seguir esse caminho (...) ele levará um regime irresponsável (...) à destruição da revolução e do país. [xxxii] Dos signatários

dessa carta, pelo menos três foram executados nos grandes processos, e dois morreram na prisão. As conversações propostas pelo Vikhsel finalmente se interrompem (Lenin, Trotsky, Sverdlov e seus partidários queriam apenas ganhar tempo). Os membros do Comitê Central, e que haviam renunciado, voltam aos seus postos.[xxxiii]

A marcha do governo bolchevique na direção de uma ditadura de partido único pode ser acompanhada em vários planos. O da autonomização progressiva do Sovnarkom (O Conselho de Comissários do Povo) em relação aos soviets e ao Comitê Executivo dos Sovietes; o do sufocamento progressivo da liberdade de imprensa; o da repressão contra a pessoa dos representantes da oposição; o da liquidação das instituições de representação popular; o do controle de instituições e progressiva neutralização e depois expulsão dos representantes da oposição nessas instituições; o da constituição de órgãos de repressão. Em todos esses planos, sendo impossível evitar aqui, um toque de ironia, dir-se-ia que a obra dos bolcheviques foi notável. Tudo isso deve ser pensado sobre o fundo das mudanças que se operam na atitude popular diante do novo poder. O fato essencial é a progressiva perda de prestígio do poder bolchevique, e o fortalecimento dos seus adversários, mencheviques e SR. Os acontecimentos principais do período são as eleições para a Assembléia Constituinte, em novembro, a primeira e única reunião da Assembléia, e o seu fechamento, em janeiro. A instituição da Tcheca (a polícia política), em dezembro. Depois, a paz de BrestLitovsk. Finalmente o início da “plena” guerra civil, e a expulsão das oposições do Comitê Executivo dos Sovietes.

É preciso começar descrevendo em grandes linhas, e à vol d’oiseau, as práticas autoritárias do novo regime, que vão num crescendo, embora com períodos de recuo, por razões diversas. A imprensa vai sendo progressivamente asfixiada. Primeiro a imprensa liberal, depois, pouco a pouco, a imprensa socialista (SR e menchevique). Mas os jornais fechados, abrem com outro nome.[xxxiv] Há mesmo jornais de direita que, de uma forma ou de outra, conseguem ir sobrevivendo.[xxxv] Há assim uma espécie de guerra de gato com o rato, que dura até o verão de 18. Quanto às prisões (também intermitentes) começa-se com os liberais, mas em dezembro, muitos socialistas (líderes, inclusive) são presos. No início de janeiro, dois exministros liberais do Governo Provisório são assassinados por marinheiros bolcheviques, no hospital de uma prisão. A Assembléia Constituinte, cuja eleição já estava marcada (os bolcheviques decidem confirmar a data das eleições e realizá-las) será fechada na sua primeira e única sessão, em 56 de janeiro. Os bolcheviques não haviam obtido mais do que um quarto dos votos nessas eleições, embora tivessem ganho nas grandes cidades. Os SR saem vitoriosos. Numa das proclamações após a vitória de outubro, os bolcheviques haviam se referido à convocação da Assembléia Constituinte, e eles haviam mesmo justificado a necessidade da derrubada do Governo Provisório, pela necessidade de garantir as eleições para a Assembléia Constituinte. A justificativa do fechamento é em parte geral

(os soviets são formas mais altas de representação – mas logo chegaria a vez dos soviets...), em parte específica (as chapas dos candidatos SR só minoritariamente haviam separado os SR oficiais dos SR de esquerda). Este último argumento era muito frágil. Como explicaria Rosa Luxemburgo, crítica do fechamento da Assembléia Constituinte (e também o menchevique Tseretelli, em discurso na sessão única da Assembléia), bastaria dissolver, em vez de dispersar, a Assembléia, e convocar novas eleições (pelo menos lá onde não havia duas listas SR). As manifestações em defesa da Constituinte foram menos poderosas do que se esperava, mas não desprezíveis. Houve uma em novembro, e outra no dia da sessão. A maioria dos participantes era de classe média, mas havia também – discutese quantos – operários. Fato mais importante: a manifestação de janeiro é dissolvida à bala (entre dez e vinte mortos, enterrados simbolicamente a 9 de janeiro, aniversário do Domingo Sangrento de 1905). Era a primeira vez em que o novo poder abria fogo contra manifestantes.

Excurso IV A Assembléia Constituinte e o seu destino

A convocação de uma Assembléia Constituinte era um velho sonho de democratas e socialistas. Depois das jornadas de julho, o Governo Provisório anuncia que vai acelerar o processo de convocação da Assembléia Constituinte e fixa datas para as eleições da Assembléia, e para a sua abertura, respectivamente 17 e 30 de setembro. Mas no início de agosto, mudam-se os dias fixados: 12 e 28 de novembro. Antes disto, há o movimento de outubro. O novo poder, depois de alguma hesitação, confirma em 27 de outubro, essas duas últimas datas.[xxxvi] As eleições deveriam durar três dias, começando no dia 12. Isso ocorreu em Petrogrado, mas no resto do país, essencialmente por razões técnicas, sem dúvida, o calendário foi alterado.[xxxvii] Oliver Radkey, o autor do livro clássico sobre as eleições para a Assembléia Constituinte[xxxviii] faz o balanço das irregularidades e dos incidentes, que não foram poucos, mas que não beneficiaram só os bolcheviques, e conclui que “os aspectos normais da eleição contrabalançaram de longe as irregularidades”. “A ampla maioria do eleitorado exerceu livremente o direito de sufrágio” e seus boletins foram contados corretamente.[xxxix] Os resultados deram a vitória aos SR, embora os bolcheviques tenham tido boa votação. Pelos dados de Smirnov (que se apóia num texto recente de um autor russo, L.G. Potrasov), votaram 47 milhões de votantes, sobre um total de 80 milhões de inscritos. Fizes, que se apóia em Radkey – as diferenças entre os autores são, de qualquer modo, pequenas –, dá 16 milhões de votos para os SR (o que representaria, na sua contagem, 38 por cento), 10 milhões para os bolcheviques (24 por cento, idem), 5 por cento para os Kadetes (DemocratasConstitucionais), 3 por cento para os mencheviques; os SR ucranianos, que tinham grandes divergências com os SR russos a respeito da questão nacional, obtêm 12 por cento.[xl] Os bolcheviques obtêm maioria nas grandes cidades, quase a metade dos votos em Moscou,[xli] o que significa que eles devem ter tido maioria absoluta entre os operários de Moscou e de

Petersburgo.[xlii] A Assembléia deveria, em princípio, abrir no dia 28 (embora, em alguns distritos, as eleições ainda não houvessem sido realizadas).[xliii] Desde o dia seguinte às eleições, os bolcheviques começam a tomar medidas contra a Assembléia: decretam o direito de “revocação” de delegados (inútil supor “democratismo” nessa medida, como veremos), a exigência da metade dos deputados para que ela fosse aberta, e, mais do que isto, que ela só seria aberta por uma pessoa que o Sovnarkom tivesse dado poderes para tal.[xliv] Mesmo assim, há uma tentativa de abertura da Assembléia que culmina com uma manifestação convocada pela União pela Defesa da Assembléia Constituinte, constituída por “representantes do Soviete de Petrogrado, dos sindicatos, e de todos os partidos socialistas, menos os bolcheviques e os SR de esquerda” (os dados sobre o número de manifestantes são incertos, provavelmente dezenas de milhares).[xlv] É nesse contexto que são presos vários dirigentes do partido Kadete, inclusive vários delegados à Assembléia.[xlvi] Há intervenção na comissão organizadora da Assembléia Constituinte, novas credenciais são exigidas.[xlvii] No dia 20 de dezembro, a abertura é fixada para o dia 5 de janeiro de 1918, se houvesse quorum. Mas já no dia 12, Lênin publicara as suas “Teses sobre a Assembléia Constituinte”. Nelas, ele se vale do argumento de que os SR haviam em geral apresentado uma lista única quando na realidade o partido se havia cindido, além dos argumentos gerais. Só o Soviete pode assegurar a passagem “a menos dolorosa possível ao socialismo”. Exigese, assim, da Assembléia, um reconhecimento “sem reserva” do “poder dos Sovietes”, da “revolução soviética” e dos seus decretos. Qualquer tentativa de encarar o problema “de um ponto de vista jurídico, puramente formal (...) sem levar em conta a luta de classe e a guerra civil” é “trair a causa do proletariado e se ligar ao ponto de vista da burguesia”.[xlviii] A fração bolchevique na Assembléia é considerada “capitulacionista” e é substituída. Antecipase para o dia 8 de janeiro, três dias depois da futura abertura da Assembléia, o terceiro Congresso dos Sovietes. Lênin redige, uma chamada “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador”, verdadeira declaração suicida da Assembléia Constituinte, que deveria ser lida e aprovada pela Assembléia na sua seção de abertura (através dela, a Assembléia se submeteria tanto no plano geral, como em todos os detalhes, ao poder bolchevique).[xlix] A “União pela Defesa da Asssembléia Constituinte” organiza uma manifestação (SRs, do grupo terrorista, planejavam um levante, mas o projeto, vetado pelo Comitê Central SR, foi abandonado).[l] A cidade está sob lei marcial, entre 10 e 12 mil marinheiros armados devem ser reunidos na cidade.[li] Participava da manifestação, cujo cortejo começa a se mover por volta do meio-dia, o mesmo tipo de público que descera à rua em 28 de novembro, mas havia menos gente do que se esperava (supõe-se que menos do que os 50 mil indicados por alguns).[lii] Eles se dirigiam ao Palácio de Táurida, onde se reuniria a Assembléia. Nas proximidades da perspectiva Liteynyi, as tropas próbolchevique abrem fogo sobre a multidão. Outras colunas menores (uma, segundo Pipes, composta principalmente de operários) também são contidas à bala, em outros pontos da cidade.[liii] Era a primeira vez que um governo pósfevereiro abria fogo contra manifestantes. Supõe-se que houve entre dez e vinte vítimas. Simbolicamente, elas são enterradas a 9 de janeiro, aniversário do Domingo Sangrento (1905), quando manifestantes foram massacrados por tropas do Tzar. A sessão da Assembléia se abre por volta das 16 horas. Não sem dificuldade, a presidência

provisória cabe ao deputado SR mais velho. Tchernov, o mais importante dirigente SR (do centro), é eleito presidente (contra Spiridinova, SR de esquerda).[liv] Na tribuna, guardas vermelhos armados, alguns deles bêbados, gritam e vão provocar os oradores nãobolcheviques (alguns apontam sua arma; mais adiante, eles descerão até o plenário). Seguese um discurso de Tchernov, considerado em geral como fraco, mas ele visava principalmente (como diz Haimson) evitar um choque frontal com os bolcheviques e assegurar a continuidade da sessão. Tsereteli, o líder menchevique (um dos poucos mencheviques presentes), faz um discurso em parte autocrítico, que parece muito forte, defendendo a Assembléia Constituinte, e propondo uma reconciliação no interior da “democracia revolucionária”.[lv] O seu contraditor é o bolchevique Skvorstov (SkvortovStepanov), que tinha alguma coisa de um “scholar” (Haimson). A discussão é interessante, porque é teorizante, e se faz, entre outras coisas, em torno da noção de “vontade geral do povo”, que o bolchevique denuncia como “ficção” a serviço das classes dominantes (mas a continuação da história mostraria que o lado dele dificilmente poderia ser considerado como o do “proletariado”).[lvi] Raskolnikov, marinheiro de Kronstadt lê a chamada “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador” que, posta em votação, é rejeitada (237 a 136, os SR de esquerda parecem ter se absterido). Os bolcheviques se retiram (Lênin não aparece em plenário, mas ocupa o camarote oficial, ele fica por lá, assistindo tudo, até as 10 da noite). Os SR de esquerda, só vão se retirar depois das duas horas da manhã.[lvii] A Assembléia aprova o armistício (o armistício, não o Tratado, que viria mais tarde) com a Alemanha, declara, confirmando a decisão do Governo Provisório, que a Rússia é uma República, e vota também uma lei agrária.[lviii] Às 4 da manhã, por ordem do comissário Dybenko, o chefe dos guardas vermelhos – detalhe interessante – um marinheiro anarquista, Tchernov é “convidado” a encerrar a sessão porque “a guarda estava cansada” Tchernov tenta ganhar algum tempo, mas finalmente encerra a sessão às 4:40, marcando nova sessão (que nunca se realizou) para o dia seguinte.[lix] Nesse mesmo dia 6, o Comitê Executivo aprova um projeto de dissolução da Assembléia, proposto pelo Conselho de Comissários.[lx] Assim, terminou a história da primeira Assembléia russa, eleita em condições amplamente democráticas.

(fim da primeira parte, continua em “Fevereiro”, número 3)

Referências

[i]O presente texto foi planejado e escrito por mim. Mas nos seminários que fizemos em conjunto, nos departamentos de Filosofia e Ciência Política da USP, em agosto/outubro de 2008 (“a revolução russa”), e agosto/outubro de 2009 (“totalitarismos”), Cícero Araújo e eu expusemos e discutimos longamente a história da revolução de fevereiro e da insurreição de outubro. Mesmo se é difícil precisar o que devo às discussões do seminário (o tema deste texto é, aliás, um pouco defasado em relação ao que fizemos lá), a dívida é real: o texto não teria sido escrito, se não tivesse havido os seminários. Cícero Araújo foi também um dos

principais organizadores do importante “Colóquio internacional – 90 anos de Revolução Russa” (não confundir com outros colóquios, bem menos críticos, que acabaram também se rotulando “internacionais”), realizado em São Paulo (e em Guarulhos) sob o patrocínio do CEDEC, do departamento de Ciência Política da USP, e da UNIFESP em 2007, e que, entre outros, contou com a participação dos grandes especialistas das revoluções russas Edward Acton, Nicolas Werth e Ronald Suny.

[ii]O autor vem estudando a língua russa russo já há alguns anos, de forma intermitente. Mas, por ora, pelo menos, seus conhecimentos não lhe permitem trabalhar com as fontes russas originais.

[iii]Se preferir, o leitor poderá omitir os excursos. O texto principal tem continuidade

[iv]Referido por Orlando Figes, *A People’s Tragedy, the russian revolution 18911924*, Londres, Pimlico, 1996, p. 492493.

[v]Ver Figes, *op. cit.*, p. 3089.

[vi]Rex A. Wade, *The Russian Revolution, 1917*, New York, Cambridge University Press, 2008 (2005), p. 31.

[vii]Ver Figes, *op. cit.*, p.309.

[viii]Figes, *op. cit.*, p. 493 diz que “na imediações (region) do Palácio de Inverno”, haveria mais ou menos 10 ou 15 mil pessoas, mas que nem todos participaram da célebre “tomada”. Pipes protesta, quando o historiador revisionista Sunny (que, como diz Pipes, é na realidade um especialista na questão das nacionalidades) afirma que havia 20 mil, no “assalto” ao Palácio de Inverno (ver Pipes. “1917 and the Revisionists”, *The National Interest*, spring 1993, p. 72).

[ix]“Um organismo (...) indicado pela Conferência Democrática [ver mais adiante] na vã esperança de dar à República certa forma de legitimidade até a convocação da Assembléia Constituinte” (Figes, *op. cit.*, p. 467).

[x]Cf. Wade, *op. cit.*, p. 74.

[xi]Ver Figes, *op. cit.*, p 393.

[xii]Ver Figes, *op. cit.*, p. 4656.

[xiii]Carta de Lênin a A.V. Lunatcharsky, 25/3/17, citada por Israel Getzler em *Martov, a political biography of a russian social democrat*, Melbourne Cambridge at the University Press, Melbourne University Press, 1967, p. 158).

[xiv]Ver Figes, *op. cit.*, p. 465, e nota.

[xv]Wade, *op. cit.*, p. 299.

[xvi]Ver Figes, *op. cit.*, p. 367.

[xvii]Edward Acton, *Rethinking the Russian Revolution*, Londres, Holder Arnold, 1990, p. 159.

[xviii]Ver Howard White, “The Provisional Governement”, in Edward Acton, Vladimir Yu. Cherniaev e William G. Rosemberg, *Critical Companion to the Russian Revolution, 19141921*, Londres, Arnold, 1997, p. 396, e Acton, *op. cit.*, p. 15960

[xix]White, *art. cit.*, in Acton, Cherniaev e Rosemberg, *op. cit.*, p. 443.

[xx]Ver Acton, *op. cit.*, p. 161.

[xxi]Ver a respeito Allan Wildman, *The End of the Russian Imperial Army, vol II, the road to soviet power and peace*, Princeton, N.J., Princeton University Press, 1987, p. 89.

[xxii]Ver Wade, *op. cit.*, p. 248.

[xxiii]Ver Wade, *op. cit.*, p. 249; Figes, *op. cit.*, p. 496; também Vladimir Brovkin, *The Mensheviks after October, socialist opposition and the rise of Bolshevik Dictatorship*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, p. 21 e s., e 70 e s.; e Leonard Shapiro, *The Origins of the Communist Autocracy, political opposition in the soviet State, first phase, 1917-1922*, Londres, The London School of Economics and political Science, 1955, p. 70 e s.. Shapiro informa que havia também um forte setor próbolchevique no interior do Vikhsel.

[xxiv]Brovkin, *op. cit.*, p. 22.

[xxv]Figes, *op. cit.*, p. 499,

[xxvi]Brovkin, *op. cit.*, p. 28, o autor cita a resolução SR de esquerda.

[xxvii]Ver Brovkin, *op. cit.*, p. 32.

[xxviii]Ver Richard Pipes, *The Russian Revolution 1899-1919*, Londres, Collins Harvill, 1990, *op. cit.*, p. 519.

[xxix][xxix] *Ib.*

[xxx]Ver Brovkin, *op. cit.*, p. 33.

[xxxi]Ver Figes, *op. cit.*, p. 499.

[xxxii]Brovkin, *op. cit.*, p. 3233.

[xxxiii]Ver Figes, *op. cit.*, p. 511.

[xxxiv]Ver Brovkin, *op. cit.*, p. 106. Cf., *idem*, p. 32.

[xxxv]Ver Pipes, *op. cit.*, p. 324 e 560.

[xxxvi]Ver Nikolai Smirnov, "The Constituent Assembly", in Acton, Cherniaev e Rosenberg, *op. cit.*, p. 327.

[xxxvii]Ver *ib.*; e Pipes, *op. cit.*, p. 540.

[xxxviii]Oliver Radkey, *Russia Goes to the Polls, the election to the allrussian Constituent Assembly, 1917*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1987 (1950).

[xxxix]Radkey, *op. cit.*, p. 47 e 52.

[xl]Smirnov, *art. cit.* in Acton, Cherniaev e Rosenberg, *op. cit.*, p. 327; e Figes, *op. cit.*, p. 507 e 508.

[xli]Ver Radkey, *op. cit.*, p. 40 e 150 (tabelas); e Smirnov, *op. cit.*, in Acton, Cherniaev e Rosenberg, *op. cit.*, p. 327.

[xlii]Ver os dados fornecidos por Leopold Haimson, no que se refere aos bairros operários periféricos em Petesburgo, no seu artigo "The Mensheviks after the October Revolution", Part I, *The Russian Review*, an american quarterly devoted to Russia past and present, Cambridge University Press, vol. 38, nº 4, outubro de 1979, p. 456 e s (especialmente p. 471).

[xliii]Ver Smirnov, *art. cit.*, in Acton, Cherniaev e Rosenberg, *op. cit.*, p. 327

[xliv]Id, p. 328.

[xlv]O texto citado é de Pipes, *op. cit.*, p. 544. Ver também Figes, *op. cit.*, p. 509. Figes calcula em mais ou menos 50 mil o número de manifestantes, o que representaria mais ou menos o dobro dos participantes ativos no movimento de Outubro.

[xlvi]Ver Pipes, *op. cit.*, p. 545.

[xlvii]Ver Smirnov, *art. cit.*, in Acton, Cherniaev e Rosenberg, *op. cit.*, p. 328, 329.

[xlviii]Lénin, *Oeuvres*, tomo 26, Paris, Éditions Sociales, Moscou, Éditions du Progrès, 1977, "Thèses sur l'Assemblée Constituante", p. 397 e s..

[xlix]Ver Lénin, *op. cit.*, tomo 26, "Déclaration des Droits du Peuple Travailleur et Exploité", p. 445; Figes, *op. cit.*, p. 513; e Smirnov, *art. cit.*, in Acton, Cherniaev e Rosenberg, *op. cit.*, p. 329.

[l]Ver Pipes, *op. cit.*, p. 548.

[li]Ver Pipes, *op. cit.*, p. 543-544; e Figes, *op. cit.*, p. 513.

[lii]Ver Pipes, *op. cit.*, p. 551; e Figes, *op. cit.*, p. 514.

[liii]Ver *ib* e *ib*.

[liv]Ver Leopold Haimson, "The Mensheviks after the October Revolution", *Part III*, *art. cit.*, in *rev. cit.*, vol. 39, nº4, outubro e 1980, p. 466.

[lv]Ver *id.*, p. 469-476.

[lvi]Id., p. 477-479.

[lvii]Ver Pipes, *op. cit.*, p. 453 e Figes, p. 516.

[lviii]Ver Wade, *op. cit.*, p. 285, e Pipes, *op. cit.*, p. 554.

[lix]Ver Figes, *op. cit.*, p. 516-517.

[lx]Ver Smirnov, *art. cit.*, in Acton, Cherniaev e Rosenberg, *op. cit.*, p. 332.

Leonardo **NUNES**

a adoção de controle de capitais: alguns apontamentos teóricos

A globalização financeira, que é caracterizada principalmente pela liberalização da conta capital e financeira nos últimos trinta anos, ampliou o grau de instabilidade nos mercados financeiros e, por consequência, agravou o problema da gestão da taxa de câmbio, sobretudo nos países periféricos. Os mecanismos de intervenção no mercado de câmbio podem atender a três objetivos principais: o controle da inflação, a manutenção da competitividade externa e a estabilidade do sistema financeiro.

Há inúmeras maneiras de empreender a gestão da taxa de câmbio, de forma a evitar oscilações indesejáveis. Neste breve artigo, trataremos de uma delas: o controle de capitais. Apresentaremos as principais correntes associadas ao tema, e advogaremos a necessidade de sua implantação, a partir dos argumentos póskeynesianos.

O controle de capitais está associado a qualquer medida que vise restringir a livre mobilidade de capital entre o ambiente doméstico e o resto do mundo. Os controles de capitais podem ser classificados em pelo menos três formas distintas. Em primeiro lugar, dividem-se em *controles seletivos*, quando se referem a alguma modalidade específica de operação financeira com fluxos externos, e *controles extensivos*, que cobrem todas as operações financeiras. Em segundo lugar, podem ser classificados em *controles de entrada*, os quais visam evitar um fluxo de capitais excessivo em momentos de *boom* (que pode levar a uma apreciação real indesejável), e *controles de saída*, que têm como objetivo evitar saídas bruscas de capitais em momentos de interrupções súbitas (*sudden stops*). Por fim, podem ser divididos em *controles administrativos ou diretos*, o que significa a imposição de limites quantitativos ou proibição de algum tipo de transação, pelo estabelecimento de limites de maturidade, e *controles indiretos ou baseados em preços*, utilizando-se, por exemplo, requerimento de reservas não remuneradas, o que torna as transações financeiras mais custosas (Oreiro *et al.*, 2003).

Os argumentos favoráveis à livre movimentação de capitais, num plano teórico, baseiam-se na hipótese dos mercados eficientes, que, por sua vez, só é sustentável sob os pressupostos do equilíbrio competitivo, da convergência para este equilíbrio e sob expectativas racionais. No plano prático, argumentase que a livre mobilidade de capitais traria ganhos da mesma natureza da liberalização comercial. Além disso, esta liberdade traria uma alocação mais eficiente de capitais, que fluiriam dos países centrais, com menor produtividade, para os países periféricos, nos quais há possibilidade de altos

retornos dada sua escassez. Por fim, os controles, além de serem indesejáveis, seriam ineficazes (Fischer, 1998; Edison *et al.*, 2002).

Entretanto, o que se viu, ao longo dos anos 1990, foi uma sucessão de crises financeiras, que trouxe à tona o questionamento dos benefícios da liberalização da conta financeira. A partir disso, autores do *mainstream* passaram a centrar a argumentação nos benefícios indiretos da liberalização financeira, sustentando que países periféricos podem tirar benefícios da globalização financeira, apesar de reconhecerem que os estudos empíricos não são capazes de demonstrar os crescentes benefícios da liberalização da conta financeira. Para contornar este problema, argumentase que os principais efeitos propiciados pela liberalização da conta financeira seriam indiretos ou colaterais, e sentidos apenas no longo prazo, o que dificultaria sua captação através de regressões. Todavia, esta liberalização deveria ser precedida das seguintes medidas: desenvolvimento dos mercados financeiros; desenvolvimento das instituições; melhor governança e “disciplina” macroeconômica (Prasad *et al.*, 2004; Kose *et al.*, 2006).

Já alguns autores novokeynesianos e os póskeynesianos criticam os supostos benefícios da liberdade de capitais. No plano teórico, no caso dos primeiros, os argumentos enfatizam a imperfeição dos mercados financeiros, principalmente no que se refere à assimetria de informações (Stiglitz, 1998; Rodrik, 1998). No caso dos póskeynesianos, enfatizase a incerteza fundamental relacionada às transações com ativos financeiros (Amado, 2006; Carvalho, 2006; Carvalho e Sicsú, 2006).

Os autores da corrente novokeynesiana defendem formas de controle de capitais baseados nas falhas de mercados financeiros, e rejeitam a validade da hipótese dos mercados eficientes. Mercados incompletos e assimetria de informação comprometem a estabilidade e o equilíbrio competitivo do mercado financeiro, pois a diferença quanto ao nível de informações pode levar os agentes a decisões de alocação subótimas. Neste caso, a livre operação de mercado não garante um equilíbrio ótimo de Pareto (Stiglitz, 2000). Além disso, a alta volatilidade dos fluxos de capital gera externalidades negativas. Por exemplo, uma brusca saída de capitais poderia desvalorizar a moeda, o que levaria muitas empresas endividadas no exterior à insolvência. Já uma entrada brusca de capitais poderia valorizar excessivamente o câmbio, comprometendo a competitividade do setor exportador (Stiglitz, 2000, p. 13).

O argumento mais contestável é o de que a abertura do mercado de capitais permitiria a diversificação e, portanto, estimularia a estabilidade. A liberalização do mercado de capitais está associada à instabilidade, pelo caráter prócíclico dos fluxos de capital, que exacerba as flutuações das variáveis macroeconômicas, ou até mesmo pode ser sua causa. Por sua vez, o argumento de que a abertura do mercado de capitais fornece fontes adicionais de financiamento é também questionável. Em primeiro lugar, fluxos de capitais de curto prazo não necessariamente fornecem uma base adequada para o investimento. Em segundo lugar, os controles de capitais não necessariamente desencorajam investimento direto estrangeiro, ou outras formas de investimento de longo prazo (Stiglitz, 2000, p. 8). Em terceiro lugar, a imposição de controles faz com que a autoridade monetária ganhe poder discricionário sobre a taxa de juros doméstica, pois a mesma pode manter um diferencial entre as taxas de juros interna e externa da

moeda em questão, e pode desviar esse diferencial do seu equilíbrio de longo prazo, por um longo período de tempo (Edwards, 1998).

Desta forma, algumas conseqüências indesejáveis podem ocorrer: empréstimos excessivos em moeda estrangeira para projetos arriscados em decorrência da informação assimétrica e da seleção adversa; maior vulnerabilidade dos bancos, devido ao descasamento entre ativos de longo prazo e passivos de curto prazo, principalmente na ausência de um prestador de última instância; o comportamento de manada de muitos agentes, o que exacerba a volatilidade e o efeito contágio (Rodrik, 1998, p. 4).

Ademais, os testes econométricos apontam que não há correlação entre liberalização da conta capital e desempenho econômico. Também é necessário salientar que não há evidências de que países sem controles de capital tenham crescido mais rapidamente, investido mais, ou tenham tido inflação mais baixa, em relação àqueles que os adotaram. Por fim, não há relação entre controle de capital e crescimento de longo prazo (Rodrik, 1998, p. 8).

Os autores póskeynesianos, por sua vez, centram os argumentos a favor dos controles de capital a partir da incerteza inerente às transações financeiras. Para esta abordagem, uma economia monetária é caracterizada pela dependência de trajetória, que não necessariamente resulta numa convergência para um determinado equilíbrio. As decisões dos agentes são pautadas por suas expectativas, que têm um componente objetivo, mas também possuem um fator subjetivo associado ao estado de confiança e ao *animal spirits* destes agentes. Apesar dos mercados não produzirem uma eficiência *a priori*, esta pode ser alcançada através de regras e instituições que coordenem o comportamento e as expectativas dos agentes. Esta coordenação pode ser obtida pela imposição de controles de capitais (Carvalho e Sicsú, 2006, p. 15).

Ainda segundo esta corrente, o controle de capitais pode ser justificado, pois os movimentos de capitais de curto prazo podem resultar em três tipos de problemas para a gestão macroeconômica. Em primeiro lugar, devemos citar a perda de autonomia da política monetária, que se efetiva na dificuldade de atingir objetivos domésticos, tais como manter um elevado nível de emprego e renda, e controlar a inflação. Em segundo lugar, esses movimentos de curto prazo aumentam a fragilidade externa destes países, pois podem resultar em crises de balanço de pagamentos oriundas, por exemplo, de mudanças de "humor" dos mercados financeiros internacionais. Em terceiro lugar, pode-se ter uma apreciação indesejável da taxa de câmbio, que pode minar a competitividade externa do país (Oreiro, 2006, p. 30).

Além disso, no ambiente da globalização financeira, a atividade especulativa tornase mais presente no processo econômico, e as moedas nacionais apresentam-se como ativos capazes de fornecer ganhos de arbitragem ou especulativo, que resultam numa maior instabilidade das principais variáveis macroeconômicas, o que também justifica a introdução de controles de capitais de forma sistemática e ativa (Amado, 2006, p. 99).

Por fim, a introdução de controles de capital pode ser útil na preservação da manutenção de níveis estáveis da taxa de câmbio. Conforme discutido no início do texto, esta estabilidade pode garantir, com maior probabilidade de sucesso, o controle da inflação, a competitividade externa ou a estabilidade do sistema financeiro.

Bibliografia

AMADO, A. (2006) "Controle de Capitais e Instabilidade Financeira: Uma Abordagem PósKeynesiana". In: SICSÚ, J.; FERRARIFILHO, F. (Orgs.). *Câmbio e Controles de Capitais*. Rio de Janeiro, Campus.

CARVALHO, F. J. C. (2006) "Controles de Capitais: Uma Agenda de Pesquisa". In: SICSÚ, J.; FERRARIFILHO, F. (Orgs.). *Câmbio e Controles de Capitais*. Rio de Janeiro, Campus.

CARVALHO, F. J. C.; SICSÚ, J. (2006) "Controvérsias Recentes sobre Controles de Capitais". In: SICSÚ, J.; FERRARIFILHO, F. (Orgs.). *Câmbio e Controles de Capitais*. Rio de Janeiro, Campus.

EDISON, H.; LEVINE, R.; RICCI, L.; SLOCK, T. (2002) "International Financial Integration and Economic Growth". *International Monetary Fund (IMF) Working Paper* n. 145.

EDWARDS, S. (1998) "Capital Flows, Real Exchange Rates, and Capital Controls: Some Latin America Experiences". *National Bureau of Economic Research (NBER) Working Paper* n. 6800, Novembro.

FISCHER, S. (1998). "Capital Account Liberalization and the Role of the IMF". *Essays in International Finance, Princeton*, n. 2007.

KOSE, M. A., PRASAD, E., ROGOFF, K., WEI, S. (2006). "Financial Globalization: A Reappraisal". *International Monetary Fund (IMF) Working Papers* n. 189, Agosto.

OREIRO, J. L. P. (2006) "Autonomia, Fragilidade e Equilíbrio: a Teoria sobre os Controles de Capitais". In: SICSÚ, J.; FERRARIFILHO, F. (Orgs.). *Câmbio e Controles de Capitais*. Rio de Janeiro, Campus.

OREIRO, J. L. P., PAULA, L. F., SILVA, G. J. C. (2003) "Fluxos e Controles de Capitais no Brasil". In: OREIRO, J. L. C. ; PAULA, L. F. R.; SICSÚ, J. (Orgs.). *Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços*. v. 1, pp.. 65115. São Paulo, Manole.

PRASAD, E. S., ROGOFF, K., WEI, S., KOSE, M. A. (2004). "Financial Globalization, Growth and Volatility in Developing Countries". *National Bureau of Economic Research (NBER), Globalization and Poverty Conference*.

RODRIK, D. (1998) "Who Needs CapitalAccount Convertibility? Princeton, *Essays in International Finance*, n. 207, pp. 5565.

STIGLITZ, J. (1998) "Capital Market Liberalization, Economic Growth and Instability". *World Development*, v. 28, n. 6, pp. 10751086.

Raquel de Almeida PRADO

o heroísmo ambíguo de zhang yimou^[i]

Para se ter uma idéia da importância do filme de Zhang Yimou, *Herói (2002)*, dentro da história do cinema chinês, basta constatar a atenção inédita que lhe foi concedida no campo acadêmico de estudos que lhe corresponde, desde o seu lançamento até hoje, vários anos depois, e apesar das novas modas lançadas pelos festivais internacionais terem privilegiado a estética mais neorealista da chamada “geração urbana” do cinema produzido na China continental. De fato, em março deste ano, a Routledge lançou uma antologia de ensaios dedicados ao filme de Zhang, organizada por Gary D. Rawnsley e MingYeh T. Rawnsley, *Global Chinese Cinema – The culture and Politics of Hero (2010)*. Trata-se, segundo Chris Berry – um dos mais destacados estudiosos da área –, da primeira antologia dedicada a um único filme de língua chinesa, fato que ele atribui à condição de “divisor de águas” do filme, nas mais diferentes e freqüentemente contraditórias, formas.^[ii] O livro aborda temas políticos, culturais, de gênero e de recepção – tanto da recepção nacional quanto internacional, matéria particularmente rica, em função da circulação intensa de comentários, críticas e paródias do filme na internet.

Tentaremos aqui nos distanciar das especificidades técnicas, para abordar o filme de um ponto de vista comparativo, dentro da história do cinema, privilegiando, mais do que o aspecto “divisor de águas”, a sua inserção na linhagem inaugurada por Eisenstein – que recupera, para a sétima arte, a tradição dramaturgica ocidental –, e redimensionada pelo olhar oriental do cineasta japonês Akira Kurosawa.

Trata-se, de fato, de um filme excepcional em vários sentidos. Concebido, deliberadamente, no intuito de conter a expansão dos filmes hollywoodianos na China continental, determinado a garantir um absoluto sucesso comercial no mercado nacional, nem por isso renuncia ao prestígio da grande arte cinematográfica, que chama a atenção pela força de longas seqüências de cortar o fôlego do espectador. Sucesso de público sem precedente, o filme foi recebido pela crítica de maneira controversa, suscitando indignação por motivos tanto políticos quanto estéticos: sofreu todas as críticas de praxe contra o cinema espetáculo, sobretudo por sua ambiguidade ideológica permitir diferentes leituras e despertar as piores suspeitas.^[iii] A complexidade narrativa, as surpreendentes reviravoltas e a irreduzível ambivalência do desenlace não são, contudo, seriamente comparáveis à estratégia primária da estética fascista.

Isto posto, não se pode negar que a representação, tal como a vemos no filme, do rei de Qin – personagem histórico cuja reputação sanguinária atravessou mais de vinte séculos – de maneira tão bem intencionada, pareça uma flagrante justificativa do estado totalitário. Mas antes de tomar posição no debate inflamado que opõe os fãs aos detratores de *Herói*, gostaríamos de tentar, aqui, avaliar o alcance de sua ambivalência – esta qualidade que o converteu em matéria de polêmica quase inesgotável.

1) A estrutura narrativa

O filme começa com a chegada de Sem Nome ao palácio, recebido com toda a pompa devida ao vencedor dos assassinos que ameaçavam a vida do rei. Este lhe concede sua recompensa em ouro e a grande honra de se aproximar e conversar com ele, pois deseja saber como Sem Nome foi capaz de tal façanha. Ajoelhado a boa distância do rei, tendo disposto diante de si os seus troféus – as espadas de Céu, Neve e Espada Quebrada, ele narra sua aventura.

Três versões de uma mesma história vão então se suceder: a cada vez, uma correção é feita, que rearranja os fatos e vai desvendando por etapas, as reais intenções dos personagens. Sem Nome começa explicando que ele foi capaz de vencer os três guerreiros enfrentando-os um de cada vez: primeiro, Céu, depois os amantes Espada Quebrada e Neve que, atormentados pelo ciúme, não estavam mais à altura de suas reputações.

O rei manifesta seu ceticismo, e sugere que a narrativa de Sem Nome está subestimando alguém: ele mesmo, que, conhecendo o nobre caráter de seus adversários, sabe que não se deixariam levar por sentimentos vis. O rei propõe, então, outra versão da história, segundo a qual Céu teria se sacrificado para que Sem Nome pudesse receber, como recompensa, o direito de aproximar-se dele, o que teria convencido os outros a se deixarem vencer, por sua vez, garantindo assim a proximidade necessária ao assassinato.

Sem Nome reconhece a perspicácia do rei, que adivinhou o complô, mas diz que esta nova versão da história também subestima alguém: Espada Quebrada. Assim, num terceiro flashback, ele nos conta a terceira versão da história, que mostra como ele desenvolveu a habilidade de dar um golpe capaz de penetrar o adversário sem ferir mortalmente, permitindo que o complô se realizasse e não houvesse vítimas fatais. No entanto, houve de fato um desentendimento entre os dois amantes, já que Neve faz questão de matar o tirano, enquanto Espada Quebrada acaba desistindo desse intuito. Um quarto flashback é então encaixado no terceiro, mostrando o ataque dos dois amantes ao palácio real, três anos antes, quando Espada Quebrada teria poupado o rei, por compreender que só ele seria capaz de trazer a paz ao reino. Neste momento exato da narrativa de Sem Nome, o rei se comove ao ponto de verter uma lágrima e exclama: “Quem diria que o único homem capaz de me compreender seria o perigoso assassino Espada Quebrada!”

Vários comentadores viram, neste recurso a diferentes versões de uma mesma situação, uma estrutura semelhante à de *Rashomon* (1950) de Akira Kurosawa, em que uma história de estupro e assassinato é contada de maneira diferente, sucessivamente, pelo bandido, pela mulher estuprada, por seu marido assassinado (incorporado por um médium), e, finalmente, por um lenhador, testemunha ocular do crime. Do ponto de vista da história do cinema, assim como da recepção, o exemplo de *Rashomon* é interessante na medida em que é um filme que inaugura uma nova era do cinema japonês, ganhando vários prêmios internacionais e alcançando, pela primeira vez, o grande público ocidental. Sabemos que o cinema chinês não precisou esperar por *Herói* para frequentar o circuito dos festivais, já conquistados desde os anos 80 pela mesma geração de Zhang Yimou, cujos primeiros filmes despertaram, na época, apenas admiração – por suas qualidades plásticas e uma posição política menos ambígua (o que lhe valeu as represálias habituais: proibição de mostrar seus filmes na China e até de filmá-los). Mesmo assim, podemos dizer que *Herói*, sucedendo a *Rashomon* meio século mais tarde, também inaugura uma nova era da história do cinema oriental, na medida em que se lança como sucesso de bilheteria, capaz de competir com um *blockbuster* como o *Titanic* (1998) de James Cameron. Enfim, se o primeiro é uma obraprimeira do cinema moderno – em que as qualidades artísticas predominam sobre o aspecto comercial, o segundo é um representante de marca do cinema pósmoderno, em que a distinção entre a grande arte e o *entertainment* já não é tão rigorosa.

De maneira geral, não se pode negar a influência de Kurosawa sobre Zhang, tanto pelo cuidado estético com as imagens de batalha, quanto pelo empenho comum em elevar um gênero popular como as histórias de ronin ou de wu xia (as versões japonesa e chinesa do cavaleiro errante) à dignidade da tragédia. Pois, assim como Kurosawa fez “seu” Shakespeare em *Ran*, Zhang fez o seu em *A Cidade Proibida* – embora, neste último, a tendência ao kitsch, já perceptível em *Herói*, chegue a ameaçar seriamente a grandeza trágica da fábula. Mesmo assim, de um modo ou de outro, os dois cineastas são capazes de assimilar, em seu cinema impregnado de cultura oriental, a tradição dramaturgica ocidental que remonta ao teatro elisabetano (seguindo os passos de Eisenstein), ou, até mesmo, à tragédia grega – com Neve figurando como uma Antígona chinesa.

Voltando à questão precisa da estrutura narrativa de *Rashomon*, todas estas considerações, por aproximarem a obra do cineasta japonês da de Zhang, estimulamos a insistir um pouco mais nesta comparação, embora seja justamente a diferença entre as duas narrativas, de um filme para o outro, que deve revelar-se significativa, e não o simples procedimento das versões contraditórias, consagrado por Kurosawa, porém bastante desgastado hoje em dia.

Sabemos que o roteiro de Kurosawa é a fusão de dois contos independentes de Ryunosuke Akutagawa (1892-1927), *Yabu no Naka* (*No bosque*) e *Rashomon*. É o primeiro que fornece o argumento do filme, com a exceção da quarta narrativa (da testemunha), acrescentada por Kurosawa. O segundo fornece o título – o nome do portão de Kyoto onde, no filme, um monge e o lenhador se refugiam da chuva, e contam para um terceiro

personagem as diferentes versões do estupro e do assassinato, fazendo assim a narrativa dentro da narrativa.

O que muda na adaptação cinematográfica, além da fusão das duas histórias, é uma resolução moral que não existe na obra de Akutagawa: primeiro, a introdução de uma testemunha que restabelece até certo ponto a fiabilidade da narrativa: é o lenhador que assume, no final, ter presenciado o crime. Não se pronunciara anteriormente, diz ele, por temer complicações; na verdade, queria omitir o fato de que roubara a adaga do samurai morto. Sua versão, portanto, ainda não é suficiente para restabelecer o otimismo moral, totalmente ausente nos dois contos de Akutagawa. De fato, em *Yabu no Naka*, as diferentes versões se anulam umas às outras, sem que nenhuma prevaleça; em *Rashomon*, vemos um ladrão roubar uma ladra de cadáveres, tomando para si a mesma justificativa da mulher: se ela rouba para não morrer de fome, ele também. Mas no filme, condensando a trama da primeira história na paisagem desoladora da segunda, Kurosawa ainda acrescenta uma peripécia (a descoberta de um bebê abandonado) que permite o reconhecimento do caráter altruísta do lenhador, levando o monge a declarar, no desenlace, que este restabelecia sua fé na humanidade.

Constatamos pois, no filme japonês, a intenção por parte do diretor de restabelecer alguma fiabilidade narrativa, através do relato final da testemunha, inexistente na obra literária, assim como uma intenção moralizadora, através da mudança completa do sentido do desfecho. De que maneira essa análise poderia nos servir para compreendermos a estrutura narrativa de *Herói*? No filme chinês, o *efeito Rashomon* não se resolve através da introdução de um narrador mais confiável (como a testemunha de Kurosawa), mas há, em contrapartida, uma correção sucessiva da relato, que faz com que cada versão da história se aproxime cada vez mais da realidade. A primeira subestima a capacidade de julgamento do rei, a segunda, a de Espada Quebrada. Será que a terceira é satisfatória? Parte da crítica e do público poderia dizer que subestima a deles, já que o argumento que justifica a guerra em nome da paz se contradiz na própria narrativa de Sem Nome e em seu diálogo com o rei. É nesse sentido que se orienta boa parte das paródias do filme na Internet, como no exemplo citado por Sabrina Qiong Yy, no qual podemos ver um George Bush comovido, exclamando: “Quem diria que o único homem capaz de me entender seria o cineasta chinês Zhang Yimou!”[iv]

Este, por sua vez, poderia dizer que esta terceira versão, segundo a qual o rei de Qin deveria ser poupado por ser o único capaz de estabelecer a paz entre os reinos, subestima sua própria capacidade de julgamento (do diretor) – o que fica provado pelo desfecho em que as mortes quase simultâneas de Sem Nome, Neve e Espada Quebrada não vêm sancionar o ideal de sacrifício individual em nome do bem coletivo, mas, pelo contrário, colocá-lo em questão.

2) O precedente histórico

Podemos ver no livro de Régis Bergeron, *Le Cinéma Chinois*,^[v] como este se engajou, desde a formação da República Popular, na luta contra a dominação do mercado pelo cinema americano e como, a partir do Tratado de Amizade, ratificado por Stalin e Mao Tsetung, a presença do cinema soviético se intensifica: festivais de filmes russos são realizados, técnicos e cineastas chineses vão fazer estágios na União Soviética, câmeras e diretores russos vêm filmar na China.

Na mesma época em que estes intercâmbios se multiplicam, impregnando o imaginário de toda uma geração de futuros cineastas chineses que, nascidos com a Revolução, vão crescer sob a influência dos filmes importados da União Soviética, na própria URSS o clima não é mais propício, há muito tempo, às grandes aventuras de vanguarda que marcaram o primeiro período, revolucionário, do cinema russo. Desde o início dos anos 30 um novo paradigma se impunha, condenando as experiências formais dos pioneiros Eisenstein, Vertov, Kulechov, e privilegiando um cinema tão correto do ponto de vista político quanto rentável do ponto de vista comercial.

O que nos interessa aqui, nesta nova orientação, imposta pelo Comitê Central à produção cinematográfica, é a maneira pela qual os fundamentos do realismo socialista são instituídos no mesmo movimento do culto da personalidade. Nos filmes dos anos 20, o heroísmo revolucionário era representado coletivamente: até mesmo Lênin, quando aparece em *Outubro* de Eisenstein, não desempenha o papel principal, reservado às massas que deliberam e conduzem a ação. Mas em 1928, *Outubro* já está nadando à contra corrente da orientação oficial. De fato, essa última consagra o filme dos irmãos Vassiliev, *Chapaev* (1934) no qual a individualização do herói permite a identificação do espectador e favorece a adesão sentimental. *Chapaev*, então, representa um grande passo em direção à conquista do grande público e se torna modelo a ser seguido: como numa espécie, muito particular, de romance de formação,^[vi] tratase de mostrar o progresso do herói na aquisição da consciência de classe, sempre sob a tutela de um sábio membro do Partido. Sublinhamos de passagem a exigência de clareza na representação: o realismo socialista exclui a ironia e a ambiguidade.

Por outro lado, ao longo dos anos 30, o internacionalismo bolchevique é progressivamente minimizado em favor de um discurso nacionalista que, ao mesmo tempo em que apóia o esforço militar diante das ameaças do imperialismo japonês e germânico, também serve para reforçar, internamente, o poder cada vez maior do “Pai dos Povos”. É assim que os assuntos históricos são propostos aos diretores já totalmente subordinados à autoridade central do Partido. Eisenstein, que em 1937, depois da censura de *O Prado de Beijim*, viu-se forçado a fazer sua autocrítica, encontra uma oportunidade de se reabilitar na realização de Alexandre Nevski – filme cujo destino será marcado pelas reviravoltas das relações germânicosoviéticas.^[vii] A apologia ao príncipe guerreiro do século XIII que lutou contra os cavaleiros teutônicos deve inspirar o patriotismo e o culto do grande líder. É todo um processo de revisionismo da história russa que está em curso.

Poderíamos talvez dizer que a cena da sagração, no início de *Ivan o Terrível*, o último filme de Eisenstein, é o coroamento simbólico desta apropriação do passado czarista pelo serviço de propaganda de Stalin. Assim, o personagem histórico, cuja reputação de tirano implacável e mentalmente perturbado estava bem estabelecida, devia ser justificada e glorificada por suas realizações militares – a conquista dos territórios que fazem da Rússia um vasto império multiétnico –, e políticas – a submissão da nobreza hereditária que lhe garante o poder absoluto. Eisenstein não se iludia, é claro, sobre o papel que lhe impunham, mas via nisso, nesta encomenda oficial, a oportunidade de fazer um verdadeiro cinema de autor, depois de uma série de tentativas frustradas. Impregnado de Pushkin e de Boris Godunov, pretendia fazer passar, através do personagem de Ivan, uma reflexão dilacerada sobre o poder autocrático, esmagado pelo sentimento de solidão entre os homens e o horror de suas próprias ações.[viii]

Esta dimensão trágica eleva o personagem e contraria a orientação apologética oficial. Tanto é que, embora o primeiro filme (do que deveria ser uma trilogia) tenha sido muito bem recebido, ganhando até o prêmio Stalin, o segundo não foi liberado pela censura e só foi visto muito tempo depois da morte do artista e do chefe supremo.

Apesar da distância de vários séculos entre os reinos do Primeiro Imperador da China e do Primeiro Tzar de Todas as Rússias, como se fizeram chamar, os dois tinham muito em comum: a determinação em unificar um imenso território, a força para centralizar o poder político e militar, a lendária crueldade, a loucura precipitada pelo consumo de mercúrio, o assassinato dos parentes mais próximos. Assim como Ivan, que depois de sua morte, não tendo conseguido instaurar uma longa dinastia, teve seu papel na história fixada pelos cronistas da igreja ortodoxa, a imagem do Imperador Qin foi registrada pelos historiadores confucianos –, ou seja, em ambos os casos, por aqueles mesmos que eles haviam perseguido implacavelmente. É também por volta da mesma época – o início dos anos quarenta do século XX – que suas histórias serão reescritas. No caso de Ivan IV, como vimos, sob a pressão direta de Stalin. No caso de Qin, sua reabilitação pelos historiadores ligados ao Guomindang serve para combater o confucionismo: louvam os méritos do Primeiro Imperador ao mesmo tempo em que o comparam a Chian Kaishek.

A vitória do exército vermelho não interrompeu este movimento revisionista, é verdade. Mas não se vê, nem mesmo sob Mao Tsetung, um esforço comparável ao de Stalin, para associar-se a um personagem histórico em quem se reconhece algum mérito na administração centralizada do império, mas que, mesmo assim, ainda é visto como inimigo de classe.

Nos anos 90, dois filmes são realizados na China continental tendo como personagem central o Primeiro Imperador: *A Sombra do Imperador* (1996), de Zhou Xiaowen, e *O Imperador e o Assassino* (1999) de Chen Kaige. Os dois encenam uma tentativa de assassinato da qual o tirano teria sido vítima. No primeiro, o tema principal é o controle cultural e ideológico do estado totalitário. No segundo, é a repressão militar e o massacre dos filhos de Zhao que marcam o momento alto da narrativa: dez anos após

Tiannamen, são ainda lembranças demasiadamente dolorosas que são evocadas. São filmes, portanto, que estão bem longe de fazer a apologia do totalitarismo e, mesmo assim, embora tenham tido algum problema eventual (o primeiro foi recolhido por uns tempos, depois recolocado em circulação), tratase de grandes produções de alto custo – irrealizáveis sem o consentimento oficial.

Se Zhang Yimou escolhe, pouco tempo depois de seus colegas e contemporâneos da academia de Pequim, fazer um terceiro filme sobre o mesmo personagem histórico, é bem provável que sejam inquietações comuns que os movem, até por se tratar, justamente, desta geração de cineastas da qual se dizia que, nascida com a Revolução, havia crescido sob a influência do cinema soviético – e, por outro lado, conhecido de perto todos os dramas da Revolução Cultural e outros períodos críticos da República Popular.

Entre os milhares de comentários, críticas e análises que trataram de *Herói*, notamos frequentemente uma tendência a procurar, em fatos contemporâneos bem imediatos, a inspiração ou as referências que explicariam a ambiguidade do filme. Além de acusarem Zhang de tentar pegar carona no sucesso recente do filme de Ang Lee (*O Tigre e o Dragão*, de 2000), chegaram a associar a muito indigesta justificativa política do autoritarismo, em *Herói*, aos acontecimentos do 11 de setembro de 2001. O próprio Zhang, que – seja dito de passagem – sempre assumiu que seu objetivo principal era o de vender seu filme, não o nega, às vésperas de lançar seu filme nos Estados Unidos.

Mas um filme como este leva algum tempo para amadurecer, e sabemos, também, que ele constitui, de certa maneira, uma trilogia com seus antecessores *A Sombra do Imperador e o Imperador e o Assassino*. Poderíamos talvez pesquisar, entre os eventos políticos bem anteriores ao episódio, por sinal imprevisível, do 11/9, um conflito suficientemente significativo para motivar três distintos diretores chineses a representá-lo, um após o outro, cada um com sua versão histórica de um mesmo sinistro personagem. Ora, é justamente durante os anos 90 que explodem, no leste europeu, os conflitos étnicos e separatistas que sucederam ao desmoronamento do Império Soviético. Compreenderíamos muito bem que uma personalidade forjada na história revolucionária de seu país – mais no que ela tem de trágico do que heróico – como Zhang Yimou, tenha ficado sensibilizado com o destino que a liberação do jugo soviético reservava às populações dos Bálcãs: o que, eventualmente, poderia explicar que a submissão à razão de estado seja encarada como alternativa às guerras fratricidas.

O exemplo de Eisenstein que, apesar do controle estrito da produção cinematográfica exercido pelas autoridades soviéticas, soube projetar, na personalidade dilacerada de seu *Ivan o Terrível*, a angústia pessoal do artista lutando com sua consciência, autoriza o engajamento, meio século mais tarde, de três diretores chineses, no projeto de levar à tela seu próprio modelo histórico da autocracia. Ao mesmo tempo, a recuperação deste personagem pelo cinema chinês contemporâneo coroa, de uma certa maneira, o longo processo de construção de um repertório nacional, levado desde

o início dos anos 80, por esta geração de cineastas cuja adolescência foi marcada pelas incansáveis exposições de *Lênin em Outubro* e *Lênin em 1918*.

Vimos como, na União Soviética, enquanto o cinema revolucionário de vanguarda procurava colocar em cena um herói coletivo, representando as massas – em oposição ao individualismo da epopéia burguesa –, a diretiva do realismo socialista logo impôs uma estética mais acessível ao gosto popular. Que se tratasse então de um grande líder, como Alexandre Nevsky ou Lênin, ou mesmo de um humilde trabalhador, formado pelos eventos políticos, o herói é sempre um exemplo de transparência e de saudável disposição em lutar por seus ideais. Na China, no momento em que foi exercido o mais implacável controle ideológico, sob a Revolução Cultural, a palavra de ordem era: “De todos os personagens, fazer sobressair os personagens positivos; dos personagens positivos, fazer sobressair os heróis positivos; dos heróis positivos, fazer sobressair o herói principal.”^[ix] O herói principal deve sobressair aos outros, evitando assim a ambiguidade ideológica que impede a adesão irrefletida. Assim o cinema de propaganda do realismo socialista não era favorável nem à representação oscilante de um *Ivan hamletiano* nem à multiplicação de heróis contraditórios como no filme de Zhang Yimou.

Além disso, o herói tradicional das histórias de *wu xia* também não é representado segundo os códigos do gênero: como lembra Jenny Lau^[x] pela ética *xia*, não é a paz, mas a justiça o mais alto valor, e a reviravolta efetuada por Espada Quebrada – que renuncia à ação pela arte da caligrafia – é uma subversão que o público aficionado não pode ver com muito bons olhos.

Contra as acusações que lhe lançaram, Zhang Yimou não parou de repetir que seu filme não é um filme político mas um filme comercial. Compreendese que não seja exatamente um filme político, no sentido da velha propaganda stalinista, que faria do rei Qin o verdadeiro herói do filme. Mas percebe-se também, na projeção alegórica, através do cruzamento entre os dois gigantes *Titanic* de James Cameron e *Herói* de Zhang Yimou, que a indústria cinematográfica nos dá o testemunho do naufrágio anunciado de um império e da recuperação de outro: o dragão adormecido que desperta, investindose aqui da tradição inventada do ‘heroísmo pacifista’...

Vale lembrar que desde seu primeiro filme como diretor, *O Sargo Vermelho* (1988), passando por *Lanternas Vermelhas* (1991), ambos premiadíssimos, Zhang Yimou tem sido questionado quanto à sua propensão a “inventar tradições”, ou mesmo à uma suposta tendência ao “autoorientalismo”. Frequentemente, tratase de críticas que refletem mais o prestígio de certos modismos acadêmicos do que uma percepção clara da individualidade artística do cineasta. Mas enquanto o simbolismo erótico dos filmes anteriores só parece inquietar a crítica feminista, em *Herói*, o conceito de “tradição inventada” vem carregado de um peso político bem mais considerável, na medida em que centra o foco na fundação ideológica de um império que promete, desde já, expansão ilimitada. Afinal, *tian xia*, as palavras traçadas por Espada Quebrada para

convencer Sem Nome a poupar o rei, traduzido em inglês por our land , significa, mais literalmente, *tudo sob o céu*.

Estaria, então, o diretor Zhang Yimou, no mesmo ímpeto em que se lança à conquista do mercado internacional de filmes, entoando os louvores do autoritarismo, da centralização do poder e do projeto imperialista do “capitalismo de estado”? Desempenhando o mesmo papel que Gao Jianli, o músico sequestrado pelo imperador, no filme já citado de Zhou Xiaowen, para criar o Hino do Império, capaz de submeter os homens melhor do que a espada? A interpretação se sustenta tão perfeitamente que convence, em escala chinesa, boa parte da crítica. Mas a sofisticação da narrativa e a riqueza do diálogo com a tradição cinematográfica, nos autorizam a privilegiar uma outra interpretação, em que o cruzamento das citações atravessa a tela como as flechas dos guerreiros, refletindo num jogo virtuoso a constituição de um sentido sempre provisório, sempre em transformação, sempre aberto ao diálogo com outros personagens de outros filmes. Assim, o mesmo Gao Jianli, a sombra cega do Imperador de Zhou Xiaowen, parece materializar-se de um filme para o outro, surgindo logo no primeiro duelo, entre Sem Nome e Céu, sustentando a belíssima cena coreografada na melodia do guqin, executada pelo mestre Xu Kuanghua.[xi] Assim também, o mestre de caligrafia, em outra cena espetacular, não abandona seu posto e contém, com sua autoridade espiritual, a debandada de seus discípulos, ante o ataque desproporcional do exército do rei. Resistência passiva, lembrança dos jovens heróis de Tiannamen, mas também exercício dialógico: uma reprodução exata de um quadro de *Ran*, quando o rei, encurralado e alvejado pelas mil flechas do exército de seu filho, percebe finalmente a dimensão do seu infortúnio e perde a razão.

Assim como Kurosawa, e antes dele Eisenstein, Zhang leva a cabo sua reflexão sobre as desmedidas do poder, sem fazer concessões maniqueístas, e alimentando, não obstante, a discussão política muito além do público restrito das cinematecas e festivais de cinema. Enquanto “divisor de águas”, o seu maior mérito talvez tenha sido esse, o de levar milhares e milhares de chineses, ao redor do mundo, anônimos ou conhecidos, a se expressar, na internet ou fora dela, a discutir, entre si ou com não-chineses, e a tomar partido, seja contra ou a favor.

Referências

^[i]Esse texto foi originalmente apresentado no colóquio interdisciplinar, “L’Ambigüité et ses contraires” organizado pela Universidade de Szczecin (Polónia) em Pobierowo, 16 e 17 de outubro de 2010.

^[ii]Cf BERRY, Chris, Foreword, in Gary D. RAWNSLEY et MingYeh T. RAWNSLEY (org.), *Global Chinese Cinema – The Culture and Politics of Hero*, Routledge, 2010 (Kindle Edition).

^[iii]Cf. por exemplo, Evans CHAN, “Zhang Yimou’s *Hero* — The Temptations of Fascism.” in *Film International* n.º. 8 (Mars 2004), ou a crítica de J. HOBEBMAN, “Man with No Name tells a Story of heroics, color coordination”, dans *Village Voice* (17/08/2004).

^[iv]Citado por Sabrina QIONG YU, "Camp pleasure in an era of Chinese blockbusters: internet reception of *Hero* in Mainland China", in Gary D. RAWNSLEY e MingYeh T. RAWNSLEY, *op.cit.*

^[v]Régis BERGERON, *Le Cinéma Chinois*, Paris, L'Harmattan, 1984.

^[vi]Sobre realismo socialista e >*Bildungsroman*, cf. CLARK, Katherine, *The Soviet Novel: History as Ritual*, Chicago, 1981.

^[vii]Grande sucesso quando lançado, o filme é tirado de circulação por ocasião do Pacto MolotovRibbentrop, e novamente liberado após a ruptura do mesmo.

^[viii]Sobre os problemas de consciência de Eisenstein em relação ao seu <*Ivan*>, ver Leonid KOSLOV, "The artist and the shadow of Ivan", in Richard TAYLOR et Derek SPRING(org.) *Stalinism and Soviet Cinema*, Routledge, 1993.

^[ix]Yao Wenjuan (1969) citado por BERGERON, R. *op. cit.*, vol. 2. p. 282.

^[x]Jenny KWOK WAH LAU, "*Hero*: China's response to Hollywood globalization" in *Jump Cut: Review of Contemporary Media*, N°49, 2007.

^[xi]Cf. Katy Gow, *Heroic music: from Hunan to Hollywood and back*, in RAWNSLEY, G, and RAWNSLEY, MingYeh, *op.cit.*

Daniela MOUNTIAN

leonid dobýtchin

nota biográfica

Como acontece em grande parte dos contos de Leonid Dobýtchin (1894-1936), em “O marinheiro” (1927) vislumbramos a iconografia que nascia com a Rússia soviética contraposta a cenas de um cotidiano miniaturizado, grotesco e provincial, no qual gatunos roubam roupa de baixo e vacas são conduzidas pelas ruas da cidade. Entre estandartes e Pioneiros surge a imagem majestosa do marinheiro perpassada pelo olhar pueril de Liochka, que vê nos músculos inflados daquele o pão branco trançado da casa de chá de Siliébina. Os enredos dos contos de Dobýtchin obliteram-se, são superados por imagens flutuantes como as reiteradas bandeiras sobre as cabeças de seus heróis amorfos, quase vultos, ora atropelados por um desfile, ora sozinhos sob uma meialua furtiva, pesada e opaca.

Leonid Dobýtchin, ao lado de nomes como Daniil Kharms (1905-1942), Evguéni Zamiátin (1884-1937) e Boris Pilniák (1894-1937), foi um dos expoentes do modernismo russo, por muitos comparado a Velímir Khliébnikov (1885-1922) e Bruno Schulz (1892-1942).

Leonid Ivánovitch Dobýtchin nasceu em Dvinsk (atual Daugavpils, Letônia) no ano de 1894. Nada se sabe de sua infância, a não ser que perdeu o pai, um médico, ainda menino. Ele formouse no Instituto Politécnico de São Petersburgo e por quase toda a vida trabalhou como estatístico em cidades do norte da Letônia e da Rússia, dividindo quartos de solteiro com a mãe, que era parteira, um irmão e duas irmãs. Distante de Petersburgo, ele se manteve numa vida solitária – seu contato com o mundo literário resumiu-se às correspondências que trocava com seu editor e com o escritor Kornei Tchukóvski (1882-1969). Somente aos 40 anos, pôde escrever numa escrivania própria, quando recebeu da União dos Escritores um quarto num apartamento comunal de Petersburgo, então Leningrado.

O motivo de sua morte permanece desconhecido, suspeita-se de suicídio. Em janeiro de 1936, numa reunião da União dos Escritores de Leningrado, logo depois do repúdio público de Stálin ao compositor Chostakóvski, Dobýtchin, acusado de ser o maior “formalista” entre os escritores e politicamente míope, foi considerado um inimigo da classe, fato que, talvez, tenha sido agravado por sua homossexualidade e pela figura um tanto voluntariosa. Ele defendeu-se de todas as acusações e desapareceu no dia seguinte. Nunca mais ninguém o viu.

Em vida, Dobýtchin publicou duas coletâneas de contos, *Encontros com Liz* (1927) e *O retrato* (1931) – reunidos no livro *Encontros com Liz e outras histórias* (Kalinka, 2009) – e o romance *A Cidade N* (1935). Escreveu mais dois livros, publicados anos depois de sua morte, *Os Selvagens* (1989) e *O Clã do Churka* (1993), que recebeu o prêmio “International Book of the Year” do Times Literary Supplement de 1994.

Hoje aclamado mundialmente, o nome de Leonid Dobýtchin desapareceu na década de 1930 e só foi redescoberto depois de 1990, junto com uma safra de escritores modernistas russos obscurecida pela censura da era stalinista.

conto

o marinheiro^[1]

tradução: Moissei MOUNTIAN

Revisão estilística: Aurora Fornoni BERNARDINI

Conto do livro *Encontros com Liz e outras histórias* (Kalinka, 2009)

Coleção “Contos russos modernos (1900-1930)”

Liochka pulou da cama. A mãe estava de plantão.

Inclinada, como sobre um poço, uma meialua esbranquiçada era quase imperceptível. Uma bétula, de galhos escassos e escuros, não se mexia. Pingos reluziam na grama. Bicando aqui a ali, galinhas vagavam pelo quintal com seus pintinhos.

Com a barriga balançando, Trifónikha descia a escada metida num penhoar preto com rosas azuis. Ela estava com uma chave na mão e uma bolsa com um tigre bordado pendurada no braço.

– Fu! – Trifónikha olhou de lado. – Está feito um porquinho! – e, cheia de si, saiu atrás de pãezinhos doces.

– Eu já me lavei – gritou Liochka atrás dela.

Um aguadeiro bigodudo, dando uma mordida numa libra de pão branco, trovejava com as rodas. A poeira levantava preguiçosamente e assentava outra vez.

– Titio – pediu Liochka docemente –, me leve para dar um passeio. O aguadeiro deixou sentar em cima do barril.

Invejaramno – as mulheres que carregavam potes de barro com manteiga derretida amarrados em cangas; uma condutora, de óculos, que levava uma vaca e ameaçava com uma corda; e quatro gatunos que, sentados ao pé de um morro, repartiam um saco de roupa de baixo.

– Roubaram um sótão – o aguadeiro apontou e colocou Liochka no chão.

O sol levantou e ardia quente. O pão branco da casa de chá de Siliébina se iluminou. Um garoto do cinematógrafo colava cartazes. Estava impresso: “Entrada gratuita”, mas Liochka não sabia ler.

Num jardinzinho de cerca marrom, um marinheiro, sentado num banco debaixo de uma cerejeira, deleitava-se sob o sol e dedilhava uma balalaica:

– Transvaal, Transvaal...[ii]

No jardim estava agradável. A cerca, que tinha esquentado, agora estava morna e irradiava calor por trás dos ombros. Um cheiro de trevo pairava no ar.

Um marinheiro...

A mãe já tinha voltado e penteava os cabelos diante de uma lasca de espelho.

Tomaram água fervente com açúcar e pão. Resfolegaram. A mãe não o deixou ir ao rio e, puxando a cortininha, deitou-se para dormir.

De repente, uma música começou a trovejar. Todos se precipitaram.

Pontas de estandartes brilhavam. Tambores matraqueavam. Pioneiros[iii] de gravata marchavam rumo à floresta. Uma carroça de kvás[iv] troava atrás.

Atrás deles! E os garotos, e os cachorros, balançando os braços, dando pulinhos, batendo os pés no chão:

– À floresta!

Girando uma bucha de banho, o marinheiro caminhava pelos jardins. O colarinho azul agitava-se, e as duas fitinhas estreitas esvoaçavam na nuca.

Um marinheiro! A música diminuía, ficando cada vez mais distante, e a poeira assentava. O coração de Liochka batia acelerado. Ele corria na direção do rio – atrás do marinheiro.

Um marinheiro! Vinham correndo de todos os lados. Os que nadavam saíram da água. Os que descansavam na areia levantaram num pulo.

Um marinheiro!

Marrom, como um pote de barro, ele mergulhou, veio à tona e começou a nadar. No braço havia uma âncora azul, os músculos inflavam – como o pão branco trançado da prateleira de Siliébina.

– Quem o trouxe fui eu – gabouse Liochka.

Fazia calor. O ar fluía sobre o rio. Peixes marulhavam. Barquinhos passavam, e mulheres com lenços coloridos inclinavam-se sobre a borda para colocar os dedos na água.

Banhistas lutavam, davam cambalhotas, andavam de pontacabeça.

O sol se moveu. Foi de trás para a frente – era a hora do almoço.

A mãe estava esperando. A batata estava cozida; o pão e o frasco de manteiga, em cima da mesa.

Comeram a valer. A mãe elogiava a manteiga. Limparam os pratos. Foram para o patamar da entrada.

No quintal, as vizinhas estavam sentadas sobre cobertores estendidos. Embalavam as crianças pequenas cantarolando baixinho e fuçavam a cabeça uma da outra com facas de cozinha.

– Nós também vamos nos ajeitar – a mãe se animou e foi correndo buscar um cobertor.

Estavam deitados. Liochka colocou a cabeça nos joelhos dela, e ela mexeu em seus cabelos desgrenhados. Nuvenzinhas de blusa de marinheiro passeavam pelo céu – parecendo pão branco e montes de roupa de baixo.

Ele queria dormir e ao mesmo tempo não queria...

– Minha nossa! – a mãe deu um pulo. – Se é para nadarmos, então nademos logo: ou vamos nos atrasar para o cinema gratuito.

Entrada gratuita!

Levantaramse num salto e começaram a correr de um lado para outro; prenderam os cabelos com lenços e atravessaram o portão velozmente. Apostaram corrida para ver quem ia chegar primeiro; riram e, então, aquietaramse; começaram a cantar, compenetrados:

As roupas do pobre homem engancharam nas raízes,
os galhos trançaramse nos seus cabelos.

Arrancaram capim alto e rijo para colocar sob os pés ao sair da água. Um sumo branco e amargo escorreu e endureceu nos dedos.

Nadavam batendo os pés e agachavamse soltando ganidos. O sol se pôs. Pernilongos começaram a picar. Rãs começaram a coaxar. O céu empalideceu. A grama esfriou. A poeira nos sulcos da estrada estava morna e aquecia os pés. A rua fervilhava. Todos correram à sessão gratuita.

O aguadeiro caminhava olhando de cima, como se estivesse sobre um barril, e torcia o bigode.

Balançando a mão, como se segurasse uma corda, a velha condutora apuravase; e os quatro gatunos que tinham roubado o sótão corriam alegremente.

Iniciouse uma gritaria. Fizeram fila em frente aos sorveteiros. Cascas de semente de girassol farfalhavam. No jardim, lampiões ardiam, uma música tocava, a fonte jorrava. A mãe se perdeu. Não era permitida a entrada de crianças pequenas no cinematógrafo. Liochka começou a chorar.

Escurecia. Abafada pelo orvalho, a música quase não repercutia. Siliébina estava sentada no patamar da entrada de sua casa – quieta e pensativa, já não agitava a toalha com seu jeito ameaçador nem berrava.

No jardimzinho, no escuro, o marinheiro dedilhava a balalaica suavemente:

– Transvaal, transvaal...

Como Liochka, ele também não foi ao cinema gratuito – que bom...

Cheia de suspiros, Trifónikha passeava pelo quintal mastigando e admirando uma estrelinha. Tirou um piróg[v] da bolsa de tigre e ofereceu a Liochka.

Sentado num degrau, ele começou a comer enchendo a boca com as duas mãos. O piróg era doce, mas suas mãos estavam salgadas de lama e amargas do capim que arrancara quando fora com a mãe para a beira do rio.

poema

Marcela **VIEIRA**

exílios

(em teoria, poesia, e mesas afora)

Elegemos amigos
os amores
computadores

Acreditamos ébrios em classificações de arbítrio.

Mais tarde, lembraremos da saúde,
escondendo o tempo.

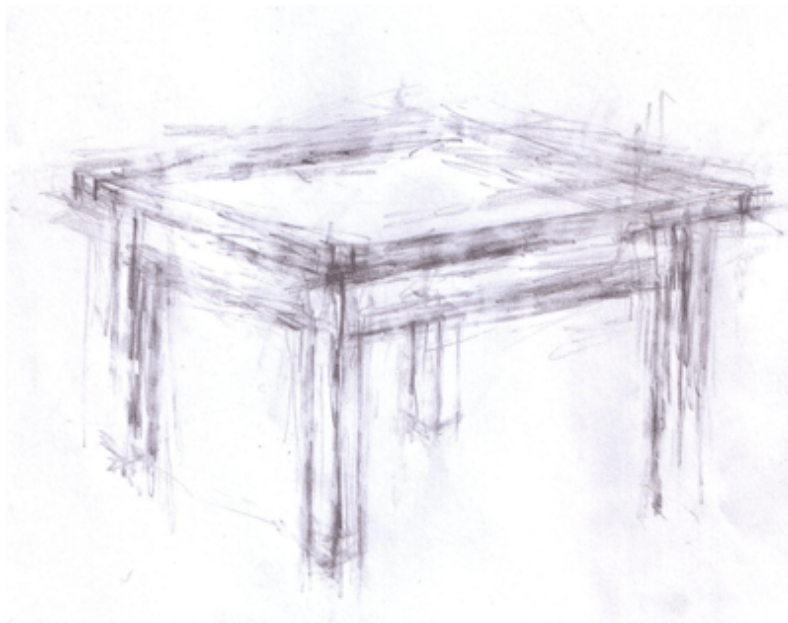


ilustração: Daniel **NASSER**

Alexandre CARRASCO

digressão sentimental acerca da privatização do sistema telebrás

Ora, afinal a vida é um bruto romance
e nós vivemos folhetins sem o saber.

“Sweet home”, Carlos Drummond de Andrade

Em algum dia de 1998, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo batia pela última vez o martelo. A última empresa desmembrada do antigo sistema Telebrás acabara de ser vendida. Entre 1997 e 1998, privatizando empresas de energia elétrica e telecomunicações, foi embolsado, pelo Tesouro Nacional, quarenta e um bilhões de dólares. Quatro consórcios estrangeiros financiados pelo BNDES – “e não verás país nenhum” – arremataram mais esse espólio da herança getulista – “A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero (...) Ao ódio respondo com o perdão” – e do desenvolvimentismo nacional. Encerrado esse assunto, mesmo para os jornais, alguém se perguntaria se o que resta a ser dito não é simplesmente falta de algum assunto, tagarelice. Vamos com calma. Antes de ser privatizado, o sistema submeteu-se a uma drástica correção tarifária que atacou o usuário por todos os lados: reajuste nominal de tarifas, redução do tempo para faturamento do pulso telefônico, reajuste brutal da assinatura básica da linha telefônica. Desse modo, *que se fale menos e que se fale baixo, mais do que isso incomoda*.

O fato é que dois meses após tal privatização, meu telefone branco aderiu a um silêncio constrangedor. Não vou entrar nos detalhes e revelar publicamente meu déficit doméstico e minhas dificuldades de solvência, que, sendo de ordem privada, e eu, pessoa física, a ninguém interessa, salvo às estatísticas de inadimplência. Vou apenas descrever essa situação tão sem sentido quanto trivial: em débito, acabo descredenciado pelo sistema, assim reza o contrato; para mim, entretanto, os desdobramentos tiveram um alcance que não entra em nenhuma estatística. E uma vez que não conheço nem o presidente,

nem o leiloeiro, sequer o presidente do BNDES, certamente não esperaria deles um telefonema a explicarme o aumento de mais de cem por cento na tarifa telefônica, preparando, evidentemente, a empresa para os novos tempos (e que “tempos” são esses?) e para os novos donos. Aliás, uma vez que o deputado eleito com meu voto é de oposição (por definição) nem mesmo com ele interessaria, a esses senhores, uma conversa. Entretanto, se eu contasse que esperei em vão um telefonema, bem sabedor do quanto tal espera era vã, o que só se explica por conta da cegueira do amor (aliás, um telefonema tão aguardado quanto fora a urgência do negócio) e exigisse certos direitos não prescritos na letra da lei, o espanto seria geral. Sem medo do ridículo sigo em frente. Por que, poderia se perguntar o telespectador do jornal da noite, tais direitos teriam cabimento?; ao que responderia juntando uma coisa com a outra, isto é, as vicissitudes de um amor malamado e a contribuição tucana para o capitalismo brasileiro – não muito mais que uma gigantesca privatização de riqueza e recomposição patrimonial – : meu tempo é o presente. O amor é cego, mudo e, em grande medida, burro. Neste caso, porém, não é malinformado.

Nunca sendo pessoal esse tipo de retaliação, afinal, que planejamento sobreviveria a condescendências dessa ordem?, só me restara esperar pelo impossível, no amor e na política, o que, por definição, não acontece. Como a mocinha não me ligou, como fiquei duas semanas em débito com a prestadora de serviço, como não ouvi mais sua voz, calaramse para mim todos os telefones. (Todas as mulheres resumidas nos esboços de uma única, que outro chamado poderia me interessar? – o amor é uma linha permanentemente ocupada.) Haveria ainda outro agravante: e caso o início (início?) conturbado do serviço privatizado funcionasse apenas contra mim: teria ela encontrado (será?) conversa melhor em linha cruzada, ou ouvira, durante a tentativa de ligação, a fatídica mensagem (bem gravada, por sinal): *Esqueça esse senhor*, seguindo assim o conselho? Não sendo pontual com meus deveres de usuário – mas não apenas eu, também a prestadora do serviço –, perdi a boa oportunidade que no amor é essencial e crucial, e nunca mais me curei da dor que é ser malamado, tão pouco amado segundo os critérios de meu imenso coração: a isso também chamam fortuna. E custame acreditar que a Embratel, com seu imbatível sorriso feminino, não saiba o que é sofrer de amor – *quando se perde a ilusão deve-se sepultar o coração*.

Em 1961 Brasília é inaugurada. Uma parcela dos cronistas de fim de tarde, hoje associados a filósofos, juristas, diplomatas e intelectuais engajados, versados em muitas e variadas ciências, insistem, entre outras coisas, em culpar a audácia da sua construção por nossas mazelas pretéritas e futuras ao mesmo tempo em que consideram os desastres presentes pequenos desvios naturais contra o que pouco se pode fazer, senão retomar um velho programa: esclarecimento e boa vontade. É de supor, afinal, que não somos tão somente infelizes mas também obscurantistas e teimosos – outro efeito colateral de nosso atraso material. (Que se diga, enfim, que marxistas somos todos, eles, nós e os outros.) Do mesmo modo, um pequeno clube de senhores esclarecidos insiste em afirmar e reiterar o inevitável efeito inflacionário de nosso desenvolvimentismo tropical, ao mesmo tempo em que desprezam a “megalomania” de uma capitalmonumento: não são, entretanto, as piores tolices que essa terra já produziu, ainda que desde sempre tivéramos, mais que qualquer outro, a boa disposição ao esclarecimento e a tenacidade da razão prática, seu sucedâneo: “enquanto na metrópole um espesso véu vitoriano ainda recobria o interesse nu e cru do pagamento em dinheiro, numa longínqua sociedade colonial a exploração prosperava a céu aberto, direta e seca”. Assim, “marca, em quimbundo, se diz Karimu. Karimbo era o ferrete oficial de prata ou ferro esquentado na brasa com que se marcavam os negros no momento do embarque, no ato de cobrança dos direitos de exportação. Daí as palavras carimbo e carimbar. Dessa sorte, o substantivo e o verbo – só usados na língua portuguesa no Brasil – definindo as hierarquias, o escopo da propriedade, a validade dos documentos, a autoridade pública exercida pelo Império e pela República brasileira, derivam do gesto, do instrumento que imprimia chancela legal ao comércio de humanos. Da palavra que situa o momento preciso de reificação do africano”.

Brasília foi e passou, o Brasil seguiu em direção ao oeste (hoje Brasília é o maior marco da arquitetura moderna e o melhor retrato da nossa regressão modernizadora), numa época que crescíamos a taxas de dez por cento ao ano, em média. Chega de Saudades. Passam-se duas décadas e o rosto do brasileiro esmaeceu num espelho opaco.

E se tudo fora um sonho, um sonho vasto, no Cerrado, no Planalto Central, sonho de um monumento ritmado e de um rosto feito de colagens geométricas – bossa nova, arte de vanguarda, e de repente, inteligência; sonhávamos dormindo em que tipo de berço esplêndido?

Em outros tempos, os sonhos acalentadores se chamaram ideologia. Ideologia: eu quero uma para sonhar.

P.S. de 16 de novembro de 1999.

Os jornais avisam que uma parte significativa dos quarenta e um bilhões que o estado brasileiro arrecadou com as privatizações vai retornar ao bolso dos compradores sob a forma de redução no pagamento do Imposto de Renda.

Um exemplo talvez ilumine essa “modernidade”: vejamos a privatização das rodovias. A empresa que oferece o menor pedágio no leilão ganhava a concessão, tendo como contrapartida a obrigação de modernizar e manter a rodovia. Nada de novo. Eis, contudo, a originalidade: reparos e manutenção vêm sendo financiados com empréstimos do BNDES a juros subsidiados. O que seria uma atividade de risco (portanto, eventual fonte de lucro) se transforma em fonte de renda.

Comparese isso com a máfia de fiscais em São Paulo. Vereadores malufistas cobravam ilegalmente dos camelôs uma propina para permitir a ocupação irregular de um espaço público: as calçadas. O que no caso das rodovias é legal e mediado, aqui é ilegal e imediato. Para um homem de visão, um leilão “público” resolveria tudo, já previsto naturalmente um empréstimo subsidiado para a construção de “barraquinhas”.

Em tempos como esse, o amor é negócio de sociedades anônimas (Que amor resiste a um ataque especulativo?)

P.S. de 01 de janeiro de 2000.

“Amanhecem de novo as antigas manhãs
que não vivi jamais, pois jamais me sorriram.
Mas me sorriam sempre atrás de tua sombra
Imensa e contraída como letra no muro
E só hoje presente”.

P.S. de 07 de fevereiro de 2006.

“É preciso que tudo isso seja belo. É preciso que súbito
Tenhase a impressão de ver uma graça apenas pousada e que um
rosto
Adquira de vez em quando essa cor só encontrável no terceiro minuto
da aurora”.

P.S. de 21 de novembro de 2010.

“É preciso que a banda larga no Brasil seja definida como um serviço público para que possa ser regulamentada, como nos casos da telefonia fixa, luz, água e esgoto. Acesso à internet não é um luxo. É hoje tão ou mais importante que o telefone fixo. Com a banda larga como um serviço público, será possível ao governo estabelecer e exigir o cumprimento de metas. Mesmo ressuscitando a Telebrás, o governo sabe que não poderá fazer tudo sozinho e precisará contar com as empresas operadoras para atingir todo o país.”

Jornal Valor Econômico, 18/11/2010.

“depois de te perder, te encontro com certeza, talvez no tempo da delicadeza. Onde não diremos nada, nada aconteceu. Apenas seguirei como encantado, ao lado teu.”